UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

THAYZA WANESSA SILVA SOUZA FELIPE

"Eu sou velha?"

Um estudo sobre significados atribuídos à velhice, junto a mulheres que participam do Trabalho Social com Idosos no SESC – MA, em São Luís

SÃO LUÍS
2015

THAYZA WANESSA SILVA SOUZA FELIPE

“Eu sou velha?”

Um estudo sobre significados atribuídos à velhice, junto a mulheres que participam do Trabalho Social com Idosos no SESC – MA, em São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Mestrado Interdisciplinar – da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Sandra Maria Nascimento Sousa.

SÃO LUÍS
2015

Felipe, Thayza Wanessa Silva Souza.

"Eu sou velha?": um estudo sobre significados atribuídos à velhice, junto a mulheres que participam do Trabalho Social com Idosos no SESC – MA, em São Luís / Thayza Wanessa Silva Souza Felipe. — São Luís, 2015.

139 f.

Orientador: Sandra Maria Nascimento Sousa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2015.

1. Velhice. 2. Envelhecimento. 3. Trabalho Social com idosos – SESC. 4. Mulheres idosas. I. Título.

CDU 613.98(812.1)

THAYZA WANESSA SILVA SOUZA FELIPE

“Eu sou velha?”
Um estudo sobre significados atribuídos à velhice, junto a mulheres que participam do Trabalho Social com Idosos no SESC – MA, em São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade - Mestrado Interdisciplinar – da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovada em / / .

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Dra. Sandra Maria Nascimento Sousa (Orientadora)
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

_____
Profª. Dra. Vera Lúcia Rolim Salles
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

_____
Profª. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes
Doutora em História Social
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por mais uma benção e conquista em minha vida.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por ter me concedido a bolsa de estudos durante todo o percurso do Mestrado, o que me possibilitou um maior investimento intelectual na produção e na conclusão da minha Dissertação.

Aos meus pais, José e Margarete. O incentivo, o carinho, a atenção e a oração de vocês, mesmo de longe, proporcionaram que eu trilhasse esse longo caminho com força, fé e determinação. Minhas irmãs Renata e Suênia, minha tia Gorett, meu tio Lalá, meu cunhado Alexandre, minha avó Carmelita, vocês foram essenciais nessa conquista. Meu muito obrigada a todos vocês por todo amor, atenção e carinho dedicados a mim.

Ao meu esposo André Felipe. Palavras não descreveriam o apoio e o incentivo que recebi de você. Obrigada por ter permanecido ao meu lado, por ter sempre me mantido forte e segura em todas as etapas que tive que passar. Sou muito grata pela sua compreensão nos momentos de ausência e pelo suporte nos momento difíceis. Muito obrigada pelo seu amor e companheirismo.

A minha orientadora, Prof.ª Sandra Nascimento. Agradeço imensamente pela sua presença, confiança e apoio, por ter me recebido, acolhido e me acompanhado nesta longa caminhada. Sua ajuda tornou possível a concretização deste Mestrado. Muito obrigada por tudo, pelas orientações em minha trajetória acadêmica, mas também pela amiga que és.

A toda a equipe do TSI – SESC Deodoro, especialmente à coordenadora Adalgisa Drumond, por terem me recebido tão bem nessa instituição. Sou muito grata por todo o suporte encontrado para a realização da pesquisa.

A todas as senhoras que dedicaram seu tempo a mim: Agatha, Inês, Bárbara, Rita, Clara, Helena, Luzia, Marta, Isabel e Mônica. Vocês foram essenciais nesta pesquisa. Muito obrigada pelo enorme carinho que recebi de vocês e por toda a confiança.

A toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT). Aos professores com os quais tive a honra de poder estudar, vocês foram de uma enorme riqueza por todas as contribuições para a construção do meu estudo. Também agradeço a todas da secretaria pela paciência e disponibilidade sempre que precisei.

Aos colegas de turma, em especial, Aparecida, Katiana e Rarielle. Com vocês pude compartilhar as alegrias e o desespero durante os dois anos de Mestrado. Obrigada pelas conversas, almoços, brincadeiras, ajuda, apoio e incentivo. Vocês foram essenciais na minha jornada em São Luís. Sempre me lembrarei de vocês.

RESUMO

Este estudo buscou identificar significados atribuídos à velhice a partir de entrevistas com idosas participantes do Trabalho Social com Idosos desenvolvido pelo SESC Deodoro, em São Luís - MA, na intenção de compreender essas experiências vinculadas a marcadores sociais que tornam possível a distinção na maneira como as participantes do grupo vivem essa fase da vida. A investigação partiu do entendimento que categorias utilizadas em medidas direcionadas para grupos etários específicos pressupõem o reconhecimento de princípios universais entre os indivíduos da mesma faixa etária. No caso específico dos idosos, não são levadas em consideração as diferenças e particularidades relacionadas à classe social, as questões de gênero, raça, religião, entre outras, que podem existir entre o grupo. Além disso, no atual contexto, a imagem do *envelhecimento ativo* vem prevalecendo como um modelo pré-fabricado de estilo de vida correto para essa etapa da vida. É devido à propagação dessa imagem produzida e apoiada por diferentes especialistas que muitos idosos estão se organizando em grupos e programas voltados para a terceira idade que mostram como os que não se sentem velhos devem se comportar. A pesquisa empírica foi constituída com dez mulheres, com idade a partir de 60 anos, que participam das atividades ofertadas pelo TSI. Por meio de entrevistas individuais e focais sem roteiro pré-definido foi permitido que cada uma delas narrasse trechos de suas histórias de vida, a maneira como pensam, se comportam, suas visões de mundo, experiências relacionadas aos seus corpos, as diferentes relações nas quais estão inseridas, com familiares, amigos, companheiros de grupo, entre outras. Para as idosas entrevistadas o significado da atual fase em que vivem é percebido como um momento de prazer, independência e liberdade que não pôde ser por elas vivenciada quando mais jovens. Assim, demonstram, muitas vezes, uma negação da velhice, pois predomina entre elas a noção de que *ser velho* é sempre o "outro", o que vive dentro de casa e não participa de grupos de convivência. Além disso, a utilização do trabalho com a memória das idosas proporcionou compreender os processos de formação de diferentes sujeitos, indicando a complexidade da compreensão do envelhecimento. Diferentes marcadores sociais se interseccionam na experiência dos sujeitos definidos como *idosos*, o que influencia diretamente na maneira como cada um vive sua velhice, como também nos significados que associam a essa fase da vida. Assim, análises do envelhecimento não devem se fechar às questões de ordem biológica, pois a *velhice* enquanto categoria construída politicamente está relacionada com diversos aspectos histórico-sociais.

Palavras-chave: Velhice. Envelhecimento. Trabalho Social com Idosos.

ABSTRACT

This study aims to identify the meanings attributed to old age based on interviews with elderly participants of Social Work with Elderly (TSI), developed by SESC Deodoro, in São Luís - MA. Focusing on understanding the different ways that these elderly live this phase of life, their experiences were linked to social markers that make possible such distinction. Considering the categories used for specific age groups presuppose the recognition of universal principles between individuals of the same age, in the case of the elderly, they are not taken into account to define differences and peculiarities related to social class, issues of gender, race, religion, among others, that may exist in the group. Moreover, in the current context, the *active aging* image has prevailed as a ready-made model correct lifestyle to this stage of life. Due the spread of this image, produced and supported by different specialists, that many older people are organizing themselves in groups and programs for seniors that have a set of speeches focused on body maintenance techniques, healthy food, walks, dances, and other forms of leisure that show how those who do not feel old should behave. The empirical research was constituted with ten women, aged from 60 years Who participate assiduously in any activity offered by TSI. Through individual and focus interviews, without pre-defined script, these womens were allowed to tell parts from their life stories, in their way of think, behave, their worldviews, conceptions of old age experience, about their bodies, different relationships in which are embedded with family, friends, peer group, speechs that allowed knowing some of the meanings attributed by these people *to be old*. For the interviewees, the meaning of the current phase in which they live is perceived as their statements, as a stage of achievements that could not be experienced by them, when younger. It is a moment of pleasure, independence, freedom, which is configured in a stage of life they are living for themselves. So they show often a denial of old age, among them predominates the notion that being old is always the "other", the bad tempered, which does not take care, that lives indoors, not participating groups of coexistence, going against the lifestyle they have. In addition, using the memory of older also provided understand the formation processes of different subjects, indicating the complexity of understanding of aging. Differents socials markers such as class, gender, education, race and religion intersect the experience of established subjects as *elderly*, which directly influences the way one lives his old age, but also the meanings that associate with that stage of life. Thus, the aging analysis should not be close to the issues of biological, because *old age* while built category is related to different social aspects.

Keywords: Old age. Aging. Social Work with Elderly.

LISTA DE SIGLAS

CAISI - Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIAPVI - Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DESA - Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais

FITS - Federação Internacional de Trabalho Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MA - Maranhão

ONU - Organização das Nações Unidas

PGCULT - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

PNI - Política Nacional do Idoso

PT - Partido Trabalhista

RS - Rio Grande do Sul

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

TSI - Trabalho Social com Idosos

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UN - United Nations

UNITI - Universidade Integrada da Terceira Idade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8

1.1 Introduzindo o tema 8

1.2 O SESC, o Trabalho Social com Idosos – propostas básicas 12

1.3 Caminhos da pesquisa 16

1.4 Organização da dissertação 20

CAPÍTULO 2 - CATEGORIAS ANALÍTICAS FUNDAMENTAIS 22

2.1 Velhice 22

2.2 Trabalho Social com Idosos 36

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS E SERVIÇOS PARA O ENVELHECIMENTO 46

3.1 Análise das principais iniciativas voltadas à população idosa 46

3.2 O estado do Maranhão e sua capital 60

3.3 A concepção homogênea do envelhecimento ativo 64

CAPÍTULO 4 - *"ANTIGAMENTE EU ERA IDOSA, MAS AGORA EU SOU JOVEM"* 70

4.1 Memória, envelhecimento, TSI 70

4.2 Mulheres e experiências engendradas 83

4.3 Arranjos familiares 110

4.4 Corpo 115

4.5 Religião 120

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 126

REFERÊNCIAS 133

1 INTRODUÇÃO

1.1 Introduzindo o tema

Observa-se que a parcela mais velha da população cresce de maneira acelerada em diversos países ao redor do mundo e a demografia vem registrando esse crescimento populacional também no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2014), o país possui atualmente mais de 26 milhões de pessoas, ou 13% da população total, com idade a partir de 60 anos, que são os classificados legalmente como *idosos.* Desta forma, a velhice agora é um fenômeno que se constitui como um desafio a ser enfrentado por diversos Estados, a exemplo do Brasil.

Esse processo mundial de envelhecimento populacional pode ser considerado resultado do declínio na taxa de natalidade e de mortalidade, do avanço da ciência e da melhoria de qualidade de vida. Todo esse contexto transformou a velhice em um tema privilegiado entre os vários desafios que as sociedades mundial e brasileira enfrentam atualmente. Tal fato pode ser visto ao observarmos que o idoso se faz presente em diversos momentos, como na formulação de políticas, na descoberta de um novo mercado consumidor, como um novo grupo etário que busca diferentes formas de lazer, entre outros.

Foi diante dessa mudança nos perfis demográficos da população que não apenas o Brasil, mas diversos países lançaram um novo olhar sobre a velhice, acarretando mudanças na formulação de políticas públicas voltadas a essa camada da população. Podemos perceber o crescente interesse por parte de governos mundiais em medidas que busquem a autonomia dos idosos, um envelhecimento saudável, ativo e uma maior qualidade de vida para essas pessoas. Mas, não se pode deixar de mencionar a luta para que políticas públicas do envelhecimento sejam realmente efetivadas.

Tendo o fenômeno do envelhecimento populacional presente em quase todo o mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) inseriu o tema nas agendas de suas Assembleias Mundiais, cujas reuniões possuem a intenção de convencer e estimular os Estados a se dedicarem a essa nova problemática social. Devo mencionar que a ONU já abordou o envelhecimento em seus estudos no ano de 1956, quando o DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais) publicou um relatório considerado inovador sobre o envelhecimento da população nos países mais desenvolvidos. A entidade passou a direcionar mais atenção ao tema a partir da Primeira Assembleia Mundial.

No tocante ao Brasil, nosso país está sendo precursor na promulgação de diversas leis voltadas para a pessoa idosa, como também na participação de vários acordos internacionais pautados na questão do envelhecimento. Além do primeiro Fórum Global Intergovernamental sediado na cidade de Viena em 1982, o tema do envelhecimento fez parte de outros Fóruns das Nações Unidas nos anos 1990, como o Princípio das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas, no ano de 1991 e a Conferência Internacional sobre o Envelhecimento, em 1992. Além disso, a legislação brasileira possui um perfil bem avançado no tocante ao assunto, em comparação com outros países da Europa, e tem-se baseado em diretrizes internacionais, mesmo que nem sempre conseguindo aplicá-las.

Entretanto, pode-se perceber que um dos obstáculos encontrado em diversos documentos oriundos das Nações Unidas é o seu perfil generalizador, ou seja, não são consideradas as diferenças entre as regiões, como acontece na Declaração Universal dos Direitos Humanos que é um documento único e se apresenta como um plano geral para realidades sociais heterogêneas. E o mesmo acontece em propostas direcionadas ao envelhecimento, em que não se reconhece que as experiências de um grupo, que é definido como uma categoria homogeneizadora (velhos, idosos ou indivíduos da terceira idade), podem abranger diversas diferenciações marcadas por situações de classe social, etnia, raça, gênero, região etc.

Devo destacar que os princípios de classificação que são utilizados em nossa sociedade, até mesmo os que nos parecem ser "naturais", são na verdade construídos socialmente. Em geral, características físicas ou especificidades biológicas, como a idade, são utilizadas como critérios de classificação social dos sujeitos, mas deve-se atentar que o surgimento desses critérios está relacionado com o surgimento de certas instituições e agentes especializados, que fazem uso dessa definição para suas atividades.

Debert (1998) acredita que a institucionalização do curso da vida tem a idade cronológica como uma dimensão elementar na organização social. Os estágios da vida foram claramente definidos, separados e organizados através da idade cronológica. Essa institucionalização não só está presente nas dimensões do mundo familiar e do trabalho, mas também se encontra na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas do Estado, que cada vez mais têm os grupos etários como alvos específicos, como é o caso das políticas voltadas para o grupo classificado como *idosos*.

Neste caso em específico, a partir de uma determinação legal – atingir os 60 anos de idade – o estatuto da velhice é imposto ao indivíduo e seu *status* na sociedade também é

determinado, constituindo todos aqueles inseridos nessa cronologia na categoria de *idoso*, como um grupo homogêneo. Ou seja, pode-se compreender que o Estado tem o poder de regular todo o percurso da vida do indivíduo através do controle de fases, como a da escola, do trabalho, da aposentadoria, e também através das políticas, direitos e deveres direcionados para grupos etários específicos.

Lenoir (1996) acredita que a velhice foi constituída como problema social, sendo resultado de mudanças econômicas que atingiram as estruturas familiares, além do aumento no número de indivíduos dessa faixa etária, do aumento do estatuto social do grupo, entre outras questões. No entanto, a velhice também se tornou objeto do discurso científico. Debert (1998), dialogando com Lenoir (1996), afirma que os primeiros discursos sobre a velhice pertenciam ao campo médico que tratava o envelhecimento como desgaste fisiológico, em que apenas medidas de higiene corporal eram propostas. Mais tarde, com as políticas de aposentadoria, problemas econômicos e financeiros, diferentes especialistas, como gerontólogos, psicólogos e sociólogos, passaram não só a analisar a questão do envelhecimento populacional, mas também a estabelecer as necessidades dos idosos e a forma correta de viver essa fase da vida, exercendo papel de agentes com o poder de definir as categorias de pertencimento e de classificação desses sujeitos velhos através das representações em seus discursos científicos.

A partir dessas contribuições, foi possível perceber que o discurso sobre os *idosos* ou sobre a *terceira idade* foi utilizado por agentes envolvidos na gestão coletiva da velhice como forma de legitimar e normalizar uma nova velhice. Ou seja, com a mudança de *velho* para *idoso*, o termo passou a ser usado oficialmente na "política da velhice" e também serviu no estabelecimento de novas atitudes, atividades e consumo direcionados a essa nova etapa da vida (LENOIR, 1996).

Debert (1997b) afirma que foi essa inversão na representação da velhice e a atribuição de novos significados que tratam o envelhecimento como o momento ideal para novas conquistas, novas identidades e novos projetos, que proporcionaram a criação de espaços onde o envelhecimento pudesse ser vivido de forma agradável e coletivamente. Ou seja, as categorias *idoso* e *terceira idade* foram legitimadas como forma de combater antigos estereótipos relacionados ao envelhecimento, estabelecendo outras formas de viver melhor essa etapa da vida.

Entretanto, essas categorias utilizadas em políticas sociais ou no estabelecimento de direitos específicos para determinado grupo etário, pressupõem o reconhecimento de princípios universais para a regulação da existência desses indivíduos. No caso dos idosos

especificamente, não são consideradas heterogeneidades relacionadas à classe, ao gênero, à raça, à religião, entre outras, que podem existir dentro do grupo etário. Além disso, com esse novo discurso, pautado em um sentido positivo da velhice como fase propícia para passear, viajar, dançar, criar novos laços fora do âmbito familiar, entre outras atividades, uma grande parcela de idosos têm buscado formas em que suas vidas possam ser (re)significadas, pautadas em uma maneira de manterem-se jovens, incluídos em uma cultura de consumo, ativo, ou seja, cria-se a possibilidade de uma nova identidade, algumas vezes denominada *melhor idade*.

Atualmente, diversas instituições e especialistas utilizam a designação dessa nova identidade como orientação no planejamento de ações e programas, como aulas de dança, ginástica, hidroginástica, canto, coral, pintura, informática, universidades, entre outras. Tal estratégia para uma nova maneira de se viver o envelhecimento pode ser vista na perspectiva do Trabalho Social com Idosos (TSI) realizado pelo Serviço Social do Comércio (SESC).

Em setembro de 1963 foi criado o primeiro grupo de idosos em uma instituição não governamental no Brasil, no SESC São Paulo. A iniciativa foi pioneira no continente latino-americano no que se refere à organização de programas socioeducativos e culturais voltados ao atendimento ao idoso. Em seu discurso oficial, o SESC registra que o TSI atua através de ações voltadas para os interesses e características dos idosos atendidos, trabalhando sua integralidade por meio do desenvolvimento de ações e projetos que atendem às diversas dimensões do envelhecimento, buscando relações intergeracionais, protagonismo do idoso, o envelhecimento ativo e enfrentando a exclusão social na velhice (SESC, 2011).

Estas ações são possíveis através da compreensão de que a velhice é uma concepção absoluta. Ou seja, não se reconhece que o significado do envelhecimento para pessoas que pertencem à mesma faixa etária e que fazem parte de uma classificação homogênea depende, em grande parte, da interpretação de cada indivíduo, sobre experiências vividas. Sendo assim, a compreensão do envelhecer deve ser pensada levando em consideração semelhanças e diferenças no percurso de vida de cada pessoa, suas particularidades, relações sociais construídas, mudanças e permanências nas reconfigurações de identidades etc. É através dessa reflexão que é possível observar alguns idosos que aceitam novas atividades ou experiências com maior facilidade e outros, ao contrário, não aderem a todas as ofertas de produtos e serviços direcionados como comuns para a terceira idade.

Assim, acreditando que as especificidades de gênero, classe, raça, entre outras, são invisibilizadas na categoria social *velhice* e também acreditando que podem existir diferenças entre as imagens produzidas, divulgadas, aceitas e utilizadas em nossa cultura e pelo poder

público, se comparadas com a interpretação que muitos idosos têm dessa fase da vida, busquei, a partir deste estudo, responder às seguintes questões: Quais os significados da velhice para sujeitos definidos como idosos? Como experenciam o processo de envelhecer, especialmente quando lhes são apontados caminhos para a vida ativa, maior longevidade, como é o caso daqueles que se inserem em grupos de idosos?

Partindo dessa problemática, constituiu-se como objetivo geral deste estudo identificar significados atribuídos à velhice a partir de entrevistas com idosas participantes do SESC devidamente matriculados no TSI, em São Luís – MA, na intenção de compreender essas experiências vinculadas a marcadores sociais que tornam possível a distinção na maneira como as diversas participantes do grupo vivem essa fase da vida.

A presente investigação, que focou, sobretudo, os significados de ser velho, tem sua importância justificada, pois o resgate de lembranças das experiências do vivido, situadas no tempo presente das entrevistas possibilitou a apreensão dos significados colados ao "ser velho", à sua construção social e às singularidades das maneiras em que se expressam esses sujeitos como idosos inseridos em contextos semelhantes, mas também diversos, permitindo-nos olhares diferenciados e plurais sobre essas experiências.

1.2 O SESC, o Trabalho Social com Idosos – propostas básicas

O SESC foi criado no dia 13 de setembro de 1946 como resultado da ação de empresários e organizações sindicais, através do Decreto-lei nº 9.853. Em documentos oficiais, a entidade propõe-se a atender às necessidades sociais mais urgentes da sua clientela específica: os operários do comércio e da indústria e seus dependentes. Tais necessidades foram reconhecidas e, em nome de uma harmonia social e do desenvolvimento econômico, buscou-se não apenas uma transformação, mas também um aprimoramento cultural e profissional mediante uma obra disciplinar com a classe trabalhadora.

O serviço social do SESC, de forma geral, implanta suas atividades pelo viés da educação, de modo que o perfil assistencialista seja superado e que seja possível, de fato, disciplinar os hábitos dos seus participantes. Tal proposição pode ser vista no documento *Diretrizes Gerais do SESC* (2010), que estabelece que a instituição possui como objetivos:

1) Fortalecer, por meio de ações educativas, propositivas e transformadoras, a capacidade dos indivíduos para buscarem, eles mesmos, melhorar suas condições de vida;

2) Oferecer serviços que possam contribuir para o bem-estar de sua clientela e melhoria de sua qualidade de vida;
3) Contribuir para o aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural (SESC, 2010).

O trabalho desenvolvido pelo SESC é voltado para uma clientela específica, mas contém exceções. Inicialmente é direcionado para comerciários que estiverem exercendo atividades em empresas ou entidades enquadradas nos planos da Confederação Nacional do Comércio ou vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, sendo contribuintes do SESC. Desta forma, são beneficiários: o comerciário e seus dependentes; os servidores e os estagiários do SESC e SENAC; os empregados de entidades sindicais do comércio e dos comerciários e seus dependentes, em atividade ou aposentados (SESC, 2010). Além desses, podem ser admitidos outros usuários que não se enquadram nas citadas exigências, como nos serviços e atividades estendidos à comunidade e que atendem a um grande número de pessoas.

Junto à sua clientela, o SESC desenvolve atividades como educação infantil, fundamental e complementar; cursos de valorização social; restaurantes; assistência odontológica; bibliotecas; desenvolvimento artístico e cultural; atividades esportivas; turismo social; trabalho com grupos; ações comunitárias, entre outras. Todas essas ações fazem parte de quatro campos prioritários, sendo eles compreendidos pela entidade da seguinte forma:

- **Educação**: a ênfase recai sobre a necessidade de que os serviços prestados tenham um caráter educativo que permita o enriquecimento espiritual dos indivíduos, contribuindo para que se tornem agentes conscientes do processo de desenvolvimento político, econômico e social brasileiro. Assim, a educação apresenta-se como o processo social por excelência, para tornar os indivíduos eficientes no seu autodesenvolvimento e capazes de produzirem respostas às suas necessidades e às de seus familiares;
- **Saúde**: ao longo dos anos, a ação do SESC esteve voltada para um conjunto de práticas em nutrição, saúde bucal, medicina de apoio e difusão de conhecimentos. Buscando contribuir para a redução das demandas da sua clientela, possui como prioridade ações que disseminem informações e que estimulem a criação de hábitos voltados para a preservação da saúde, além de atender às necessidades de caráter curativo e de suplementação em áreas como odontologia e nutrição;

- **Cultura:** as manifestações artístico-culturais são consideradas pelo SESC como um dos contextos mais expressivos para o aprimoramento da condição humana. Para sua efetivação, criam-se condições que possibilitem à produção artístico-cultural tornar-se um real instrumento de transformação dos indivíduos e da sociedade. Seus objetivos visam enriquecer intelectualmente os indivíduos e levá-los a desenvolver uma nova compreensão das relações sociais;
- **Lazer:** a diretriz básica do SESC é o desenvolvimento de um trabalho de cunho eminentemente educativo, sua ação programática contrapõe-se à tendência do lazer em se tornar um conjunto de práticas consumistas, repetitivas e de pura evasão, que pouco contribuem ao desenvolvimento individual e à realização social. Desta forma, suas atividades objetivam não só o atendimento das necessidades humanas de recuperação física e mental, mas também das necessidades de participação, solidariedade e integração sociocultural (SESC, 2010).

No ano de 1963, o SESC iniciou alguns projetos exclusivos para idosos, formando o primeiro grupo na cidade de São Paulo com apenas 12 aposentados. Por tal iniciativa, a entidade considera-se pioneira na formulação de atividades em âmbito social, educacional, esportivo e assistencial direcionadas para os idosos. Esse trabalho desenvolvido pelo SESC é de destaque nacional, mas também foi reconhecido internacionalmente através de duas participações em Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento da ONU: em Viena no ano de 1982 e em Madri em 2002. No tocante a essas participações, deve-se atentar que não só o trabalho desenvolvido no TSI, mas também o seu discurso pautado no *envelhecimento ativo* estão relacionados com as propostas estabelecidas em tais assembleias.

Quando o primeiro grupo foi implantando, suas características eram tidas como revolucionárias, pois até então os serviços ofertados para as pessoas mais velhas eram apenas asilos ou programas de cuidados especiais. Hoje o TSI do SESC é considerado um modelo de programa que deve ser direcionado ao público com idade a partir de 60 anos, tendo um programa de atuação que se resume da seguinte forma:

> O TSI atua através de ações voltadas para os interesses e características dos idosos atendidos, trabalhando a pessoa idosa em sua integralidade por meio do desenvolvimento de ações e projetos que atendem às diversas dimensões do envelhecimento, seguindo as diretrizes relações intergeracionais, gerontologia como tema transversal, protagonismo do idoso e envelhecimento ativo, que são voltadas para o exercício da cidadania, enfrentamento da exclusão social na velhice e fortalecimento da pessoa idosa enquanto agente de transformação social, desempenhando papel social representativo na família e na sociedade.

> O TSI é desenvolvido através das três áreas de atuação, quais sejam:
>
> Grupo de Convivência: visa à ampliação da qualidade de vida, da participação social e o combate ao isolamento social do idoso. Atividades: reunião de integração, bailes temáticos, dinâmicas e vivências, dentre outras.
>
> Escola Aberta da Terceira Idade: objetiva estimular a capacidade cognitiva e proporciona a aquisição de conhecimentos, gerando maior autoestima e autonomia. Atividades: cursos de idiomas e informática, palestras, oficinas, seminários, fóruns, grupo de estudos sobre o Estatuto do Idoso, dentre outras.
>
> Trabalho Intergeracional: estimula a integração e o aprendizado entre as gerações. Atividades: Projeto Era Uma Vez, atividades intergeracionais, semana social da terceira idade, encontro com a família, dentre outras (SESC, 2011, p. 01).

No SESC Maranhão, a criação do primeiro Grupo de Convivência de idosos aconteceu no dia 14 de julho de 1989, funcionando no SESC Deodoro com 66 participantes. Seguindo a mesma perspectiva das outras unidades, o programa propunha atender aos comerciários e usuários de ambos os sexos, com idades a partir de 50 anos[1], apresentando como objetivos: tirar o idoso do isolamento, ser uma possibilidade de socialização fora do âmbito familiar, buscar uma melhoria na saúde, na autonomia e na autoestima do idoso, além de proporcionar um espaço no qual as pessoas, na velhice, tenham oportunidade de interagir, socializar, ter momentos de novas aprendizagens e comemorações, encontrar interesses em comum, convivendo com outras pessoas na mesma faixa etária e, desta forma, reconstruir novos papéis e identidades (DRUMOND, 2004).

Com a mesma proposta, ainda foram criados mais dois grupos no estado do Maranhão: um no SESC Caxias, na cidade de Caxias, iniciado em 28 de setembro de 1990, e o terceiro no dia 24 de setembro de 1998, no SESC Turismo também na cidade de São Luís, inicialmente com a participação de 60 idosos. Hoje, de acordo com informações obtidas com a coordenadora Adalgisa Drumond, o TSI na cidade de São Luís atende a 594 idosos, sendo 382 na Unidade Operacional do SESC Deodoro e 212 no SESC Turismo.

Este estudo foi realizado exclusivamente com participantes do Grupo de Convivência TSI - SESC Deodoro. Nessa unidade, as atividades ofertadas possuem duas características: continuadas e temporárias. As atividades continuadas existem durante todo o ano, sendo elas o *Coral SESC Vozes da Sabedoria,* a *Banda SESC Retratos e Canções,* o *Curso Básico de Música,* o *Grupo Regional SESC Percussiva Idade* e a *Reunião do Grupo de Idosos*. As outras atividades temporárias são seminários, encontros, palestras, jogos, comemorações religiosas e sociais, passeios, excursões e também os grupos de dança e teatro, como o

[1]Hoje a matrícula no TSI do SESC segue a definição da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que define como idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

Bumba-meu-boi, o *Pastor do Reino Jesus* e a *Dança Circular*, estas geralmente têm suas turmas formadas próximas a alguma apresentação de período festivo e logo após são encerradas. Deve ser mencionado que os idosos participantes do grupo são estimulados a praticarem atividades físicas, a exemplo da hidroginástica, contudo ela é ofertada pelo SESC a todos os seus usuários, ou seja, não é desenvolvida especialmente para os membros do TSI.

1.3 Caminhos da pesquisa

Partindo da reflexão sobre os princípios gerais, estabelecidos por saberes institucionalizados que definem e demarcam modos de existência para *uma velhice saudável e em movimento*, e, também, preocupada com a possibilidade de restrição da diversidade de experiências, sob o constrangimento dessa categoria, entendi como necessário entrar em contato com idosos e idosas participantes de grupos de convivência. No atual contexto de imagem ativa do envelhecimento, muitos idosos organizam-se em grupos ou programas de naturezas diversas voltadas para as pessoas de mais idade. São esses os espaços onde vivenciam experiências de atividade social fora do âmbito familiar e, desta forma, redescobrem certa autonomia e individualidade em um ambiente de participação coletiva.

Constituí a pesquisa empírica com mulheres, a partir de 60 anos de idade, que atualmente participam de alguma atividade do Trabalho Social com Idosos no SESC, localizado na Avenida Silva Maia, nº164, Centro, São Luís – MA. Busquei, por meio de entrevistas de longa duração e sem roteiro pré-definido, obter relatos que me permitissem, sobretudo, conhecer alguns dos significados atribuídos por essas pessoas ao *ser velha*, privilegiando assim uma das especificidades da demarcação de gênero, de maneira especial por observar que nesses grupos há uma presença massiva de mulheres, mais disponíveis para falarem de si, de suas vivências, de suas muitas mudanças e permanências, sendo assim, mais acessível visibilizar unicidades e particularidades comuns a uma existência histórica.

A seleção desse grupo de referência atestou, para mim, a importância atribuída ao uso de trabalhos com relatos de experiências, depoimentos constituintes de uma história de vida, ou de trajetórias, que, sem dúvida, estão repletas de significações sociais e processos históricos. Desse modo, concordo com autores como Sanches e Minayo (1993) em relação à abordagem qualitativa, a qual é empregada para compreender fenômenos tidos como complexos, podendo ser estes valores, crenças, hábitos, atitudes, opiniões, etc. Desta forma, é preciso aprofundar-se na complexidade de fatos e processos específicos a certo indivíduo ou a

determinados grupos, pois como afirma Chizotti (1991), um estudo qualitativo é o mergulho do pesquisador nos sentidos e emoções do grupo em análise; o reconhecimento dos atores como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; e a aceitação de que a fala, os momentos de silêncio, as revelações e os ocultamentos são importantes.

As mulheres selecionadas, além de disponibilizarem tempo e generosidade à constituição deste trabalho, eram devidamente matriculadas no TSI do SESC Deodoro, onde são oferecidas atividades, de segunda a sexta, pela manhã e à tarde, como canto, dança, percussão, entre outras. Inicialmente cogitei a possibilidade de o estudo ser realizado em dois grupos, porém o acesso ao segundo grupo não foi possível em razão do curto espaço de tempo para uma pesquisa no percurso atual do curso de Mestrado. Assim, a escolha do SESC foi devido ao sucesso e à abrangência nacional do seu trabalho, além do apoio e da receptividade encontrados para o acesso ao local e para a realização da pesquisa com membros do grupo do TSI.

O primeiro contato foi feito com a coordenadora do Trabalho Social com Idosos, Adalgisa Drumond, no mês de outubro de 2013, em que pude explicar o objetivo da pesquisa e os procedimentos que seriam empregados. Mesmo com seu consentimento, um pedido teve que ser encaminhado à Secretaria Geral do SESC, solicitando uma autorização para a realização da pesquisa junto ao grupo. Somente após a resposta oficial direcionada à orientadora Sandra Nascimento e ao Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade, pude iniciar os primeiros contatos nas atividades.

A primeira técnica utilizada nas visitas ao grupo TSI foi a observação sistemática. Foram sendo registradas as primeiras impressões à medida que as atividades iam se desenrolando. De acordo com Alvarez (1991) a observação é um instrumento de pesquisa e coleta de dados que permite informar o que ocorre na situação real. O intuito da observação foi ter um conhecimento inicial do grupo, como é seu funcionamento, quem são os participantes, seus hábitos, vestuário, frequência, entre outras características. Para o registro dessas observações, utilizei um diário de campo para os devidos apontamentos.

Esse primeiro passo foi extremamente importante, até mesmo para os integrantes do grupo acostumarem-se com a presença de uma pesquisadora em suas atividades. Para que essa etapa tivesse sucesso, foi necessário, primeiramente, apresentar-me aos idosos do grupo através da coordenadora Adalgisa Drummond. De início, existia certa resistência natural por parte de algumas, mas que posteriormente foi superada.

Construídas algumas das informações iniciais, a cada momento se fazia mais urgente a necessidade de ouvir as idosas integrantes do grupo. Segundo Tim May (2004, p. 145)

entrevistas bem orientadas “geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”.

Neste estudo foram utilizadas duas formas de entrevistas definidas por May (2004) como semiestruturadas e em grupo. A entrevista semiestruturada é caracterizada pelo seu caráter semiaberto e pode ter longa duração. Aqui as idosas construíram suas narrativas e/ou relatos dentro de sua concepção da experiência da velhice e as relações nas quais estão inseridas com familiares, amigos, companheiros de grupo, seus líderes etc.

Nessas entrevistas semiestruturadas foi-lhes permitido narrar trechos de suas histórias de vida, exercício de investigação que exigiu articulação com a memória. Foi através do trabalho de rememoração que as idosas, em suas narrativas, elegeram passagens de suas vidas em que foi possível perceber a maneira como pensam, se comportam e suas atuais visões de mundo.

Trabalhando com *lembranças,* as mulheres destacaram significados que foram aceitos, absorvidos, reproduzidos e vivenciados durante suas vidas. No tocante à rememoração, Maurice Halbwachs (2004) argumenta que toda memória é coletiva e um elemento fundamental na identidade e percepção de si e dos outros. Em seus estudos, o autor destaca as ligações entre a rememoração das experiências vividas individualmente, que são, sobremaneira, experiências vividas em grupos sociais que pertencemos, e que por isso mesmo trazem em si marcas das relações de poder.

Freitas (2001, p.42), analisando o pensamento de Halbwachs, acredita que:

> O autor não trata a memória isoladamente, mas busca sua compreensão na relação do homem com a sociedade. Ele não vai estudar apenas a memória, mas os “quadros sociais da memória”. As relações a serem determinadas já não se limitam ao mundo da pessoa, e sim, à realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo. Nesta perspectiva, lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo.

Do mesmo modo, Maria Isaura P. Queiroz (1988, p. 36) compreende que:

> Se o indivíduo obedecesse a determinações exclusivamente suas e inconfundíveis, então realmente as histórias de vida seriam impróprias para uma análise sociológica. No entanto, o que existe de individual e único numa pessoa é excedido, em todos os seus aspectos, por uma infinidade de influências que nela se cruzam e às quais não pode por nenhum meio escapar, de ações que sobre ela se exercem que lhe são inteiramente exteriores. Tudo isto constitui o meio em que vive e pelo qual é moldada; finalmente, sua personalidade, aparentemente tão peculiar, é o resultado da interação entre suas especificidades, todo o seu ambiente, todas as coletividades em

> que se insere. Não é novidade alguma afirmar que o indivíduo cresce num meio sócio-cultural e está profundamente marcado por ele.

Á medida que íamos interagindo e construindo interlocuções cada vez mais dialógicas, surgia a possibilidade de utilizar outros recursos técnicos como facilitadores ou favoráveis ao aprofundamento de algumas questões. Assim, foi o caso do uso de entrevista em grupo, já conhecida como grupo focal. Utilizando como pressuposto o pensamento de Tim May (2004) no tocante ao módulo recomendável, o número de participantes foi composto de 10 mulheres idosas que, guiadas por uma entrevistadora, discutem o(s) tópico(s) em pauta. Além disso, as participantes foram as que voluntariamente aceitaram participar da pesquisa, sabendo antecipadamente seus objetivos e metodologia.

A entrevista em grupo focal apresentou-se como importante, pois nela foi permitida a discussão sobre temas específicos com as participantes do TSI, mediante estímulos apropriados para o debate, como uma música ou alguma atividade. Essa técnica também proporcionou a interação grupal, corroborando para uma melhor participação das entrevistadas, transformando este momento em descontração, em que as participantes responderam de forma mais intensa e espontânea algumas questões. Além disso, facilitou que significados, conceitos e valores fossem contextualizados e interpretados pelo próprio grupo entrevistado. Assim, foi permitida a revelação do ponto de vista de cada uma, mas também foi possível para mim, enquanto pesquisadora, examinar as diferentes análises particulares em relação a certos temas e, ainda, compreender como as diversas experiências são articuladas, confrontadas, alteradas ou censuradas entre elas.

Segundo Iervolino e Pelicioni (2001, p.116), os participantes das entrevistas em grupos focais são selecionados por apresentarem certas características em comum associadas ao tópico que está sendo pesquisado – no caso desta pesquisa, ter idade a partir de 60 anos e participar de alguma atividade do TSI. Contudo, a maior riqueza da coleta de dados através do grupo focal é "basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos". Nesse sentido, o indivíduo é convocado a emitir opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenha pensado anteriormente, visto que as pessoas, geralmente, colocam suas próprias opiniões quando expostas à discussão em grupo. É exatamente esse processo que o grupo focal tenta captar. Ele permitiu que singularidades, semelhanças e diferenças fossem relevadas na complexidade das experiências, das expressões e dos sentimentos dessas idosas.

Ainda para operacionalizar a investigação, procurei informações e reuni registros que abordassem o tema da velhice. Essa coleta foi realizada em revistas especializadas, internet e

em documentos oficiais nacionais e internacionais. Selecionei outros procedimentos técnicos, tal como a pesquisa bibliográfica a partir de publicações como livros, artigos, teses, dissertações e outras obras que abordassem as temáticas do envelhecimento, memória, gênero, corpo, arranjos familiares e demais temas relacionados com o estudo.

Os estudos de alguns autores das Ciências Sociais foram imprescindíveis, como importantes reflexões da cientista social Guita Debert (1997a, 1997b, 1998, 1999, 2012), que abordam as dificuldades e os caminhos que devem ser seguidos em estudos relacionados ao envelhecimento, além de análises do sociólogo francês Remi Lenoir (1196), que abordam a construção da velhice enquanto objeto sociológico. Ambos apresentaram-se como materiais fundamentais de extrema importância para compreender a constituição da velhice como problema social e objeto do discurso científico, além do trabalho coletivo histórico de construção de normas e modelos ideais de referência identitária.

1.4 Organização da dissertação

A estrutura textual na qual organizo o material constituinte deste estudo reúne, além desta introdução, três capítulos e considerações finais, da forma como relato a seguir.

Na Introdução, apresento minha motivação para constituição da velhice, ou mais propriamente da pergunta/problema "o que é ser Velho, ou Velha, em nossa sociedade, ante tantos rumores sobre bem-estar e atividade?". Esta questão conduz ao tema de investigação e estudo, delineando objetivos a alcançar e o caminho percorrido no tocante à metodologia ao longo da construção do estudo.

No Capítulo 2, destaco as categorias de análise *velhice* e *trabalho social com idosos.* Realizo uma abordagem da construção da *velhice* enquanto problema social e como discurso científico. Além disso, analiso as características históricas e políticas que envolvem tais categorias, como foram constituídas, os agentes envolvidos nessa construção, e como são utilizadas por diferentes instituições em nossa sociedade.

No Capítulo 3, destaco as principais iniciativas, em nível internacional, nacional e local, constituídas como atenção institucional voltadas ao envelhecimento. Foram destacadas leis, assembléias, fóruns, políticas sociais, entre outras medidas relacionadas ao tratamento a ser oferecido à população idosa. A análise das citadas medidas remete-nos à constatação de como os discursos são homogeneizadores no tocante à velhice, não reconhecendo, na maioria das vezes, particularidades e diferenças que foram construídas e vividas por sujeitos inseridos em contextos sociais diversos.

No Capítulo 4, analiso as entrevistas feitas com as participantes do grupo TSI. Tal análise foi realizada em articulação com estudos que destacam memória, gênero, raça, arranjos familiares, corpo, religião, entre outros que me permitiram identificar distintos significados atribuídos à velhice; as diferenças na maneira como essas idosas vivem essa fase da vida; e como articulam os discursos veiculados pelo trabalho em grupo no SESC com suas experiências de vida.

Devo mencionar que meu interesse nesta pesquisa surgiu a partir de questionamentos oriundos de conversas com idosos durante minha graduação na produção de pesquisa sobre Direitos Humanos. Desta forma, na procura de avançar a compreensão sobre o envelhecimento, o estudo focado em tais direitos foi desviado e considerei buscar em outros campos de conhecimento um espaço que permitisse enriquecer discussões originadas na produção do estudo citado. Encontrei no Mestrado de Cultura e Sociedade este ensejo. Além disso, a presente investigação não visa, em nenhum momento, ao esgotamento do tema estudado, ao contrário, sua realização e resultados obtidos deverão servir de base para uma pesquisa futura no doutorado em Relações Internacionais.

CAPÍTULO 2 - CATEGORIAS ANALÍTICAS FUNDAMENTAIS

2.1 Velhice

Ao longo dos anos, pesquisadores e estudiosos de diferentes áreas buscaram definir alguns parâmetros na tentativa de caracterizar a velhice. Neste estudo, o ponto de partida consiste em abordar a construção da categoria *velhice* tendo como pressuposto o entendimento de que a idade é "biológica, socialmente manipulada e manipulável" (Bourdieu 1980, p.145). Deve-se levar em consideração que mesmo na utilização de propriedades biológicas na descrição de categorias como a idade, estas propriedades não contêm uma natureza pura, ou seja, biológica, mas tanto a idade quanto o sexo são utilizados na sociedade como critérios de classificação dos indivíduos (LENOIR, 1996).

É possível observar pouco consenso acerca desta categorização. Maurice Halbwachs, sociólogo, reconheceu que a idade não pode ser considerada como um dado natural, mesmo quando for utilizada em análises da evolução biológica de determinados indivíduos. A idade deve primeiramente ser entendida como resultado de diversas práticas sociais e necessidades organizacionais, ou seja, é uma noção social (HALBWACHS, 1935, LENOIR, 1996).

Estando ciente das dificuldades na definição do objeto que será estudado, a mesma situação que vários pesquisadores passaram em estudos voltados ao envelhecimento, utilizei como apoio importantes reflexões da cientista social Guita Debert, que em seu trabalho *Pressupostos da Reflexão Antropológica Sobre a Velhice* aborda as dificuldades e os caminhos que devem ser seguidos em estudos relacionados ao envelhecimento, e a análise do sociólogo francês Remi Lenoir, que aborda a construção da velhice enquanto objeto sociológico. Ambos se apresentaram como materiais essenciais e de extrema importância para compreender a construção da categoria velhice.

A autora citada acredita que estudos com a temática velhice esbarram em algumas dificuldades, pois é uma problemática marcada por três tipos de características: é uma categoria que foi culturalmente produzida e tem como referências supostos processos biológicos e universais; é uma questão que na sociedade ocidental contemporânea se constitui como problema social e é um tempo em torno do qual um discurso científico é institucionalizado (DEBERT, 1998).

Para Lenoir (1996), a primeira grande dificuldade encontrada deve-se ao fato de estarmos diante das representações já estabelecidas do nosso objeto de estudo. Isso, ocasionalmente, pode-nos induzir na maneira de apreendê-lo, defini-lo e concebê-lo. O autor

acredita que essas representações podem tomar a forma de imagens sensíveis ou conceitos grosseiramente formados, mas não basta apenas afastarmos as falsas evidências, pois essas pré-noções encontram um fundamento e uma função social.

Sobre essa vertente, Lenoir ainda explana que:

> Entre as representações, a que aparece sob a forma de um "problema social" constitui, talvez, um dos obstáculos mais difíceis de ser superado. Com efeito, os "problemas sociais", são instituídos em todos os instrumentos que participam da formação da visão corrente do mundo social, quer se trate dos organismos e regulamentações que visam encontrar uma solução para tais problemas, ou das categorias de percepção e pensamento que lhes correspondem. [...] Assim, a análise deve começar pelo estudo do processo de elaboração dessas categorias que classificam (1996, p. 62).

Os princípios utilizados para a classificação em nossa sociedade, até mesmo os que nos parecem ser naturais, sempre possuem uma base fundamentalmente social. Geralmente características físicas ou especificidades biológicas, como a idade, são utilizadas como critérios para classificar o sujeito na sociedade, mas pode-se dizer que o surgimento desses critérios está relacionado com o aparecimento de certas instituições e agentes especializados, que utilizam essa definição para suas atividades. "Esses princípios de classificação não têm sua origem na "natureza", mas em um trabalho social de produção das populações elaborado, segundo critérios juridicamente constituídos por diferentes instituições" (Lenoir, 1996, p. 64). Dentre essas instituições, as mais conhecidas são os sistemas escolar, médico, do mercado de trabalho e da proteção social.

Um fator importante a ser mencionado, no tocante à idade, é que ela não deve ser compreendida como sendo uma consciência. Citando Halbwachs (1972), Lenoir (1996, p. 65) afirma que "um indivíduo humano, isolado, privado de qualquer relação com seus semelhantes e que não se apoiasse na experiência social, nem chegaria a saber que deve morrer". Assim, fica claro que a idade é, portanto, uma noção social que foi estabelecida para distinguir os diferentes membros de um grupo social:

> A própria noção de idade − a que é designada em números de anos – é o produto de determinada prática social: medida abstrata cujo grau de precisão – reconhecido em certas sociedades – é explicado, sobretudo, pelas necessidades da prática administrativa (na medida em que já não é suficiente a identificação dos indivíduos, o nome e o lugar de moradia). Como critério de classificação, a idade cronológica apareceu na França, no século XVI, no momento da generalização da inscrição do nascimento nos registros paroquiais (LENOIR, 1996, p. 65).

Guitta Debert (1998) inicia sua reflexão antropológica sobre a velhice afirmando que ela não é uma categoria natural. A fragmentação da vida em etapas não era favorecida por alguns motivos, como a falta de uma idade específica para começar a trabalhar ou diferentes idades entre crianças da mesma família. A segmentação do curso da vida surge gradativamente com as diferenças entre as idades e com a atribuição de funções e hábitos específicos para cada grupo. Desta forma, a velhice é reconhecida como uma etapa isolada das outras, como resultado desse processo de novas etapas da vida e da separação das idades nos espaços públicos e privados.

Deve-se levar em consideração que as representações existentes em nossa sociedade sobre a velhice, a idade específica a partir do qual os indivíduos são considerados velhos, a posição social desses velhos e o tratamento direcionado para essa fração da população ganham significados diferentes dependendo dos variados contextos sociais, culturais e históricos, pois como afirma Debert (1998, p. 9):

> [...] a idade não é um dado da natureza, não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem o fator explicativo dos comportamentos humanos. Essa demonstração exige um rompimento com os pressupostos da psicologia do desenvolvimento que concebe o curso da vida como uma sequência unilinear de etapas evolutivas em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, seriam estágios pelos quais todos os indivíduos passam e, portanto, teriam caráter universal.

Através desse entendimento, percebemos claramente outro desafio no tocante à classificação: as faixas etárias. Na manipulação das classificações em termos de idade, o ponto relevante sobre o que se deve ter cautela e que sempre está em questão é a definição dos poderes associados aos diferentes momentos da vida (LENOIR, 1996). Ou seja, cabe ao pesquisador, quando seu estudo envolve algum grupo de pessoas classificadas pela faixa etária, como esta pesquisa, não se voltar especificamente na luta entre as gerações, mas analisar os agentes envolvidos, as medidas que eles utilizam e as representações dominantes na legitimação de uma faixa etária.

Philippe Ariès (1981), em seu livro *História Social da Criança e da Família*, traz um dos clássicos e mais difundidos exemplos voltados para o estudo da construção social das categorias de idade. O autor demonstra que na Idade Média a criança não existia como categoria, sua constituição veio no século XIII, o que acabou resultando no afastamento das crianças em relação aos adultos. As crianças participavam do mundo do trabalho e da vida social adulta assim que suas capacidades físicas permitissem, mas ao longo dos anos, gradativamente, a noção de infância foi sendo desenvolvida e esse grupo passou a ser tratado

como um problema específico. É neste momento que surgem jogos, roupas e maneiras adequadas para distinguir crianças de adultos e nascem instituições específicas, a exemplo das escolas, para preparar a criança na chegada à fase adulta (DEBERT, 1998).

É importante salientar que a periodização das etapas da vida e a forma como cada período é classificado por diferentes comportamentos variam. Tal fato pode ser exemplificado com o estudo de Georges Duby, *Les 'jeunes' dans La société aristocratique dans La France Du Nord-Ouestau XII*, utilizado por Lenoir (1996, p. 70):

> [...] Georges Duby mostrou que, no século XII, na sociedade aristocrática francesa, a constituição de uma nova etapa, bem determinada da existência designada como "juventude", momento compreendido entre a cerimônia que marca a saída da infância e o casamento, que definia o adulto realizado, era o produto das estratégias familiares de conservação de poder e de preservação do patrimônio das linhagens. O fato de pertencer a "juventude" dizia menos respeito à idade biológica do que à idade, bastante variável, em que os herdeiros assumiam a sucessão da gestão do patrimônio, isto é, em geral no momento da morte do pai. Ao prolongar a "juventude" dos filhos, isto é, afastando-os do feudo, (cruzadas, torneios, etc.) os pais recuavam da mesma forma a idade em que eram considerados como "velhos". Assim, os "jovens" eram cavaleiros celibatários votados à errância e aventura, esperando o momento em que poderiam assumir a sucessão dos pais e casar.

Estes exemplos corroboram com a premissa de que a idade não é um fator natural. A categoria 'velhice', assim como a 'infância' e a 'juventude', não se trata de uma característica biológica que pertence a todos os indivíduos com o passar dos anos. Bourdieu (1983, apud DEBERT, 1998) em seu texto *A Juventude é Apenas Uma Palavra*, esclarece que a manipulação das categorias de identidade envolve uma verdadeira luta política, na qual o que está em jogo é a redefinição de poderes ligados a grupos sociais distintos em variados momentos no ciclo da vida. A categoria velhice, em específico, é resultado de lutas entre grupos sociais, relações de força onde cada geração luta pela distribuição de poder e privilégios entre elas.

Um fato importante a ser observado é que mesmo as categorias de idade sendo construídas culturalmente e sendo passíveis de mudança no decorrer dos anos, isso não impede que não possuam legitimidade social. Ao contrário, a partir do momento em que os recortes são feitos, diferentes direitos e deveres são estabelecidos e direcionados para cada grupo. Essa forma de diferenciação de poder e privilégio pode ser vista em nossa sociedade na definição de idade para início escolar, maioridade civil, idade para votar, permissão para trabalhar, ou seja, apresenta-se como elementar para a organização do meio social. Como

acredita Debert (1998), as categorias e os grupos de idade contribuem para manter e transformar as posições de cada um em espaços sociais e específicos.

No tocante ao estabelecimento das idades, da criação de instituições específicas para cada faixa etária e para o surgimento de comportamentos tidos como adequados para cada grupo, Lenoir (1996, p. 76) entende que:

> Com efeito, a divisão das idades e as definições das práticas legítimas que lhe estão associadas têm a ver com o aparecimento de instituições e agentes especializados – como foi estabelecido, por exemplo, a propósito da distinção das primeiras idades da vida, ligada ao desenvolvimento do sistema escolar. A invenção da "infância", da "adolescência" e, mais recentemente, da "primeira infância", resultam, em grande parte, do prolongamento da duração dos estudos e da difusão da escola maternal. Da mesma forma, atualmente, a invenção da "terceira idade", essa nova etapa do ciclo da vida que tende a se intercalar entre aposentadoria e velhice, é, no essencial, o produto da generalização dos sistemas de aposentadoria e da intervenção correlativa das instituições e agentes que, ao se especializarem no tratamento da velhice, contribuem para o processo de autonomização da categoria e, ao mesmo tempo, da população designada por ela.

Pode-se perceber que não é possível o estudo da velhice apenas com a utilização de informações sobre saúde, pois existem outros fatores que são essenciais para pesquisas que buscam respostas mais complexas. Em sua célebre obra *A Velhice*, a filósofa Simone de Beauvoir (1990) afirma que a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade, pois ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural. A psicóloga Ecléa Bosi (1994) em *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*, afirma que a velhice, além de ser considerada como o destino do indivíduo, também deve ser tratada como categoria social e, mesmo que seu significado tenha variações em diferentes sociedades, é preciso a utilização de alguns mecanismos em pesquisas que trabalhem com esse objeto de estudo.

O estudo do antropólogo Meyer Fortes (1984), *Age, Generation, and Social Structure*, foi utilizado por Debert (1998) para esclarecer as diferenças entre três conceitos fundamentais: idade cronológica, idade geracional e níveis de maturidade, sendo esses princípios organizadores do curso da vida. O cuidado em salientar as diferenças entre os citados conceitos deve-se ao fato de Fortes considerar que muitas vezes pesquisadores projetam categorias relacionadas com a idade nos grupos estudados. Além disso, vale ressaltar que as idades cronológicas servem de atribuição de *status* nas sociedades ocidentais, mas existem casos nas não ocidentais em que se leva em conta o reconhecimento de capacidades.

No tocante aos estágios de maturidade incorporados em estruturas sociais,

> [...] leva-se em conta não apenas o desenvolvimento biológico, mas o reconhecimento de capacidade para a realização de certas tarefas e que a validação cultural desses estágios não é apenas um reconhecimento de níveis de maturidade, mas uma autorização para a realização de práticas, como caçar, casar e participar do conselho dos mais velhos. Estágios de maturidade são, portanto, diferentes da ordem de nascimento, posto que, apesar da diferença na data de nascimento, as pessoas podem estar autorizadas a realizar atividades próprias a um determinado grupo de idade (DEBERT, 1998, p. 15).

O segundo ponto importante do estudo de Fortes, analisado por Debert, e que se apresenta como importante nesta pesquisa é a idade cronológica estabelecida por um aparato cultural, um sistema de datação independente em relação à estrutura biológica e à incorporação dos estágios de maturidade. Segundo a autora, "os critérios e normas da idade cronológica são impostos nas sociedades ocidentais não porque elas disponham de um aparato cultural que domina a reflexão sobre os estágios de maturidade, mas por exigência das leis que determinam os deveres e direitos dos cidadãos" (DEBERT, 1998, p. 16). Um fator relevante deste ponto de análise é que a idade cronológica, não estando relacionada aos estágios de maturidade, gera uma situação em que deveres, privilégios e novas etapas podem ser criados.

O último tópico de Fortes analisado por Debert, também importante para esta pesquisa, é o fato de que os sistemas de datação que as sociedades ocidentais usam só têm importância se eles estabelecerem direitos e deveres políticos. A idade cronológica é relevante quando estrutura a família e o parentesco. "Um pai é um pai, um irmão é um irmão independente de sua idade cronológica ou estágio de maturidade. Neste sentido, para Fortes, as idades cronológicas são uma imposição, um fator adventício na estrutura familiar" (DEBERT, 1998, p. 17).

No tocante à cronologização da vida e modernidade, vale explanar sobre a intervenção estatal não apenas na periodização da vida, mas como o Estado redefiniu os espaços doméstico e familiar, visto que as transformações na modernização ocidental também alteraram o próprio curso da vida como instituição social. Debert (1998) utiliza a expressão "cronologização da vida" para chamar atenção. Segundo a autora:

> [...] o processo de individualização, próprio da modernidade, teve na institucionalização do curso da vida uma de suas dimensões fundamentais. Uma forma de vida, em que a idade cronológica era praticamente irrelevante, foi suplantada por outra, em que a idade é uma dimensão fundamental na organização social. Estágios da vida são claramente definidos e separados e as fronteiras entre eles mais estritamente organizados pela idade cronológica. Essa institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho, está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas, que cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos. (1998, p. 18).

É possível mencionar algumas razões para o processo de institucionalização da vida, como a padronização das fases infância, adolescência, idade adulta e velhice; a mudança de uma economia com base doméstica para uma baseada no mercado de trabalho e, acima de tudo, o forte papel do Estado Moderno, que é a instituição que orientou a vida em sociedade quando as questões que faziam parte da esfera privada e familiar foram transformadas em ordem pública (DEBERT, 1998). Sua intervenção também pode manifestar-se nas políticas públicas direcionadas a determinada faixa etária, como é o caso das voltadas para a terceira idade.

No caso específico dos idosos, a partir de uma determinação legal – atingir a idade de sessenta anos – o estatuto da velhice é imposto e seu papel e *status* na sociedade também são determinados. A classe social à qual pertencem, o gênero, a religião, o ambiente em que viveram e outros determinantes não são compreendidos em uma perspectiva do curso de vida desses sujeitos, eles simplesmente são constituídos como um grupo homogêneo. Assim, é possível compreender que o Estado tem o poder de regular todo o percurso da vida do indivíduo, do momento em que ele nasce até a hora de sua morte, através do controle de fases, como a da escola, a do trabalho, o momento da aposentadoria, como também mediante as políticas que são direcionadas para cada grupo etário.

É importante perceber que a institucionalização da vida teve o poder de regular as suas etapas, mas, como acredita Debert (1998), ela também proporcionou que os indivíduos planejassem suas ações de forma individual ou coletiva. Daí poder se falar em geração, pois ela se refere às pessoas que, além de compartilharem a mesma idade, também vivenciam certos acontecimentos em comum. Pode-se exemplificar a ideia de geração principalmente em pesquisas que, como esta, usará informações sobre um grupo de determinada idade.

> As pesquisas sobre grupos de idade tanto mostram que a geração, mais do que a idade cronológica, é a forma privilegiada de os atores darem conta de suas experiências extra-familiares como também indicam que mudanças na experiência coletiva de determinado grupo não são apenas causadas pelas mudanças sociais de ordem estrutural, mas que esses grupos são extremamente ativos no direcionamento de mudanças de comportamento, na produção de uma memória coletiva e na construção de tradição. Ou seja, apesar das várias conotações que o conceito de geração assume, ele tem uma efetividade que ultrapassa o nível das relações na família, direcionando transformações que a esfera da política tem de incorporar (DEBERT, 1998, p. 19).

No tocante à construção social de uma memória coletiva, Ecléa Bosi (1994, p. 67) traz uma importante contribuição:

> Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros "universos de discurso", "universos de significado", que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. [...] A elaboração grupal comum seria, portanto, decisiva.

A partir de tais contribuições, é necessário compreender, assim como no entendimento das autoras citadas, que os aspectos geracionais estão relacionados à construção de uma memória coletiva e não apenas a características simplesmente etárias. Sendo assim, entender que as participantes desta pesquisa fazem parte de uma geração específica significa que elas compartilham determinadas representações sociais que são comuns à fase histórica em que viveram, fazendo, cada uma, parte de uma coletividade que possuía os valores e as ideias de um contexto histórico específico. Como Debert (1998) acredita, não é apenas a união de pessoas na mesma faixa etária, mas a interação de pessoas que compartilharam e vivenciaram determinados eventos que definem suas trajetórias.

O crescimento do número de indivíduos de determinada faixa etária, o aumento do estatuto social do grupo, entre outras questões, podem servir para transformar essas vivências em um problema social. Foi desta forma que, segundo Lenoir (1996), aconteceu a constituição da velhice como problema social, resultado de mudanças econômicas que atingiram as estruturas familiares que, até o momento, eram responsáveis pelos pais idosos.

Mais detalhadamente o sociólogo explica que:

> A "velhice" como problema social surgiu, antes de tudo, na classe operária pelo fato da extensão rápida, sobretudo a partir de meados do século XIX, da organização do capitalismo do trabalho e do sistema de atitudes que lhe é associado. Presume-se que o salário remunera apenas a força investida no trabalho [...] a "velhice" dos operários é, então, assimilada, pelo patronato capitalista, à "invalidez", isto é, à "incapacidade" para produzir. [...] Foi a partir dessa lógica que as caixas de aposentadoria foram instituídas pelos empresários a fim de reduzirem os custos da produção, desfazendo-se em condições honrosas dos trabalhadores idosos que ganhavam demais pelo rendimento fornecido (LENOIR, 1996, p. 79).

É preciso compreender que o surgimento da velhice como um problema social não é resultado direto e exclusivo do aumento no número de pessoas nessa faixa etária, como supõe o entendimento transmitido por muitas pesquisas que abordam o envelhecimento. Mesmo que a velhice da classe operária, como citado acima, tenha sido constituída como um "problema social", Lenoir (1996) afirma que na segunda metade do século XIX questionou-se se o encargo dos idosos de outras classes também seria assumido pelas famílias. Desta forma, já

não eram os efeitos das mudanças do modelo econômico de produção, mas as consequências de alterações no modo de reprodução da estrutura social.

O autor explana que:

> Assim, a guarda e educação das crianças são confiadas, desde a mais terna idade, à escola; o acesso aos jovens ao mercado de trabalho é cada vez mais garantido pela via de concurso ou agência de emprego; [...] enfim, a manutenção material da velhice é, daí em diante, garantida por caixa de aposentadorias e estabelecimentos especializados. [...] Uma parte dos fundamentos da unidade e da estrutura do grupo familiar encontra-se, assim, abalada e o que dava lugar a trocas e negociações de pessoa a pessoa, tende, daí em diante, a ser assumido por instituições que atuam segundo uma lógica própria (LENOIR, 1996, p.82)

O fato de a velhice ter sido constituída como problema social também foi apontado por Debert. Tal situação é apresentada pela autora como um problema a ser enfrentado por pesquisadores que atuam nessa área. Entretanto, nos é esclarecido que o objetivo do estudo não deve ser a resolução dos conflitos envolvidos na luta pelos direitos dos idosos. Não cabe ao pesquisador preocupar-se com a idade ideal para a aposentadoria, nem com o momento em que as pessoas estão muito velhas para executar certas funções, ou como poderia ser o envelhecimento bem sucedido. Segundo a autora, o interesse dos pesquisadores que atuam perante esses problemas deveria começar, por exemplo, pela análise da questão de "como os indivíduos de mais idade, vivendo em condições distintas, reelaboram representações e redefinem novas práticas?" (DEBERT, 1998, p. 21).

É interessante notar que Debert também trata os idosos como um grupo que não é homogêneo. Mesmo que façam parte da população com idade igual ou superior a 60 anos, neste grupo estão incluídas pessoas com diferentes realidades, como afirma a autora. Esses idosos são de diferentes posições econômicas, diferentes gêneros, regiões onde residem, histórico familiar, profissões exercidas, remuneração atual, entre outras questões. Ou seja, a maneira de viver a velhice, como as outras etapas precedentes na vida, é própria de cada indivíduo. Assim, os idosos representam um grupo heterogêneo, pois diversos fatores atuam determinando o envelhecimento.

França (2012) utiliza das palavras de Anne McKlintock (1995), para esclarecer que as experiências vivenciadas pelo indivíduo por meio de marcações sociais não são dissociadas uma das outras e nem podem ser combinadas como se fossem um "lego". É por esta razão que devemos sempre pensá-las como estando articuladas, pois o que os sujeitos fazem em suas vidas está permeado por tudo isso.

Continuando com a análise da constituição da velhice como problema social, não cabe ao pesquisador buscar a resolução, até mesmo porque seria uma forma arrogante de se portar. Seu objetivo deve ser detectar, analisar e estudar o problema, entender de qual maneira ele se manifesta e direcionar caminhos na tentativa de que o fenômeno velhice seja mais bem compreendido. Esses pressupostos são os que devem orientá-lo na busca de respostas mais profundas. Debert dialoga com Lenoir no tocante a essa questão, pois para ambos, embora um problema social seja, como toda problemática sociológica, o produto de uma construção, seus princípios são diferentes entre si. Um problema social não é apenas o resultado do mau funcionamento da sociedade, mas é necessário um verdadeiro trabalho social para que ele exista (LENOIR, 1996; DEBERT, 1998).

Mediante essa perspectiva, utilizo a compreensão de Debert e Lenoir e elenco quatro etapas essenciais na constituição de um problema social, podendo ser reconhecidas na construção da velhice enquanto tal, sendo elas:

> O *reconhecimento* implica tornar visível uma situação particular. É a conquista de uma atenção pública, e supõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social, a fim de agir sobre ele.
> A *legitimação* não é consequência automática do reconhecimento público do problema. Ao contrário, supõe o esforço para promovê-lo e inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento. [...]
> As formas de *pressão* envolvem o estudo dos atores sociais que podem tanto representar certos grupos de interesses quanto um interesse geral, que deve ser explicitado enquanto tal. São porta-vozes empenhados em denunciar determinadas questões e que ocupam uma posição privilegiada para torná-las públicas. [...]
> As formas de pressão se traduzem em formas de *expressão*. Na transformação do envelhecimento em problema social estão envolvidas novas definições de velhice e do envelhecimento, que ganham dimensão com a expressão Terceira Idade [...]. O discurso sobre a Terceira Idade, assim, não acompanha simplesmente processos de mudanças objetivas. Pelo contrário, ele deve ser entendido como parte constitutiva dessas mudanças. Contribui para acelerar e direcionar processos, na medida em que opera reclassificações que são constitutivas das formas de gestão do envelhecimento (DEBERT, 1998, p. 22 - 23). (Grifos meus)

No tocante às quatro etapas citadas, seria interessante analisar especificamente duas delas. Primeiramente em relação às formas de pressão que envolvem atores sociais representantes dos grupos de interesse. Lenoir analisa que algumas categorias não dispõem de meios sociais nem instrumentos de acesso à expressão pública. Utilizando os estudos de Goffman (1963) e sua designação de "categorias estigmatizadas", o sociólogo afirma que as pessoas idosas fazem parte dessa categoria e, como são consideradas incapazes de uma ação coletiva, são obrigadas a submeterem-se para serem reconhecidas e ouvidas. Nestes casos, os

representantes das pessoas idosas são "sobretudo *experts,* cuja competência é oficialmente reconhecida e remete a uma especialidade científica." (LENOIR, 1996, p. 87)

Ainda sobre esse entendimento, Marilena de Souza Chauí, na parte introdutória da obra de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*, também explana sobre a opressão à qual a velhice está submetida em nossa sociedade. Para a autora, vários são os fatores responsáveis por essa opressão, alguns brutais, outros permitidos, como os mecanismos institucionais visíveis, os psicológicos sutis, técnicos, científicos e a tolerância de má-fé que, na realidade, é banimento e discriminação (CHAUÍ, 1994).

No tocante à quarta etapa da construção do envelhecimento como problema social, diante das formas de pressão traduzidas em formas de expressão, houve as novas definições de velhice e do envelhecimento com a utilização da expressão Terceira Idade. Lenoir (1996) acredita que especialistas formularam a nova definição da velhice como uma nova maneira de "ser velho", ou seja, corresponderia à demanda identitária de novas categorias sociais das pessoas idosas cuja velhice não era mais assumida por suas famílias, mas pelos sistemas de aposentadoria. Desta forma, entende-se que a construção da Terceira Idade utilizou eufemismo para definir os "velhos", que até então não podiam ser expressos oficialmente. Segundo o autor:

> No processo de constituição da "terceira idade", como problema social – e apesar de tomar uma outra forma – encontramos um trabalho coletivo de imposição de uma identidade social e específica. No entanto [...] emanou não tanto de associações de defesa dos aposentados ou das pessoas idosas [...] mas das diferentes categorias de profissionais da gestão da velhice (trabalhadores e animadores sociais, gerontólogos, geriatras, etc.). Com efeitos, são eles [...] que assinalam a existência do "grupo" e, ao mesmo tempo, a importância política do problema que ele coloca (1996, p. 89)

Após compreender a construção da velhice como um problema social, devemos perceber que ela também se tornou objeto do discurso científico de uma especialidade, a gerontologia. Debert (1998), mais uma vez dialogando com Lenoir (1996), faz uma análise histórica em relação a essa nova abordagem. Segundo a autora, os primeiros discursos pertenciam ao campo médico e tratavam o envelhecimento como desgaste fisiológico. Nesses casos, propunham-se medidas de higiene corporal. Mais tarde, com as políticas de aposentadoria, problemas econômicos e financeiros, esse discurso científico impôs-se no campo político administrativo. Era o momento de analisar o custo financeiro do envelhecimento.

Lenoir fez uma abordagem sobre a trajetória dos discursos no tocante ao envelhecimento. Para o autor, mesmo que os primeiros discursos científicos tenham surgidos

no campo médico, "a gerontologia (ou geriatria) enquanto disciplina autônoma das ciências médicas, dispondo de um corpo de saber e especialistas reconhecidos, só apareceu na França, após 1945" (LENOIR, 1996, p. 98). Ambas se preocuparam, respectivamente, com os aspectos sociais da velhice e com o corpo velho. Com esse discurso científico, além da difusão de regras de higiene corporal, houve um reforço da imagem do envelhecimento como um enfraquecimento orgânico.

Em 1950, com a instalação dos regimes de aposentadoria, a problemática econômica dos demógrafos impõe-se no campo político-administrativo. Os custos da manutenção da velhice, das pensões pagas, passam a ser avaliados. É neste momento e mediante este cenário, que, segundo Lenoir (1996), a velhice começa a ser assimilada com a aposentadoria. Tal pensamento é facilmente possível de ser encontrado nos dias atuais.

Com a ascensão desses discursos, diferentes especialistas, como psicólogos e economistas, passaram não só a analisar a questão do envelhecimento da população, que se transformou em um problema nacional, mas também estabeleceram quais eram as necessidades dos aposentados e os caminhos para a resolução do problema. É desta maneira que, segundo Debert, a gerontologia está empenhada não apenas em melhorar as condições do velho, nem propor medidas de bem-estar, mas agora também irá apontar os riscos que o crescimento da população idosa acarreta. "Ou seja, o envelhecimento se transforma em um perigo, em uma ameaça à vida social" (DEBERT, 1998, p. 25). Tal cenário proporciona para diversos agentes a ocasião de exercer uma espécie de magistratura metapolítica em campos ainda pouco constituídos (LENOIR, 1996).

Como afirma Debert (1998, p. 25):

> A transformação do envelhecimento em objeto de saber científico põe em jogo múltiplas dimensões: do desgaste fisiológico e o prolongamento da vida ao desequilíbrio demográfico e o custo financeiro das políticas sociais. A pluralidade de especialistas e abordagens que a Gerontologia abarca não impede a constituição de um campo de saber claramente delimitado, em que cada uma, à sua maneira, contribui para definir a última etapa da vida como uma categoria de idade autônoma, com propriedades específicas, dadas naturalmente pelo avanço da idade e que exigem tratamentos especializados, como os desgastes físicos e os médicos; a ausência de papeis sociais e os sociólogos; a solidão e os psicólogos; a idade cronológica e os demógrafos; os custos financeiros e as ameaças à reprodução da sociedade e os economistas e especialistas na administração pública.

Insere-se aqui uma importante análise que Lenoir (1996) faz da velhice enquanto problema social, que passa a ser constituída como problema a ser pensado e tratado no campo do discurso científico. Os diferentes especialistas envolvidos na gestão coletiva da velhice,

como os mencionados por Debert na citação acima, são como agentes, que têm o poder de estabelecer as categorias que definem e classificam esses sujeitos velhos, mediante as representações sobre a velhice que estão presentes em seus discursos científicos. Nesta mesma perspectiva, Debert (1998, p. 25) usa o poder do discurso da gerontologia como exemplo:

> O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de racionalização e de justificação de decisões político-administrativas e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão final não é do gerontólogo, ele é o agente que, em última instância, tem autoridade legítima [...] para reconhecer nos indivíduos os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas. O saber científico não é um saber exclusivamente técnico, mas um saber que produz fatos normativos. As qualificações e desqualificações que ele opera acabam por ter o estatuto de um direito e de definição de normas.

Diante de tais contribuições, consegue-se perceber que o discurso da terceira idade não foi um simples discurso. Ele foi utilizado por agentes que também estão envolvidos na gestão cultural e psicológica da velhice para legitimar e normalizar uma nova velhice. Ou seja, com a mudança dos nomes, de *velho* para *idoso*, o termo, além de passar a ser usado oficialmente, também estabelece novas formas, mecanismos e atividades associadas a essa nova etapa da vida. Essa normalização acaba por ser usada e aplicada pela "política da velhice" nas políticas estatais (LENOIR, 1996).

Debert (1997b), em seu estudo *Envelhecimento e Curso da vida*, afirma acreditar que a inversão da representação da velhice e a atribuição de novos significados passam a tratar o envelhecer como o momento ideal e privilegiado para novas conquistas. As experiências já acumuladas pelos mais velhos ajudariam a explorar novas identidades e a realizar antigos projetos.

Desta forma, entende-se que foi a construção da imagem de uma velhice bem-sucedida o que proporcionou a criação de espaços onde o envelhecimento pudesse ser vivido de maneira agradável e coletivamente, como os Grupos de Convivência e as Universidades Para Terceira Idade. Ou seja, como aponta Lenoir (1996, p. 93), foi a invenção dos gerontólogos dessa nova representação do período que começa com a aposentadoria um dos motivos que favoreceu o rápido desenvolvimento da indústria do lazer para a velhice, utilizando um discurso científico frequentemente visto nos dias atuais, defendendo que "o estado normal da terceira idade é o lazer".

É importante notar que, assim como a velhice, as categorias utilizadas nas soluções políticas para os problemas sociais pressupõem o reconhecimento de princípios universais

entre os indivíduos. Não são levadas em consideração as diferenças e particularidades existentes entre o grupo dos titulares de direitos e benefícios específicos para a uma determinada faixa etária. A política, principalmente a social, atua produzindo representações que têm um grau de generalidade e validade legitimado pela ciência (a gerontologia, por exemplo), consagrado pelo direito e utilizada por atores sociais (LENOIR, 1996).

O corte etário feito para as pessoas com 60 anos ou mais serve para o estabelecimento de políticas, na definição de direitos e deveres, para a comparação de dados populacionais, etc. Contudo, como já foi mencionado, essa fase é vivida de diferentes formas, ou seja, não existe esse sujeito idoso único e universal que é utilizado em diferentes discursos da gestão da velhice, na elaboração de novos produtos e serviços, como também nas políticas direcionadas para a terceira idade. Os idosos podem ser considerados um grupo etário, mas é preciso levar em conta diferentes experiências sociais nas quais estão inseridos, constituindo-se particularidades que não cabem em uniformização ampla.

Com a velhice ativa sendo utilizada como modelo em diversas propostas para os idosos e também em marcos legais do envelhecimento, no Brasil e no meio internacional, toda a pluralidade de vivências desses idosos foi reduzida a uma maneira generalizada de vivê-la, fato que é ainda mais reforçado e assegurado pelas políticas públicas incentivadas pelo Estado. Essa forma de evocação do idoso como sujeito singular muitas vezes torna-se referência para os que envelhecem, como se não fosse aceitável ou fosse errado viver sua velhice de forma distinta da estabelecida.

Os discursos sobre a terceira idade que legitimam as novas formas de gestão da velhice acabam sendo impostos pela política e também pela mídia. A mídia, principalmente a televisiva, a todo o momento divulga novas formas de envelhecer que acabam diluindo antigos comportamentos considerados adequados para a velhice. Além disso, uma característica extremamente importante é a supervalorização da juventude, agora não mais específica apenas para uma determinada faixa etária, mas como estilo de vida. Tal perspectiva corrobora com o super aumento nos mercados de consumo que garantem a beleza e juventude eterna através de tecnologias que corrigem as imperfeições do corpo.

No tocante a esse pensamento, Debert (1997b, p. 08) acredita que:

> As técnicas de manutenção corporal com a ênfase no corpo jovem transformam a meia idade em uma espécie de platô que pode ser eternamente mantido. No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. O declínio inevitável do corpo, do corpo que

> não responde às demandas da vontade individual, é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade.

A grande questão que deve ser pensada na formulação da imagem do envelhecimento bem-sucedido é que o mesmo empenho não é direcionado para lidar com os problemas da velhice avançada, como os problemas de saúde. O desaparecimento dessas reais questões da velhice, através da nova imagem da terceira idade, produziu um processo chamado por Debert (1997b) de reprivatização da velhice, em que a responsabilidade sobre a maneira como o indivíduo vive essa fase da vida passa a ser toda dele.

Agora, não só os gerontólogos, mas todos os especialistas que trabalham envolvidos na gestão da velhice possuem como meta incentivar os indivíduos a adotarem as estratégias de envelhecimento por eles estabelecidas. Ou seja, o Estado utiliza os discursos científicos em propostas consideradas educativas para "orientar" a forma correta de viver, evitando assim gastos com a saúde, transformando problemas decorrentes de processos do envelhecimento a serem solucionados pela via da responsabilidade individual, anulando elementos que podem constituir preocupação coletiva e atenção maior das instituições estatais. Como afirma Debert (1997b, p. 09):

> Ao louvar as pessoas saudáveis e bem-sucedidas que aderiram aos estilos de vida e à parafernália de técnicas de manutenção corporal sugeridas pelo gerontólogos e amplamente veiculadas pela mídia, assistimos à emergência de novos estereótipos. Se um indivíduo não é ativo, não está envolvido com programas de rejuvenescimento, atinge a velhice no isolamento e na doença, a culpa é exclusivamente dele.

Através desse percurso histórico foi possível reconhecer, com a análise da constituição da velhice enquanto problema social e político, que a categoria *velhice* é uma construção social que pode ser problematizada, na medida em que se constituiu historicamente como uma experiência significada por vários discursos especializados, com os quais os sujeitos, em seu percurso existencial, deverão confrontar-se. Entende-se, então que esta experiência seja carregada de tensões, negociações e resistências, o que vale a pena ser conferido em processos de investigação e estudo.

2.2 Trabalho Social com Idosos

No Brasil, na década de 1930, o rápido crescimento dos centros urbanos e o início da industrialização corroboraram para grandes mudanças sociais e políticas na estrutura do nosso

país. No “Movimento de 1930” a Aliança Liberal foi vencedora e o presidente Getúlio Vargas representava o fim das oligarquias e a vitória de um Estado Nacional. Neste cenário, tanto a burguesia comercial, como a industrial, focam seu olhar no aumento e expressividade do movimento operário, percebendo a necessidade de um Estado que soubesse lidar com a questão social.

Contudo, ainda na década de 30, é possível perceber que a maior participação dos populares na vida política não tinha como intuito apenas a legislação trabalhista e o voto, mas o estabelecimento da classe trabalhadora enquanto atuante política também resultou na construção do conceito de cidadania e sua extensão aos setores populares, que buscavam benefícios além dos relacionados com o ambiente de trabalho. Desta forma, a década de 1940 foi transformada em um período marcado por conflitos entre trabalho e capital (GOMES, A., 1994).

Até o ano de 1945, o governo federal atua com uma maior centralidade do poder em suas mãos, ao mesmo tempo em que, com uma estreita relação com o Estado, a massa da população urbana torna-se politicamente mais atuante no processo político através do fortalecimento da identidade nacional. É nesse ambiente que nasce o populismo, uma forma de governar que utiliza de mecanismos para obter o apoio popular, como uma linguagem simples, a propaganda pessoal, carisma e a imagem do governante, como sendo capaz de resolver todos os problemas, além de ser uma forma política que tem suas ações direcionadas para a população menos favorecida da sociedade.

O populismo no Brasil com Getúlio Vargas tem na instituição da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e do salário mínimo, por exemplo, marcas de uma época de grandes mudanças sociais, em que os trabalhadores pareciam ter o papel central na política nacional. Tais leis representaram um forte relacionamento entre o Estado e a sociedade, o que ajudou a consolidar a vitória das reivindicações da classe trabalhadora, que lutava por sua cidadania (SOUZA, 2005). No entanto, o que deve ser compreendido neste momento é que o Governo transformou o discurso dessas conquistas em um discurso de generosidade por parte do Estado.

Corrêa (2010) afirma que nosso país vivia um momento marcado pela industrialização e pelo aumento na quantidade de trabalhadores migrantes do campo que buscavam as promessas do Estado Novo. No entanto, a população sofria com a falta de infraestrutura em diversas áreas, como habitação, saneamento, saúde, transporte, além da falta de preparo de muitos operários para o trabalho no ambiente urbano. É nesse cenário que empresários e o governo buscam elevar o nível social desses operários. Mas, apesar do discurso generoso

como resposta das reivindicações sociais, é possível compreender que tais medidas possuíam outros objetivos.

O fato mais importante a ser entendido é que, naquele momento, os chamados serviços sociais não surgiram exclusivamente da demanda das classes trabalhadoras, mas nasceram da necessidade que existia de estabelecer mecanismos de controle social através de uma atuação direta frente aos trabalhadores (CORRÊA, 2010). Era necessário ao Estado e aos empresários do comércio e da indústria que esta classe fosse favorecida com o mínimo de condições necessárias para que sua produção continuasse sem conflitos, ou seja, respondendo a algumas de suas reivindicações.

Deve-se compreender este momento também relacionado com o contexto mundial, pois segundo análises do historiador Eric Hobsbwan (1995), na obra *A era dos Extremos*, o período do fim da II Guerra Mundial é caracterizado por um discurso generalizado de implantação do *Welfare State*, ou Estado do Bem-estar Social, em que o Estado assistencial garantiria a todos os cidadãos os padrões mínimos de saúde, educação, habitação, renda e seguridade social, sendo estes serviços de caráter público e reconhecidos como direitos sociais.

Com o temor de que movimentos populares voltassem e também buscando uma produção sem conflitos por parte dos operários, lideranças empresariais passam a se organizar em reuniões, sendo a principal delas a Conferência Nacional das Classes Produtoras, realizada na cidade de Teresópolis, Rio de Janeiro, no ano de 1945. O intuito dessas reuniões era unificar o pensamento empresarial no tocante às decisões que seriam tomadas. Os principais temas abordados estavam relacionados ao combate à pobreza, ao aumento da renda nacional, à justiça social e até mesmo certa preocupação com as condições de vida dos trabalhadores. Via-se a necessidade da promoção de serviços de bem-estar social, incluindo ações de saúde e educação, cooperativas, salários mais justos, férias, entre outros, mas com interesses do governo e dos empresários por trás dessas ações (CORRÊA, 2010).

Como resultado da citada conferência, houve a formulação da *Carta da Paz Social*, documento final que recomendou a criação de instituições em que fossem possíveis mecanismos de aprendizagem e a oferta de serviços sociais para todos os trabalhadores da área industrial e comercial, juntamente com seus parentes. Assim, há o estabelecimento do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Logo após, o governo desenvolve o SESI (Serviço Social da Indústria), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e, posteriormente, o SESC (Serviço Social do Comércio).

Deve estar claro que essas instituições foram criadas em um momento em que os empresários estavam com receio dos movimentos operários, mas também existia a demanda para que o Estado e as lideranças empresariais investissem em medidas que pudessem disciplinar o trabalhador em relação ao seu serviço. Tais medidas visavam à aceleração da produção e a uma melhor adaptação às novas particularidades do capitalismo. Foi desta forma que, segundo Corrêa (2010), os papéis das instituições sociais e assistenciais ganharam importância como instrumentos de disciplinarização e enquadramento político das classes populares.

Outro fato importante a ser mencionado é que a união de interesses dos empresários com o governo possuía como justificativa a existência de precárias condições de vida em grande parte da população brasileira, tais problemas abrangiam aspectos culturais, econômicos e de saúde. Essa precariedade foi considerada prejudicial à produtividade esperada. Assim, existia a real necessidade de soluções que resolvessem os citados problemas, mas de forma conjunta, com a participação de capital privado e público.

É possível compreender, mediante os fatos mencionados, o ambiente que proporcionou o desenvolvimento de uma política de bem-estar social em nosso país, de modo que, em busca do desenvolvimento econômico, foram implantadas instituições de serviço sociais, com o intuito de educar e disciplinar a classe trabalhadora, transformando-a em um instrumento de expansão e acumulação. Foi dessa forma que a questão social foi transformada em uma questão política (CORRÊA, 2010). Coube aos empresários a organização e a administração dos serviços, e o Estado tinha a função de legalizar as entidades e repassar o tributo pago pelo segmento empresarial no custeio dos serviços.

O SESC, como instituição de assistência social, amparada por empresários juntamente com o Estado, foi criado através do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. De acordo com tal documento, acreditando que é dever do Estado melhorar as condições de vida da coletividade e reconhecendo oportuna a organização de um serviço social em benefício dos empregados do comércio e das respectivas famílias, criou-se o Serviço Social do Comércio visando "contribuir para o fortalecimento da solidariedade entre as classes, o bem estar da coletividade comerciária e, bem assim, para a defesa dos valores espirituais que se fundam as tradições da nossa civilização" (BRASIL, 1946, p. 01).

Inicialmente as ações do SESC estavam relacionadas com medidas de saúde, pois eram pautadas no fato de os trabalhadores estarem assiduamente doentes. Buscando reduzir esses casos, além da redução nas taxas de fecundidade e de mortalidade, foram implantadas ações de assistência médica, à maternidade e procedimentos de prevenção de doenças, como

assistência sanitária. Aqui deve ser compreendido que essas ações indiretamente buscavam fazer com que os trabalhadores adquirissem melhores hábitos, melhorando sua saúde, reduzindo custos e não prejudicando a produção dos seus serviços.

No decorrer dos anos, o SESC foi modificando a metodologia aplicada na instituição, até que na década de 1950 suas atividades estavam basicamente pautadas em ações educativas e recreativas. Segundo Corrêa (2010, p. 59), passou a ser necessário também educar e controlar o tempo livre dos trabalhadores que se beneficiavam dos serviços. "O serviço social penetraria nos espaços onde os trabalhadores não estivessem inseridos na esfera produtiva propriamente dita. O tempo livre passa a ser direcionado então, a práticas como forma de 'prevenção à anomia social'". É através dessa nova orientação que há a criação de serviços recreativos, culturais, colônias de férias e centros sociais que, a partir de 1953, passaram a ser cobrados.

No tocante ao atendimento específico para idosos, tal serviço iniciou-se em centros de convivência na década de 1940, nos Estados Unidos. No ano de 1966, a *Administration on Ageing* e o *Nacional Council on Ageing* contabilizaram o número de 340 *Sênior Citizen Centers* e, em 1970, já somavam mais de 1200. Na Europa, um grande avanço se deu na França no ano de 1975, somando cerca de 7000 clubes do que passou a ser chamado de Grupo da Terceira Idade (ATTIAS-DONFUT, 1976).

Antes da transformação do envelhecimento em objeto de saber científico e toda a pluralidade de discursos especialistas sobre a velhice, a questão social dos idosos não fazia parte das medidas empreendidas pelo Estado. As poucas ações existentes tinham um perfil assistencialista de necessidades básicas, apenas como forma de minimizar os problemas de saúde já advindos com a idade avançada, em especial para os que estariam inseridos nas camadas mais pobres da população.

De acordo com Carvalho (2007), muitos idosos, antigos trabalhadores do comércio e da indústria, frequentavam a Unidade Operacional do SESC Carmo em São Paulo, na década de 1960. Esta presença estava relacionada com a busca da ocupação do tempo livre, pois esse grupo etário nem era o segmento da clientela do SESC, nem os serviços oferecidos pela instituição buscavam atender indivíduos com idade a partir de 60 anos. Entretanto, o número de aposentados que permaneciam nas dependências da entidade foi gradativamente aumentando até ser transformado em um espaço de convívio entre eles.

Como essa maciça presença de idosos manifestava uma demanda de programas e políticas que também atendessem este público dentro da instituição, agentes do SESC, no ano de 1962, fizeram uma visita aos Estados Unidos com o objetivo de conhecer as propostas dos

centros sociais para os idosos que lá já existiam. Como ao longo da história do SESC é possível perceber que a instituição sempre modifica sua metodologia dependendo do contexto social, essa iniciativa foi justificada como possuindo o intuito de suprir as necessidades decorrentes das transformações sociais (SESC. DR. SP, 1999).

Em 1963, utilizando a metodologia aplicada nos centros americanos, foi apresentada uma proposta para que o SESC ofertasse atendimento aos aposentados, assim o trabalho foi iniciado na Unidade do SESC Carmo, em São Paulo. Tal iniciativa é considerada como um dos programas sociais pioneiros no continente latino-americano na organização de programas socioeducativos e culturais voltados ao atendimento aos idosos (SESC. DR SP, 1999).

As primeiras ações desenvolvidas possuíam uma programação voltada apenas ao lazer, tal fato pode estar relacionado com o perfil de outras atividades ofertadas pelo SESC. Apenas no ano de 1970 é que o trabalho no grupo passaria por um processo de reorganização, em que é possível perceber, através do discurso da instituição, novamente a preocupação com os padrões comportamentais e sua busca para educar e disciplinar os idosos.

> A partir de 1970, o técnico Marcelo Antonio Salgado reorganizou e sistematizou as ações da Atividade Trabalho Social com Idosos, possibilitando assim o crescimento significativo de grupos e número de novos integrantes, além da diversificação e da qualidade dos programas. Esta ação deu maior visibilidade ao tipo de serviço social e, principalmente, à forma eficiente e educativa do SESC encaminhar o processo de convivência grupal do idoso e o seu envolvimento comunitário; trabalho que auxilia o idoso a redimensionar sua vida, através da ocupação do tempo livre com práticas e relações saudáveis. (SESC. DR. SP, 1999, p. 6).

Com as mudanças implantadas no programa, o SESC afirma ter buscado estimular os idosos para uma maior participação social em contato com outras pessoas da sua idade, mas também de outras gerações. Através do desenvolvimento de variadas atividades, poderia proporcionar aos participantes momentos de lazer, conhecimento, informação e a possibilidade da criação de novas perspectivas e novos laços. Foi essa abordagem do SESC que, enquanto pioneiro neste tipo de programa social, definiu as características do Trabalho Social com Idosos – TSI.

É importante notar que o discurso do trabalho desenvolvido pelo SESC, como instituição social que estabelece mecanismos de disciplinarização, também pode ser visualizado no discurso da Federação Internacional de Trabalho Social (FITS), que possui a definição do seu trabalho como sendo:

> O trabalho social, nas suas diversas vertentes, abrange as múltiplas e complexas inter-relações que se estabelecem entre as pessoas e o meio que as envolve. A sua missão é ajudar as pessoas a desenvolverem todas as suas potencialidades, a enriquecerem as suas vidas e a prevenir as disfunções. Desta forma, os profissionais do trabalho social são agentes de mudança na sociedade e também na vida dos indivíduos, famílias e comunidades a quem o seu trabalho se dirige. [...] centrou a sua ação na resposta às necessidades das pessoas, bem como ao desenvolvimento das capacidades do ser humano (FITS, 2000, p. 01).

Na década de 1970, o trabalho desenvolvido pelo SESC é reconhecido e o programa foi ampliando para que outros grupos surgissem pelo Brasil em diversos centros. Debert (2012) afirma que, além do SESC, duas outras organizações foram pioneiras na promoção desses programas, sendo elas: a LBA (Legião Brasileira de Assistência), hoje extinta, e as Universidades para a Terceira Idade, criadas no interior das universidades públicas e privadas, que visam promover a atualização de conhecimentos dos idosos através do fornecimento de cursos. Com estas medidas, a década de 1980 foi marcada pela difusão e consolidação de grupos de convivência e escolas direcionadas para a terceira idade.

O surgimento dessa nova categoria, *terceira idade,* pode ser considerado como uma das maiores mudanças na história da velhice. Todo o investimento de diferentes especialistas e discursos acarretou uma extrema modificação nos valores atribuídos a essa fase da vida. Antes compreendida como momento de decadência, doença, invalidez, descanso e solidão, passou a ser divulgada como o momento de lazer, ideal para realizar antigos sonhos, criar novos hábitos e fazer novos vínculos fora da família.

Lenoir (1996) acredita que a produção de novas necessidades para a velhice, sendo elas especialmente a necessidade de atividades culturais e psicológicas, o que de fato forma o conteúdo da terceira idade, foi resultado do rebaixamento da idade de aposentadoria e da diminuição do campo das profissões familiares. Sendo assim, o trabalho político foi nomear e designar essas novas necessidades e, posteriormente, permitir que elas sejam expressas de forma legal e legítima. Ou seja, o discurso da terceira idade opera na legitimação e na reclassificação da geração e, esse trabalho efetuado por agentes da gestão da velhice, estabelece novas normas e atividades para esta etapa da vida. É justamente esse discurso que o SESC utiliza na formulação e no encaminhamento de suas atividades.

Como foi dito anteriormente, a construção da velhice como problema social a ser entendido e contemplado pelo discurso científico, proporcionou que diversos especialistas surgissem e estabelecessem novos caminhos que deveriam ser seguidos, tanto na resolução da velhice enquanto problema, como em novas maneiras para viver esta fase da vida. Podemos notar como o profissional do trabalho social se destaca nessa situação, principalmente por ele

geralmente ser o responsável pelas medidas empreendidas no Trabalho Social com Idosos e por utilizar do seu discurso na política do grupo. Tal fato pode ser visto quando a Federação Internacional de Trabalho Social estabelece que:

> O exercício da profissão de assistente social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do "bem estar". Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeia. [...] O exercício desta profissão apóia-se em teorias de desenvolvimento de comportamento humano e ainda de sistemas sociais para analisar situações complexas e proporcionar transformações a nível individual, organizacional, social e cultural (FITS, 2000, p. 01)

É importante compreender que os grupos do Trabalho Social com Idosos englobam pessoas na mesma faixa etária, mas não se tratam de grupos homogêneos simplesmente pelo fato de os participantes possuírem mais ou menos a mesma idade, levando-se em consideração diferenças de classe social, raça, gênero, religião, escolaridade, arranjos familiares, entre outras. Desta forma, cabe um olhar mais atento em pesquisas como esta, que desenvolveu análises em grupo de convivência, pois muitos idosos, na busca frenética por novas alternativas de viver o envelhecimento, podem se colocar à disposição dos discursos das lideranças desses grupos, os quais nem sempre podem estar bem preparados para lidar com a diversidade dos participantes, mas com o poder de operar mudanças no público mobilizado.

No tocante ao discurso dentro do TSI, Cordeiro (2008, p. 05) fez duas importantes observações:

> O primeiro aspecto a se destacar na formação dos grupos de convivência no Brasil é a introdução de novas noções de velhice. Trata-se do conteúdo que os fomenta em termos de fundamentos ideológicos, que no caso, são noções importadas de uma "nova velhice" como "terceira idade" e os grupos assimilam não como saberes locais, mas como saberes importados. São noções obtidas, reelaboradas ou não, mas necessariamente incorporadas para dar sentido à experiência dos grupos. [...] as noções de terceira idade passam então a tornar positiva a velhice sob a fórmula da atividade em contraposição à noção anterior relacionada ao auto-abandono e acomodação.
>
> O segundo aspecto na criação de um grupo refere-se ao líder de grupo. Considerando que os grupos atuam num universo onde a velhice é percebida como um problema social, os líderes são intermediários culturalmente favorecidos que desempenham a função de porta-vozes na difusão de informações atuando como "trabalhadores sociais". [...] o trabalhador social é fundamental para o surgimento, a continuidade e multiplicação do grupo, de modo que, via de regra, os grupos só tomam impulso a partir do surgimento de um coordenador/animador.

Debert (2012, p. 159) compreende que, para o idoso, o fato de inscrever-se em um programa como o TSI, "é para eles a prova de que a experiência de envelhecimento está sendo recodificada por um número grande de pessoas – pessoas de mais idade e *experts* no envelhecimento". Ou seja, a análise de Debert mostra que os participantes utilizam dos discursos empreendidos no TSI, da possibilidade que estão tendo para vivenciar a experiência de reconstruir o envelhecer. Neles não há espaço para que nada seja relacionado com a velhice nem identificado como resultado do avanço da idade.

Mediante a análise empreendida, é possível observar que o Trabalho Social com Idosos é um exemplo do que é utilizado pelo discurso de diferentes especialistas que trabalham na gestão da velhice, principalmente o gerontólogo e o assistente social por envolver questões sociais, biológicas e psicológicas do sujeito idoso, mas também é utilizado como uma forma de educar e disciplinar os idosos, demonstrando que os estereótipos da velhice em nossa sociedade podem ser superados e que novas maneiras de se viver o envelhecimento podem existir de uma forma gratificante.

Contundo, a menção sobre os idosos nessas ações políticas, como as aplicadas pelo SESC, tem como pressuposto esse sujeito como sendo singular. Medidas que dizem respeito à velhice e são tratadas de forma homogênea não consideram que cada indivíduo pode envelhecer de forma distinta. Os idosos e seus significados dessa fase da vida não serão semelhantes para todos apenas por estarem na mesma faixa etária e participarem do mesmo grupo de convivência, como se apresentassem as mesmas necessidades e peculiaridades**.**

É importante compreender que não apenas a maneira como vivem os idosos é heterogênea, mas também o que eles atribuem a essa fase da vida, seus desejos, atitudes e necessidades também diferem. Desta forma, é necessário conferir em processos de investigação e estudo essa homogeneização, principalmente porque as políticas direcionadas para essa parte da população são orientadas pela concepção de que os idosos possuem características, experiências e necessidades em comuns.

Como afirmam Bulla e Kaefer (2003, p. 02):

> A forma de viver-se a velhice está associada a várias questões que se interligam e que se tornam mais complexas, porque uma das características desta etapa da vida é a sua heterogeneidade, ou seja, os sujeitos não envelhecem de maneira igual, construindo suas próprias histórias de vida, com características e dificuldades diferentes.

Sobre trabalhar com essas articulações, Adriana Piscitelli (2008) acredita que é importante prestarmos atenção às pesquisas que interligam diferentes marcadores sociais, pois de acordo com a antropóloga, em sentido amplo é permitido perceber as interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos. Além disso, a pluralidade na forma de entender o envelhecer não está presente nas pautas políticas. A figura do idoso universal já está representada no conjunto dos documentos legais brasileiros e nos acordos internacionais, mesmo com todas as possibilidades possíveis de se encarar a velhice.

CAPÍTULO 3 - POLÍTICAS E SERVIÇOS PARA O ENVELHECIMENTO

3.1 Análise das principais iniciativas voltadas à população idosa

De acordo com a compreensão de Lenoir (1996), para a identificação de um problema social é necessário primeiro o seu reconhecimento e visibilidade social. Debert (1998) também aborda a questão, afirmando que esse reconhecimento implica tornar visível uma situação particular. Ou seja, é a conquista de uma atenção pública. Necessita da ação de grupos socialmente interessados em agir sob a ótica desse novo problema.

No tocante ao envelhecimento da população, é com certa frequência que se percebe a divulgação de pesquisas que contenham dados referentes à vida humana, não apenas na imprensa em geral, mas também no meio científico. Nesses casos, empregam-se as projeções estatísticas como uma estratégia para enfatizar, sensibilizar e mobilizar a sociedade e o Estado em relação ao crescente número de idosos. Também é dessa forma que demógrafos e outros especialistas participam diretamente da construção e do reconhecimento de um problema social, como também da formulação de mecanismos que possam garantir a gerência da vida humana de determinado grupo da população.

De acordo com Nívea Matuda (2009), coordenadora do curso de Estatística da Universidade Federal do Paraná, a palavra demografia foi usada pela primeira vez em 1855 pelo belga Achille Guillard. Do grego, *demos* significa população e *gráphien* significa escrever / descrever / estudar. Portanto, a demografia possui como objetivo a análise das populações humanas, suas características gerais em um determinado momento, relacionando tamanho, distribuição e estrutura, além de analisar as mudanças que ocorrem na população ao longo dos anos, principalmente no tocante ao seu crescimento. Assim, é um campo multidisciplinar que compreende disciplinas como economia, sociologia, antropologia, direito, política, epidemiologia, entre outros.

O uso da demografia é feito por diversos especialistas como um mecanismo que permite explicar a dinâmica de uma dada população, relacionando os resultados com fatores sociais, econômicos e culturais; constatar o desenvolvimento de mudanças ao longo da história e suas interpretações também serve como base para o Estado na formulação de medidas direcionadas a grupos específicos da população. Ou seja, a demografia passou a ser uma grande aliada e a ter extrema importância em uma sociedade que necessita que as condições de vida como natalidade, mortalidade e longevidade, sejam avaliadas e reguladas.

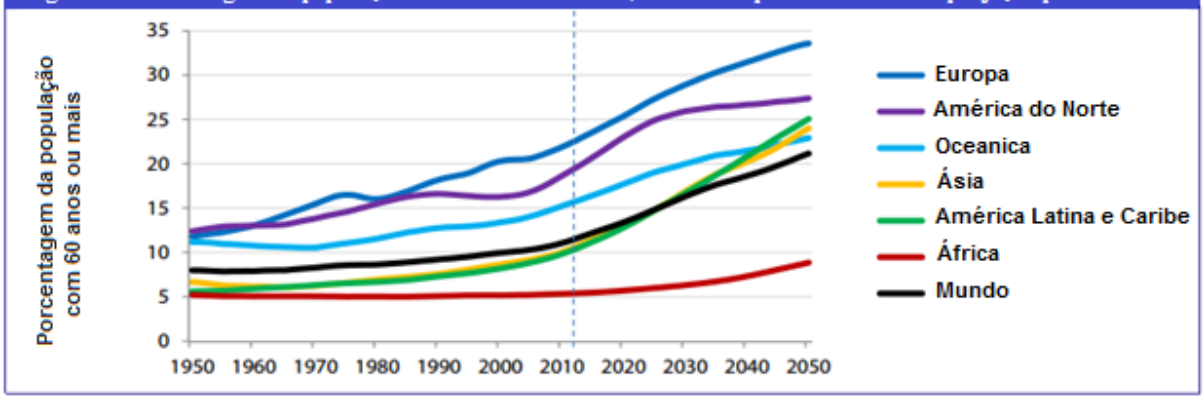
No tocante ao envelhecimento populacional, de modo conceitual, o discurso demográfico estabelece que se trata de uma mudança que ocorre na estrutura etária de uma determinada população. Tal alteração tem como resultado um maior número de idosos em relação aos outros grupos etários. Esse fenômeno ocorre como resultado de um conjunto de diversos fatores, sendo o principal deles a redução na taxa de fecundidade, o que faz com que os grupos mais jovens tenham uma pequena representação. Assim, como Ramos (2002) afirma, o envelhecimento populacional é derivado de uma proporção, não se trata de um número absoluto. Ou seja, quando uma população para de reproduzir-se, o número de velhos cresce, a proporção de jovens diminui e ela passa a ser caracterizada como uma população envelhecida.

Em relação ao envelhecimento da população como um fenômeno de abrangência mundial, o citado autor afirma que a grande transição demográfica teve sua origem na Europa, onde as taxas de fecundidade e mortalidade caíram como resultado do desenvolvimento social proporcionado pela Revolução Industrial.

Outra análise sobre o início do processo de envelhecimento mundial foi feita por Kalache (1987), que usa o declínio das taxas de mortalidade e o aumento da expectativa de vida como fatores que ocasionaram o envelhecimento populacional na Europa. Contudo, para o autor, nesse continente, o aumento na expectativa de vida no nascimento já havia sido substancial à época em que ocorreram importantes conquistas do conhecimento médico, em meados do século passado.

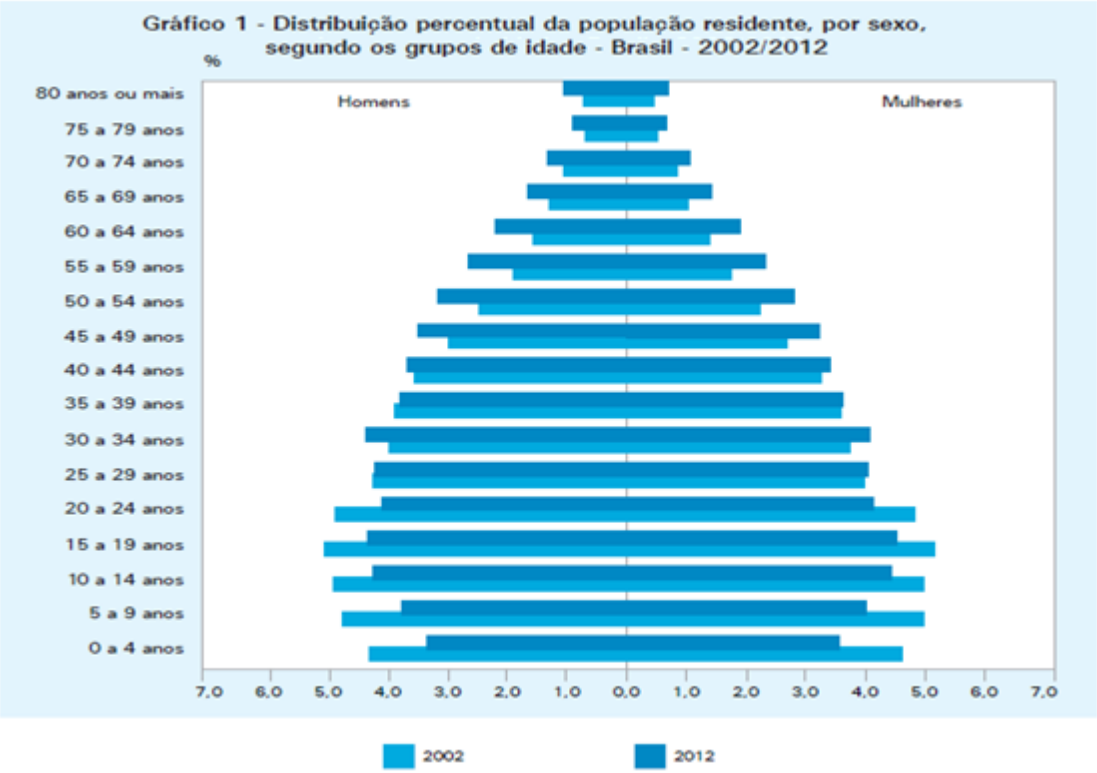
Dados que enfatizam o envelhecimento da população e suas análises são divulgados no Brasil e também internacionalmente. Em recente pesquisa, a Organização das Nações Unidas (UN, 2014) divulgou que a porcentagem da população mundial com 60 anos ou mais aumentou de 8,6% em 1980 para 12% em 2014 e está projetada para chegar aos 21% em 2050.

Figura 1. Porcentagem da população com 60 anos ou mais, estimativa para 1950-2014 e projeção para 2050



Fonte: UN - Population ageing and sustainable development, 2014.

No tocante ao Brasil, grande parte das análises demográficas utiliza variações em níveis de natalidade e mortalidade na apresentação do Brasil como um país que envelhece. Esse fato aparece para a demografia como um problema real no ano de 2002 com o estreitamento da base da pirâmide, pois a participação dos grupos de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos de idade era inferior à do grupo de 10 a 14 anos. Na estrutura etária populacional do ano de 2012, esse estreitamento da base da pirâmide encontra-se ainda mais acentuado. Na comparação entre os dois anos é possível verificar que a participação do grupo com até 24 anos de idade passa de 47,4%, em 2002, para 39,6%, em 2012. Já o grupo com 55 anos ou mais tem um aumento na participação de menos de 18,0%, em 2002, para quase 30%, em 2012, conforme gráfico abaixo do IBGE (2013).



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais (2013)

Os dados apresentados pela ONU e pelo IBGE sobre o envelhecimento da população são utilizados com o intuito de alertar os governos sobre a urgente necessidade de formular políticas de gestão da velhice. Foi desta forma que a mudança na pirâmide etária brasileira, que passou de uma população jovem para envelhecida, acabou se transformando em um problema de ordem pública, por demandar iniciativas do Estado para a população com idade igual ou superior a 60 anos.

Entretanto, Debert (2012) afirma que a grande denúncia da velhice como um problema foi em função do discurso de gerontólogos brasileiros, empenhados em transformar a velhice em uma questão política ou em propor medidas que promovam um bom envelhecimento. Fazendo parte desse discurso está a iminência de uma explosão demográfica com a utilização de dados demográficos para traçar o perfil da população atual brasileira, mas, sobretudo, a ênfase das projeções para o futuro, o que exigirá diversas medidas públicas para atender as demandas da população idosa.

Para ilustrar essa estratégia do discurso gerontológico, Debert (2012, p. 199) utiliza uma análise feita pelo cientista social Júlio Assis Simões:

> Simões (1995) mostra que é parte dos discursos dos *experts* [...] fazerem projeções que se tornam uma espécie de "crônica da crise anunciada", um exercício de futurologia que prevê uma catástrofe, consequência do envelhecimento populacional que coloca em risco a reprodução da vida social. Fazer uma "crônica da crise anunciada" é também parte integrante de todos os discursos interessados em legitimar uma preocupação teórico-acadêmica com a velhice ou propor ações concretas visando promover um envelhecimento bem sucedido.

É interessante notar primeiramente, em relação a esse cenário, a análise empreendida por Foucault (2003) no tocante aos discursos que constituem a sociedade moderna. A vida passou a ser controlada e orientada via discursos médicos, sociais, sanitaristas, entre outros, que são utilizados na formulação de estratégias políticas de gestão da vida. Sendo assim, é possível compreender que a população passe a ser tratada como um objeto. Ela produz fenômenos coletivos com certa regularidade, ao mesmo tempo em que é passível de ação em diferentes perspectivas com a finalidade do equilíbrio e certa regularidade enquanto conjunto de indivíduos. No entanto, essa regularidade não acontece por acaso, mas através de ações precisas e calculadas de forma que a população produza as respostas esperadas.

É neste contexto que, segundo Foucault (2003), o Estado tem um papel central na gerência da vida humana. Suas instituições possuem a função de formular intervenções que controlem fenômenos coletivos da população, como altas taxas de fecundidade ou mortalidade. Ou seja, é através de diferentes medidas que o Estado pode administrar a vida da população, e a velhice enquanto objeto construído é mediada por implicações sociais, políticas e econômicas, que criam possibilidades para a utilização de técnicas de gestão e controle dessa fração populacional.

Essas variadas implicações é o que possibilita, segundo Lenoir (1996), diferentes especialistas transformarem a velhice em uma especialidade científica. Discursos médicos

tratam do envelhecimento orgânico e do desgaste fisiológico, discursos econômicos analisam o custo financeiro do envelhecimento, especialistas em psicologia definem as necessidades dos idosos etc. Assim, Debert (2012, p. 32) afirma que "a transformação do envelhecimento em objeto de saber científico põe em jogo múltiplas dimensões", exigindo tratamentos especializados.

Desta forma, como compreende Debert (2012), não é apenas porque o número de idosos aumentou em projeções demográficas que a velhice se constituiu como problemática. Como uma categoria produzida, como uma faixa etária e etapa de vida que pertence a todos os seres humanos, o estabelecimento da velhice como problema social implica uma política que possa gerir os custos e o impacto dessa população em crescimento, seja através de políticas sociais de apoio, seja através de mecanismos que possam moldar o comportamento dos idosos, direcionando o modo correto de viver essa etapa da vida.

Como afirma a autora:

> Assistimos, por um lado, a uma socialização progressiva da gestão da velhice; durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transforma em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções, muitas vezes contraditório é definido e implementado pelo aparelho do Estado e outras organizações privadas. Um campo de saber específico – a gerontologia – é criado com profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas no envelhecimento [...] autorizando a colocação em prática de modos de gestão específicos (2012,p. 13-14).

Com a gestão da velhice transformada em uma questão pública e com dados demográficos expressando o envelhecimento populacional como um fenômeno mundial, a Organização das Nações Unidas passa a incluir em sua agenda a criação de Assembleias Mundiais que abordassem o tema. Tais assembleias tinham o objetivo de analisar e debater a questão, mas, acima de tudo, convencer e estimular os Estados a criarem medidas direcionadas para essa nova problemática social. Deve ser destacado que, embora a temática do envelhecimento tenha passado a fazer parte da agenda das políticas públicas, não se pode negar que tal iniciativa foi resultado de influências e pressões da sociedade civil, associações científicas, grupos políticos etc. (CAMARANO, PASINATO, 2004).

A 1ª Assembleia Mundial sobre envelhecimento organizada pela ONU ocorreu no ano de 1982 na cidade de Viena. Ela foi o primeiro fórum global intergovernamental voltada para a questão do envelhecimento da população e é considerada o início da formulação de uma agenda internacional de políticas públicas voltadas para a população idosa. Tal assembleia teve como objetivo iniciar um programa internacional baseado em ações que garantissem a

seguridade social e econômica de pessoas idosas, como também uma oportunidade para que elas contribuíssem com o desenvolvimento do seu país (ONU, 1982).

Como resultado da 1ª Assembleia teve-se a aprovação do Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento, no qual é salientada a importância da formulação e aplicação de políticas voltadas especificamente para os idosos. O Plano foi formulado com base em 66 recomendações para os Estados-membros da ONU, sendo divididas entre as seguintes áreas: saúde e nutrição; proteção ao consumidor idoso; moradia e meio ambiente; família; bem estar social; previdência social; trabalho e educação (ONU, 1982).

De acordo com Camarano e Pasinato (2004, p. 255):

> Um dos principais resultados do Plano de Viena foi o de colocar na agenda internacional as questões relacionadas ao envelhecimento individual e da população. O pano de fundo era a situação de bem-estar social dos idosos dos países desenvolvidos. Percebia-se a necessidade da "construção" e, principalmente, do reconhecimento de um novo ator social — o idoso — com todas as suas necessidades e especificidades. Parte das recomendações visava promover a independência do idoso, dotá-lo de meios físicos ou financeiros para a sua autonomia. Nesse sentido, o documento apresentava, também, um forte viés de estruturação fundamentado em políticas associadas ao mundo do trabalho.

É interessante compreender que as recomendações do Plano buscavam a independência financeira ou meios para que os idosos alcançassem sua autonomia. Nesse sentido, percebe-se que o idoso foi reconhecido como um novo ator social, mas também descoberto como um novo mercado consumidor através da utilização do discurso de que, com as devidas recomendações, esta parcela da população poderia agregar valor à economia dos seus países.

Essa modificação na imagem do idoso, agora relacionada ao mercado de consumo, foi analisada por Debert (1997a) que chama atenção para a área de produção das pesquisas em gerontologia, que possuem como tendência geral a substituição de uma abordagem que caracterizava o idoso como "fonte de miséria" para uma nova perspectiva, em que o idoso agora aparece como "fonte de recursos".

De acordo com a autora:

> A perspectiva do idoso como "fonte de recursos" aparentemente parte de pressupostos opostos à perspectiva da miséria. Os estereótipos do abandono e da solidão, que caracterizariam a experiência de envelhecimento, são substituídos pela imagem dos idosos como seres ativos, capazes de oferecer respostas criativas ao conjunto de mudanças sociais que redefinem essa experiência [...] reciclando identidades anteriores e redefinindo as relações com a família e parentes. Entretanto, não está ausente da perspectiva do idoso como "fonte de recursos" a criação de um novo ideal de produtividade que emerge de um conjunto de receitas que ensinam,

> aos que não querem se sentir velhos, a maneira adequada de dirigir a vida e participar de atividades preventivas. São considerados seres problemáticos, que necessitam de motivação, os aposentados e os velhos que não se empenham em desenvolver uma nova carreira ou um novo conjunto de atividades [...] (1997a, p. 8-9)

No momento em que a categoria velhice passa a ser compreendida como problema social e como objeto do discurso científico, deve-se entender que esta nova realidade que se desenha do envelhecimento como fase produtiva ou fonte de recursos, passa, necessariamente, pelo viés discursivo. Tal construção está pautada nos discursos de diferentes especialistas envolvidos na gestão coletiva da velhice, sendo eles, na maioria das vezes, médicos, sociólogos, psicólogos, demógrafos e economistas, pois são os agentes que possuem o poder de determinar as categorias que definem e classificam esses sujeitos idosos a partir das representações sobre a velhice que estão presentes em seus discursos.

Após a Assembleia e a formulação do Plano de Ação de Viena, diversos países passaram a aderir às recomendações em suas agendas. Em nosso país, sua implementação não teve uma rápida resposta, mas acompanhando a elaboração da Constituição Federal de 1988, o debate em relação aos direitos humanos foi expandido e fortalecido. Tal fato pode ser claramente visto no Título I, que afirma como sendo princípios fundamentais, dentre outros, a redução das desigualdades sociais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, *idade* e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Em relação à Constituição Federal de 1988, no tocante à velhice, Ramos (2002, p. 70) afirma que os

> [...] fundamentos, objetivos e princípios extravasam o espírito constitucional. A constituição como invenção surgiu justamente para firmar a ideologia consoante a qual os homens são sujeitos de direitos e que o Estado tem a obrigação de mobilizar todos os esforços para garanti-los. Tratando-se a sociedade brasileira de uma sociedade complexa [...] foi a primeira constituição brasileira a inserir nesse rol a *idade* como elemento sobre o qual não repousaria qualquer tipo de discriminação.

É interessante notar que o autor acima citado referiu-se à sociedade brasileira como "complexa". Entretanto, mesmo que neste momento a Constituição Federal tenha inserido a *idade* em seu texto, deve-se compreender que nosso país é territorialmente extenso e abrange diferentes concepções sobre a velhice. Como afirmam Ramos, Veras e Kalache (1987), no processo de envelhecimento da população brasileira existem diferenças que garantem que esse processo não se dará de maneira uniforme. Ou seja, não apenas no contexto territorial, mas também cultural, deve-se entender o idoso inserido em múltiplas

realidades e contextos sociais diferentes, o que faz com que essa fase da vida seja vivenciada de formas múltiplas e possua diferentes significados.

Seria interessante, antes de tudo, compreender quem são os vários idosos brasileiros, onde estão inseridos, suas condições, suas possibilidades, suas diferentes necessidades e perspectivas, diferenciações essas que estão relacionadas a marcadores de classe, raça, gênero, entre outros. Como explica Camarano (2006), na formulação de políticas deve haver a diferenciação entre o segmento idoso, pois parte dessa diferença pode ser explicada pelas diversas trajetórias de vida. Assim, "a heterogeneidade do grupo de idosos, seja em termos etários ou socioeconômicos, traz também demandas diferenciadas, o que tem rebatimento na formulação de políticas públicas para o segmento" (CAMARANO; KANSO; LEITÃO e MELLO, 2004, p. 26).

Deve ser compreendido que, até o momento, as políticas empreendidas pelo governo brasileiro para a população idosa estavam basicamente voltadas para o provimento de renda e de cunho assistencial para aqueles que eram dependentes ou necessitados. De acordo com Camarano e Pasinato (2004) a visão que parece ter predominado nas políticas até esse momento foi a de vulnerabilidade e dependência desse segmento etário, mas mudanças nessa visão foram tomando corpo ao longo dos anos por influência de novos discursos presentes no debate internacional.

No ano de 1993 foi sancionada em nosso país a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que assegura uma série de benefícios importantes para os idosos. De acordo com Ottoni (2012), trata-se de um instrumento legal que abrange concepções e direitos que substituem a forma de ação da assistência social, antes baseada na caridade e no favor. A citada lei é considerada um marco, visto que reconhece como um direito de todos os cidadãos brasileiros usufruírem de benefícios, programas e serviços sócio assistenciais.

Aqui cabe uma pequena análise em relação às políticas públicas e às políticas sociais. Rocha, F., (2008) afirma que o Estado, para definição das políticas, empresta a um problema maior ou menor importância, define seu caráter como sendo social, de saúde, policial, entre outros, e formula medidas para que determinado problema seja equacionado, tornando-se assim uma orientação nas decisões da autoridade pública. Desta forma, as políticas

> [...] implicam em propostas de transformação da realidade em que são identificadas situações problemáticas, pela mobilização de recursos com o objetivo de gerar resultados por meio de programas e ações com legitimidade e que tenham abrangência direcionada ao público, aos indivíduos, aos grupos [...] (ROCHA, F., 2008, p. 51).

No entanto, deve ser compreendido que essas "situações problemáticas" são identificadas, ou melhor, construídas por diferentes especialistas. Como afirmam Lenoir (1996) e Debert (1998), a velhice foi constituída como problema social que demandava medidas do Estado através da ação de grupos socialmente interessados em agir sobre esse novo problema. Após esse reconhecimento houve um esforço por parte desses agentes para que o envelhecimento populacional fosse legitimado como problema, inserido como uma preocupação social e com posição privilegiada para tornar-se uma questão pública.

Lenoir (1996) afirma que foram diferentes categorias de profissionais da gestão da velhice, sendo eles trabalhadores e animadores sociais, geriatras, entre outros, mas principalmente, os gerontólogos que assinalaram a existência dos idosos e, ao mesmo tempo, a importância política do problema que esse grupo etário coloca. Nesse mesmo contexto Debert (2012) os chama de *experts* no envelhecimento. São esses profissionais, através do poder de seus discursos, que direcionam programas e ações públicas voltadas ao grupo dos idosos. Como afirma a cientista social, os gerontólogos passam a ser chamados para indicar formas de tratamentos e de prevenção da velhice e, nessa condição de *experts,* ganham reconhecimento e notoriedade pública em questões voltadas ao envelhecimento populacional.

Além disso, Debert (2012, p. 225) ainda compreende a importância de ressaltar que "a gerontologia ganha publicidade e se transforma não apenas em um tema legítimo de pesquisa e de ação, mas também constitui a prevenção da velhice numa necessidade humana fundamental".

Em nosso país, no dia 4 de janeiro de 1994 foi promulgada a Lei 8.842, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI). Nela a pessoa idosa é definida como sendo a que apresenta idade maior de sessenta anos e possui como princípio estabelecer uma política de direito ao idoso em que a proteção social, a garantia de renda, os vínculos relacionais e a promoção da cidadania sejam executados nos municípios com o apoio da sociedade civil. Além disso, a citada lei também cria o Conselho Nacional do Idoso, que teria suas ações voltadas principalmente para a substituição dos asilos por centros de convivência, buscando estimular à assistência ambulatorial e domiciliar (BRASIL, 1994).

Neste momento é importante ressaltar dois fatores. O primeiro diz respeito às leis infraconstitucionais como uma nova forma de política social, estando presente entre o público e o privado, legitimando assim a participação da sociedade civil. É neste contexto que a PNI regula e uniformiza as iniciativas públicas e privadas de proteção ao idoso, fazendo com que tais medidas sejam formalmente legalizadas e estimuladas.

O segundo fator a ser ressaltado vem da análise das seguintes diretrizes da Política Nacional do Idoso:

> Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso:
> [...]
>
> III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência; [...]
>
> VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família. [...] (BRASIL, 1994, p.01).

Ou seja, é possível compreender que as diretrizes da PNI priorizam o atendimento do idoso em sua própria família. Assim, esse procedimento, por um lado, representa mecanismos contra a internação e o asilamento, mas por outro lado, transfere a responsabilidade desses idosos para as famílias e as organizações sociais não governamentais. Desta forma, o Estado fica obrigado a atuar apenas em casos extremos de pobreza e abandono, deixando de fazer investimentos em políticas direcionadas para esse grupo etário (TEIXEIRA, 2007a). Tal posicionamento fica ainda mais evidente quando se percebe a redução de gastos sociais e a transferência da responsabilidade social também para o âmbito privado, cujas medidas de convívio são pioneiras em nosso país.

É neste contexto, quando o Estado diminui sua responsabilidade, que surge o processo chamado por Debert (2012, p.14) de "reprivatização da velhice". Como explica a cientista social, esse movimento transformou a velhice em uma responsabilidade individual "e, nesses termos, ela poderia então desaparecer do leque de preocupações sociais". Entretanto, a autora mais uma vez chama atenção para a transformação dessa responsabilidade como sendo resultado do poder e da interlocução intensa do discurso gerontológico:

> A gerontologia, como um campo de saber específico, aborda cientificamente múltiplas dimensões que vão desde a geriatria como especialidade médica, passando pelas iniciativas da psicologia e das ciências sociais voltadas para discussão de formas de bem-estar que acompanham o avanço das idades, até empreendimentos voltados para o cálculo dos custos financeiros que o envelhecimento da população trará para a contabilidade nacional. Como abordagem multidisciplinar, a gerontologia contribuiu para a constituição do idoso em um problema social e se empenhou na sensibilização da sociedade brasileira para os dramas do envelhecimento (DEBERT, 1997a, p. 01).

A tendência dos gerontólogos é a de atuarem como agentes de transformação no combate à velhice. Essa intenção surge em um momento em que o prolongamento da vida

humana emerge como um ganho coletivo, mas também se traduz em uma ameaça à reprodução da vida social e em um risco para o futuro da sociedade. Todas as projeções sobre os custos da aposentadoria, da cobertura médica e assistencial do idoso fazem parte do discurso gerontológico e são para Debert (1999) apresentadas como um problema nacional e como indicador da inviabilidade de um sistema que em futuro próximo não poderá arcar com os gastos de atendimento para idosos.

Mesmo com todas as medidas recomendadas pelo Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, de 1982, além das asseguradas pela Constituição Federal de 1988 e novas propostas da Política Nacional do Idoso de 1994, pode-se perceber que muitas questões relacionadas a esse grupo etário ainda estavam pendentes no final do século XX. Assim, a ONU decide debater novamente a questão do envelhecimento populacional com os seus países membros para que novas medidas fossem formuladas e a parte envelhecida da população fosse mais bem gerida.

No período de 8 a 12 de abril de 2002 ocorre a Segunda Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento na cidade de Madri. Em relação à primeira, teve um contexto diferente, pois desta vez contou com a participação da sociedade civil por meio de setecentas instituições não governamentais, dentre elas o Serviço Social do Comércio (SESC). Além de tais instituições, a Assembleia reuniu representantes de cerca de 160 países com o intuito de debater e encontrar medidas para o envelhecimento da população através da revisão do Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento, que tinha sido aprovado na Primeira Assembleia de Viena, em 1982.

Em Madri foram aprovados uma nova Declaração Política, que contém os principais compromissos assumidos pelos governos, e o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, que, a partir daquele momento, seria o documento orientador para os países na formulação de suas ações no tocante ao envelhecimento da população. Nele, os governos reunidos resolveram adotar medidas em três direções prioritárias:

- Idosos e desenvolvimento;
- Promoção da saúde e bem estar na velhice;
- Criação de um ambiente propício e favorável (ONU, 2002).

Em relação aos princípios adotados pelo Plano de Madri, Camarano e Pasinato (2004, p. 259) elucidam:

> O primeiro princípio considera que o envelhecimento populacional não é um processo que, necessariamente, esgota os recursos da sociedade. Ao contrário, ele pode significar uma acumulação de capital humano, social e econômico. [...] Nesse caso, políticas de trabalho, integração social e seguridade social são importantes. Para o alcance do segundo princípio, são necessárias políticas que promovam melhorias na saúde desde a infância e que se prolonguem ao longo da vida. [...] Por fim, assegurar um entorno propício e favorável ao envelhecimento implica promover políticas voltadas para a família e a comunidade que assegurem um envelhecimento seguro e promovam a solidariedade intergeracional. Para tanto, é necessário que as políticas públicas sejam concebidas com base na colaboração entre o Estado e a sociedade civil, de forma a construir um maior acesso ao entorno físico, aos serviços e recursos [...].

No tocante ao Plano de Madri, ele reafirmou as recomendações do Plano de Viena, mas alguns pontos importantes devem ser mencionados. Ele destaca a real necessidade de constantes pesquisas sobre os temas nele indicados, como uma forma de atualização; mesmo as recomendações sendo dirigidas aos governos nacionais, reforça a necessidade de parcerias com a sociedade civil e setor privado; avança no sentido de considerar que o envelhecimento deve estar inserido nos programas estatais de desenvolvimento, incorporando-o às estratégias políticas e socioeconômicas; outra grande característica é que reconhece as diferenças nos níveis de desenvolvimento de cada país e, assim, as ações formuladas nos diferentes Estados deveriam estar relacionadas com suas realidades. Entretanto, como afirmam Camarano e Pasinato (2004), em nenhum momento previu recursos para o cumprimento das metas estabelecidas e condições para sua realização. Ou seja, quanto à sua aplicabilidade, pode tornar-se utópico, visto que as metas, para serem alcançadas, demandam recursos financeiros.

Além das características acima citadas, o grande marco do Plano de Madri foi o fato de que a partir dele é desenvolvido o conceito de *envelhecimento ativo*, utilizando como argumento a capacidade e a necessidade de possibilitar ao indivíduo idoso condições para que ele realize atividades econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais. Essa perspectiva de envelhecimento considera o indivíduo com idade a partir de 60 anos capaz de ser utilizado no desenvolvimento social, e essa percepção, acima de tudo, irá mudar de maneira profunda a forma de gestão desse grupo etário.

Em nosso país, especificamente, o principal marco jurídico brasileiro que se refere à população idosa é a Lei 10.741, sancionada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 1° de outubro de 2003. Rocha, E., (2003) afirma que só depois de tramitar cinco anos no Congresso Nacional é que o Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. O projeto foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e visava à regulamentação de garantias para as pessoas mais velhas, mesmo que a Constituição Federal de 1988 já as considerasse, embora não de maneira específica.

A citada lei entrou em vigor noventa dias depois de ser publicada no Diário Oficial da União, exceto o art.36, que regulamenta o acolhimento do idoso no núcleo familiar e só entrou em vigor em 1º de janeiro de 2004. A aprovação do Estatuto é considerada um avanço para a legislação brasileira, pois ele representa um instrumento que possui a função de regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, além de possuir um papel central de referência para as políticas públicas voltadas aos idosos (ROCHA, E., 2003).

Ao longo dos seus 118 artigos são abordadas questões como garantias prioritárias aos idosos, transporte, direitos à liberdade, respeitabilidade e à vida, especificando as funções de entidades que atendem o público idoso, abordando também questões sobre educação, cultura, esporte e lazer, saúde (através do SUS), garantia ao alimento, profissionalização, trabalho, previdência social, crimes contra os mais velhos e habitação, sendo cada um dos temas explanado de forma minuciosa.

Mediante as iniciativas aqui citadas, é importante compreender que alguns autores como Correa, França e Hashimoto (2010) compreendem que todo o processo de aparecimento de políticas públicas para a velhice ocorreu como resposta ao desafio de se gerir o processo de crescimento da população idosa. Contudo, como já mencionado, o envelhecimento não é considerado um problema social exclusivamente pela quantidade de indivíduos idosos em uma população, mas pela construção enquanto tal a partir de discursos de especialistas reconhecidos socialmente como produtores de saber nessa área e interessados, nessa condição, em agir sobre esse novo problema. Além disso, é nesse contexto que o Estatuto do Idoso é um marco importante, não apenas no tocante ao avanço da gestão do Estado sobre a velhice, mas também na substituição de um modelo assistencialista-filantrópico por um modelo preventivo, baseado na promoção de uma longevidade saudável e produtiva. É partindo desse pressuposto que, ao lado da figura do idoso adoecido e inativo, começam a surgir figurações de um envelhecimento ativo e rejuvenescido, ou seja, o Estatuto surge como uma tentativa de atribuir outros sentidos para o envelhecimento.

Conforme afirmam os autores:

> Até meados do século passado a preocupação era assistir os idosos em situação de pobreza, confiná-los em asilos. Ao longo das últimas décadas vimos que os objetivos se dirigem para a promoção de um envelhecimento saudável, para a socialização (com a política de criação dos Núcleos para a Terceira Idade, principalmente) e para a revitalização do envelhecimento de um corpo. Dessa forma, o idoso passa a ser visto como integrante de uma fase ativa e socialmente útil [...] (CORREA, FRANÇA, HASHIOMOTO, 2010, p. 235-236).

Partindo dessa análise, é possível compreender que, de simples medidas assistenciais, normalmente garantidas por asilos, o Estado passa a estimular o idoso a viver sua velhice de novas formas. Para tanto, a antiga imagem de invalidez e dependência é pouco a pouco substituída pela independência e vitalidade. Além disso, no lugar de asilos surgem os grupos de convivência, clubes e demais projetos e serviços que estão propostos a estimular e, acima de tudo, orientar as pessoas classificadas legalmente como idosas a aderirem novos comportamentos e estilos de vida.

Uma nova imagem foi sendo desenhada e, nesse processo de ressignificação da velhice, Guita Debert (2012) compreende a existência de três tipos de atores empenhados em promover um envelhecimento bem-sucedido, sendo eles: os gerontólogos, as pessoas de mais idade e a mídia. É a interlocução entre eles que articula significados específicos em um contexto social em que espaço, tempo, curso da vida, corpo e saúde ganharam novos formatos.

Como afirma a autora:

> São os *gerontólogos* e outros experts que, ativos na transformação da velhice em uma questão social e do idoso em um novo ator político, veem-se agora [...] na condição de agentes privilegiados na reprivatização da velhice. As *pessoas de mais idade*, na certeza de que hoje não podem viver como antigamente, ocupam e redefinem os novos espaços criados para envelhecer [...] A *mídia* [...] ao mesmo tempo, abre campos para novas demandas políticas e para a formação de novos mercados de consumo. (2012, p. 16). (Grifos meus)

Correa (2007, p. 95-96) também explana sobre essa questão, compreendendo que a construção do *envelhecimento ativo* só foi possível pela união do Estado com a ciência. Como o autor afirma:

> A geriatria e a gerontologia, com propostas de educação e prevenção para a velhice, auxiliaram a construção de políticas públicas que procuram reduzir o ônus acarretado pela população idosa aos cofres públicos, com programas para a terceira idade, à base da promoção de uma velhice útil e saudável. [...] são os instrumentos utilizados pelo Estado junto à sociedade a fim de repropor a figura física e psicológica do envelhecimento.

Assim, é possível entender que, no processo de redefinição das imagens da velhice, os discursos não apenas da gerontologia e geriatria, mas de diversos profissionais envolvidos no que Debert (1998) chama de gestão coletiva da velhice, foram essenciais na construção dessa nova perspectiva do envelhecimento, passando a ser porta-vozes de um novo estilo de vida ativo. Entretanto, ao produzir saberes, esses discursos fomentam demandas que só serão

atendidas através de políticas públicas, tendo, ao mesmo tempo, o apoio do Estado e a oportunidade de consolidar seus conhecimentos. Foi assim que as iniciativas públicas voltadas ao envelhecimento utilizaram esses discursos e passaram do perfil assistencialista para incumbirem-se da prevenção da velhice. Desta forma, como afirmam Correa, França e Hashimoto (2010), a intervenção do Estado auxiliou na mudança de perspectivas do envelhecer.

3.2 O estado do Maranhão e sua capital

A primeira importante iniciativa no estado do Maranhão em relação à garantia de direitos voltados para as pessoas idosas ocorreu em 14 de novembro de 1996, quando foi sancionada a Lei nº 6.835, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Idoso, o qual exerceria as funções de supervisionar, avaliar e acompanhar a implementação da Política Nacional do Idoso em nosso estado.

De acordo com a citada lei, também compete ao Conselho formular políticas de promoção, defesa e proteção do idoso através de ações governamentais e não governamentais; propor planos, programas, projetos, estudos e debates relacionados com a temática do envelhecimento; encaminhar denúncias sobre discriminação ao idoso que lhe forem apresentadas; apoiar a organização de entidades representativas; fiscalizar o cumprimento de direitos; promover a conscientização da família e da sociedade a respeito de sua participação na defesa dos direitos do idoso; apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas relacionados à velhice; orientar a população idosa sobre os seus direitos; criar condições de resgate da memória do idoso e suas experiências etc. (MARANHÃO, 1996).

Foi necessário que se passassem 10 anos para que a Política Estadual do Idoso fosse promulgada através da Lei Estadual nº 8.368, de 06 de janeiro de 2006, que possui como finalidade garantir ao indivíduo com idade igual ou superior a sessenta anos os meios necessários para o pleno exercício da sua cidadania. Além disso, tem como objetivos e metas resgatar o espaço do idoso na sociedade, integrando-o através de participação, ocupação e convívio; estimular a permanência dos idosos junto à família, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos que não possuam família para garantir sua própria sobrevivência; divulgar informações acerca do processo de envelhecimento; estabelecer diálogo entre o idoso, a sociedade e os poderes públicos; apoiar estudos sobre questões relativas ao envelhecimento etc. (MARANHÃO, 2006).

Analisando as citadas leis, faz-se necessário destacar duas importantes características. A primeira diz respeito mais uma vez à diminuição da atuação do Estado no tocante ao tratamento cedido aos idosos, também no estado do Maranhão. Novamente, como reflexo da Política Nacional, a Política Estadual do Idoso reforça a transferência da responsabilidade do idoso à família, ficando o estado responsável apenas quando os idosos não possuírem uma família capaz de atender as suas necessidades de sobrevivência.

Tal perspectiva também é resultado da imagem do envelhecimento ativo que passou a ser fortemente utilizada a partir da Segunda Assembleia Mundial. E, analisando essa mudança na imagem da velhice e na forma de gestão do Estado com esse grupo etário, Debert (2012) utiliza uma análise empreendida por Featherstone (1994) na compreensão de que a aposentadoria era apresentada como uma chance para o descanso, mas sua apresentação atual enfatiza a oportunidade para realizações, a capacidade, saúde e atividades apropriadas para a velhice. Desta forma, os idosos são incentivados a romper com as fronteiras que os limitavam a antigos estereótipos e a aderir um estilo de vida considerado adequado para a fase da aposentadoria.

Outro importante ponto a ser destacado é o caráter homogêneo dos idosos maranhenses, baseado na perspectiva do envelhecimento ativo. É importante ressaltar que, mesmo se tratando de uma política estadual e até mesmo dentro da cidade de São Luís, as vivências e os contextos sociais em que os idosos estão inseridos são diversos. Essas diversas possibilidades estão relacionadas com diferentes condições econômicas, de saúde, trabalho, gênero, entre outras. Basta olharmos nossa capital que nos deparamos com essa heterogeneidade e, consequentemente, diferentes formas de viver e significar o envelhecimento. Como afirmam Bulla e Kaefer (2003, p. 7), “a velhice está associada a várias questões que se interligam e que se tornam mais complexas [...] os sujeitos não envelhecem de maneira igual, construindo suas próprias historias de vida”.

Não é somente a percepção da velhice que se apresenta de forma heterogênea, mas as atitudes, os desejos e as necessidades dos idosos também diferem. Pinheiro (2015) em seu estudo sobre a rede de proteção à pessoa idosa no Maranhão, afirma que o município de São Luís respondeu positivamente à existência de vários locais destinados ao apoio e integração de idosos na capital. A autora observa que a secretaria municipal cita o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos, disciplinado pela Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social. Esse Serviço de Convivência para idosos é executado diretamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como

em entidades comunitárias conveniadas com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social.

Em relação à existência de alguma outra modalidade de atendimento ao idoso, foi apontado o Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (CAISI), órgão ligado à Secretaria Municipal de Saúde da prefeitura de São Luís, voltado ao atendimento da população idosa, não só no que diz respeito à assistência, mas também à prevenção e à promoção de saúde, buscando o bem estar físico, emocional, social e cultural do idoso (PINHEIRO, 2015).

Pode-se citar também o Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (CIAPVI). É um projeto da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Foi o primeiro centro de apoio e prevenção à violência contra a pessoa idosa em parceria com o Governo Federal e com o Governo Estadual, sendo criado em 13 de março de 2006. O CIAPVI busca garantir à pessoa idosa os direitos assegurados na Política Nacional, Estadual e no Estatuto do Idoso, exercendo ainda o papel de articulador da rede de serviços oferecidos à pessoa idosa no Estado (DPE/MA, 2015).

O CIAPVI ainda conta com o Núcleo de Serviço Social que possui a seguinte perspectiva:

> Identifica os casos de intervenção social. Encaminha o idoso à rede de proteção para acesso a políticas públicas específicas, realiza visitas domiciliares, atua na mediação e conciliação de conflitos, promove palestras educativas e capacitações, busca soluções para os problemas apresentados pelo idoso, seus familiares e comunidade, sempre na perspectiva de fortalecer o protagonismo do idoso na vida pessoal e no ambiente social (DPE/MA, 2015, p. 23).

É possível perceber que as políticas sócio governamentais direcionadas à população idosa que são desenvolvidas em São Luís visam garantir uma série de direitos que proporcionem condições dignas de vida a esses cidadãos. No entanto, em sua maioria, buscam assegurar à população o exercício do direito a assistência social, saúde, justiça e prevenção à violência. A forte iniciativa que segue o viés nacional e a perspectiva do envelhecimento ativo é desenvolvida nos centros de convivência, espaços que têm como foco o desenvolvimento de atividades que possam contribuir para o envelhecimento saudável e independente através de atividades físicas, culturais, sociais, educativas e do lazer. Na capital, o grande destaque é o Trabalho Social com Idosos desenvolvido pelo SESC desde 1989.

Como afirmam Correa, França e Hashimoto (2010), essa perspectiva de atividade dirige-se no sentido de uma tentativa de otimização da figura do idoso. Já Debert (1999)

compreende que a popularidade dos grupos de convivência para idosos acompanhou a criação da nova linguagem do envelhecimento, em oposição às antigas formas de tratamento dos velhos e aposentados. Foi desta forma que surgiram não apenas os grupos de convivência, mas também as universidades para a terceira idade, como formas de sociabilidade mais gratificante entre os idosos.

A UNITI (Universidade Integrada da Terceira Idade) em São Luís é um projeto de Extensão da Universidade Federal do Maranhão em parceria com a Universidade Estadual, o SESC e o Governo do Estado, executado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMA. É voltado para a realidade maranhense e tem como princípio inserir a população idosa na sociedade através da prática de atividades que possibilitem fortalecer a sua participação social e política. O Programa é desenvolvido em dois semestres com disciplinas básicas e optativas, em carga horária total de 280 horas, tendo o ano letivo em conformidade com o Calendário Acadêmico da UFMA (PINHEIRO, 2015).

Deve ser destacado que esses novos espaços têm sido constantemente abertos para que novas experiências do envelhecimento possam ser vividas de forma gratificante. No entanto, esse compromisso do estado com o envelhecimento ativo e positivo proporciona que identidades e autoimagens sejam modificadas, encobrindo problemas reais da idade avançada. Como afirma Debert (2012), as traições do corpo às vontades individuais agora passam a ser percebidas como transgressões conscientes e como abominações da natureza humana.

A autora ainda utiliza de uma análise empreendida pelo sociólogo britânico Anthony Giddens para compreender esse atual contexto, no qual, através de uma constante vigilância, os idosos são convencidos a assumir a responsabilidade pelo seu bem-estar e pela sua aparência:

> Como mostra Giddens (1992, 1992a), é próprio da experiência contemporânea que a definição do eu, de quem sou e a adoção de estilos de vida se façam em meio a uma profusão de recursos: vários tipos de terapias, manuais de auto-ajuda, programas de televisão e artigos em revistas. A boa aparência, o bom relacionamento sexual e afetivo deixam de depender de qualidades fixas que as pessoas podem possuir ou não, e se transformam em algo que deve ser conquistado a partir de um esforço pessoal. Expressão de mudanças culturais que redefinem a intimidade e a construção das identidades, o corpo tende a ser percebido como pura plasticidade. Suas imperfeições não são naturais nem imutáveis [...] (1999, p. 78)

Desta forma, através das análises aqui empreendidas, é possível compreender que também no estado do Maranhão, com toda a heterogeneidade do processo de envelhecimento, aos poucos os idosos foram sendo igualados dentro da perspectiva do envelhecimento ativo,

tornando-se objeto político da gestão do Estado. No entanto, é possível reconhecermos que o sucesso dos grupos de convivência e da Universidade para a Terceira Idade em nossa capital, encorajando a busca de uma nova identidade que antes era exclusiva da juventude, anula a heterogeneidade de formas possíveis de viver essa fase da vida, além de camuflar a precariedade de mecanismos para lidar com problemas da velhice mais avançada. O desaparecimento de reais problemas acarretados pela idade faz parte do discurso dos *experts* do envelhecimento no processo de reprivatização da velhice. Através de experiências positivas, esses novos discursos sugerem que qualquer precariedade que se constitua nesse segmento pode ser efeito da falta de envolvimento e de dedicação do idoso, o que, visto por outra perspectiva, pode sugerir a não necessidade de responsabilização do Estado pela formulação de políticas sociais específicas.

3.3 A concepção homogênea do envelhecimento ativo

Partindo das análises já empreendidas, foi possível compreender a construção da categoria velhice, como abordado anteriormente, mas também a construção de outros sentidos em relação ao envelhecimento humano. Assistimos à velhice emergir como objeto político de gestão da vida, mas também novas configurações dos modos de gestão específicos do envelhecimento. Tal fato está relacionado, segundo Debert (2012), com a criação de uma série de etapas intermediárias no interior da vida adulta, como a "terceira idade", "meia-idade" ou "aposentadoria ativa".

Ariès (1981) em *História Social da Criança e da Família* analisou a aparecimento de etapas intermediárias entre a infância e a idade adulta. Atualmente esse aparecimento está nas etapas intermediárias do envelhecimento. Como compreende Debert (2012) a aposentadoria deixou de ser um marco que indicava a passagem para a velhice. Acompanhada dessa mudança estão novas linguagens sobre o envelhecimento, em que a idade não é mais um marcador de comportamentos, hábitos e estilos de vida específicos para o grupo etário.

Em outra análise empreendida pela cientista social, a autora acredita que essas mudanças apontam transformações na maneira como a vida passa a ser periodizada, mas acima de tudo, os novos padrões de aposentadoria englobam entre os aposentados um grupo de pessoas cada vez mais jovem, redefinindo, desta maneira, formas de consumo e o perfil das demandas políticas relacionadas com a aposentadoria e o envelhecimento:

> Uma parafernália de receitas envolvendo técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, medicamentos, bailes e outras formas de lazer é proposta, desestabilizando expectativas e imagens tradicionais associadas a homens e mulheres em estágios mais avançados da vida. Meia idade, terceira idade, aposentadoria ativa não são interlúdios maduros entre a idade adulta e a velhice; indicam, antes, estágios propícios para a satisfação pessoal, o prazer, a realização de sonhos adiados em outras etapas da vida (DEBERT, 1997a, p. 04).

Medidas públicas e assistenciais passam a ser dirigidas à população idosa com o objetivo de otimizar a antiga figura estigmatizada do velho. As ações implementadas promovem uma nova imagem a partir de ações preventivas e da divulgação de uma imagem positiva do corpo envelhecido. Ou seja, a gestão dessa nova figura social é desviada do plano assistencialista para o de revitalização das formas de viver, principalmente por meio da divulgação do que Laslett (1987) compreende ser uma comunidade de aposentados com saúde e independência para tornar reais as expectativas dessa fase da vida, e também através da promoção de outros lugares sociais, como os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade.

De acordo com Debert (2012, p. 62), esses novos lugares sociais e seus respectivos discursos são como "formas de criação de uma sociabilidade mais gratificante entre os mais velhos". Essas associações para os idosos, presentes hoje em quase todas as cidades brasileira, são os principais meios propagadores da imagem do envelhecimento ativo e saudável, sendo expressas principalmente pelas atividades oferecidas, como dança, canto, bailes, viagens, entre outras. Como afirmam Camarano e Pasinato (2004), buscam direcionar e fortalecer a estratégia para que o segmento populacional designado como *idosos* busque o bem-estar no envelhecimento.

Nessa nova forma de gestão da velhice são reelaboradas as concepções sobre o corpo e a saúde. Especialistas da gerontologia emprestam seu saber científico para definir novas necessidades dos idosos e propor formas de bem-estar que devem acompanhar o avanço da idade. São doravante agentes na proposta de uma série de receitas que indicam, segundo Debert (2012), que a juventude é um bem ou um valor que pode ser conquistado por qualquer idoso a partir de medidas simples e baratas.

A autora ainda compreende que:

> A suposição de que a boa aparência é igual ao bem-estar, de que aqueles que conservam seus corpos através de dietas, exercícios e outros cuidados viverão mais, sem dúvida, demanda de cada indivíduo uma boa quantidade de "hedonismo calculado". [...] é preciso atentar para [...] uma dissociação entre a juventude e uma faixa etária específica e a transformação da juventude em um bem, um valor que

> pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados (1999, p. 72).

No entanto, seria ilusório acreditar que essas mudanças acontecem por acaso. Mais uma vez essas transformações ocorrem pelo viés discursivo e são acompanhadas pela criação de uma nova linguagem que se opõe a antigos tratamentos direcionados aos idosos e aposentados, de forma que nesse processo a juventude seja valorizada e associada a um estilo de vida específico, independente da idade biológica:

> A terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia. Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: "nova juventude, "idade do lazer". Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixam de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer. Não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada (DEBERT, 1999, p. 78).

Contudo, embora se observe a proliferação dos grupos de convivência para a terceira idade, uma análise crítica deve ser dirigida a esses programas no tocante aos seus fundamentos. Os citados grupos, além de constituírem o principal meio propagador da imagem do envelhecimento ativo, também representam o principal local onde os idosos podem ter vínculos sociais fora do âmbito familiar. Mas, como afirma Correa (2009), muitas vezes esses espaços podem funcionar como um gueto de idosos. De fato, o próprio espaço urbano é produtor de "guetificações", quando se percebe, por exemplo, lugares de circulação da população jovem como em determinadas casas noturnas ou bares. Nesses lugares, raramente encontra-se a presença de idosos. Para eles estão disponíveis os grupos de convivência, para que permaneçam entre os seus iguais.

Outro aspecto a ser questionado nos grupos de convivência para idosos é o poder de indução comportamental. Como esses programas são o principal meio propagador da nova imagem do envelhecimento ativo, através de atividades de lazer, entretenimento, cultura, entre outras, eles acabam não apenas reproduzindo, mas manipulando atitudes e visões de mundo específicas. Como compreende Teixeira (2007b), é em nome desses novos valores, de uma nova sociabilidade movida pelas necessidades de entretenimento e de desenvolvimento da personalidade, capaz de criar alternativas de estilo de vida, que se enfatizam as funções do lazer, base de onde emergem os objetivos buscados nesses programas para a terceira idade.

É nesta direção que caminham os grupos de convivência. Pautados na ideia de uma nova ocupação do tempo livre da população idosa, busca-se uma maneira de "ensinar" a envelhecer ou até mesmo como não envelhecer, através da opção do envelhecimento ativo e de suas recomendações. Mas, como afirma Debert (1999), aplaudindo o lado gratificante da experiência contemporânea da velhice, dificilmente poderíamos supor que não há uma tolerância com o corpo envelhecido, pois quando o rejuvenescimento se transforma em um novo mercado de consumo, a velhice passa a não ter mais lugar e tende a ser vista como descuido pessoal, falta de atividades e estilo de vida inadequado. Ou seja, a crescente oferta de renovação do corpo, das identidades e das auto imagens encobre os problemas próprios da idade. O indivíduo idoso passa a ser o único responsável pelos problemas que enfrenta na sua velhice, levando em consideração que as medidas necessárias para um "envelhecimento feliz" devem ser tomadas por ele próprio.

Deste modo, culpabilizando e excluindo todos os idosos que não têm condições físicas, monetárias, ou até mesmo vontade de adotar esse novo estilo de vida ativo, os grupos de convivência, mesmo se apresentando como um serviço benéfico de socialização, não discutem nem ao menos cogitam a possibilidade de outras diversas formas de vivência dos idosos. Em muitos deles, as atividades são formuladas e ofertadas sem ao menos considerar a opinião do público alvo. Como afirmam Bulla e Kaefer (2003, p. 02):

> É importante, portanto, compreender o idoso em suas diversas formas de ser, respeitando suas maneiras de viver, pois o fato de determinadas pessoas estarem em uma mesma faixa etária não significa que tenham passado pelas mesmas vivências e que apresentem as mesmas características e necessidades. O sujeito idoso não deve ser tratado como objeto e sim como sujeito, histórico e crítico. Como em outra faixa etária, ele deve ser percebido com suas diferentes particularidades [...].

Nesta perspectiva, a definição de um modelo pré-estabelecido do envelhecimento tem como efeito perverso a homogeneização da compreensão da velhice. Através das ideologias *terceira idade, melhor idade* e *envelhecimento ativo,* o processo de envelhecimento humano, que pode acontecer de diferentes maneiras, foi universalizado. Concordando com Silva (2008), a ascensão e a extrema valorização das imagens positivas que compõem a nova forma de envelhecer, tiveram como consequência a exclusão da possibilidade de vivenciar o envelhecimento por meio da quietude, do descanso e da inatividade, desta forma, perdendo toda a diversidade no que se refere aos modos de vida e aos caminhos de satisfação dos sujeitos.

A crítica direcionada a essa tentativa de homogeneização da velhice vem da desconsideração das reais condições que distinguem as experiências do envelhecer, experiências diversas que fazem os sujeitos, no envelhecimento, possuírem significados, desejos, necessidade e visões de mundo plurais. Se antes o grupo da população idosa era homogeneizado pela percepção de invalidez e inatividade, hoje o mesmo acontece, mas pela imposição de atitudes consideradas adequadas para um estilo de vida ativo. Nessa perspectiva, mesmo se tratando de grupos de convivência direcionados especificamente para idoso, não são consideradas as diferentes experiências vividas em diferentes contextos sociais.

Como afirma Debert (2012, p. 161):

> O interesse dos programas está na possibilidade de compartilhar a experiência de recodificação do envelhecimento em uma comunidade, mas não se pode supor que o avanço da idade, automaticamente, dissolveria distinções socioculturais que marcaram todas as etapas anteriores da vida. [...] o público-alvo mostra aos coordenadores dos programas que o avanço da idade é moldado por outras experiências e que é preciso, portanto, desestabilizar a ideia de que a idade pode oferecer uma identidade fixa, unitária e coerente.

A heterogeneidade do envelhecer deve ser debatida principalmente porque grande parte das iniciativas políticas é baseada em uma visão generalizada da população idosa, como um grupo com experiências e necessidades comuns (CAMARANO; PASINATO, 2004). O próprio termo *terceira idade,* usado em documentos oficiais, de acordo com Debert (1997a), é uma forma de negação da velhice, visto que tal concepção abrange somente os setores privilegiados da população envelhecida que possuem condições econômicas de ter uma vida ativa e saudável.

Desta forma, a partir das considerações aqui realizadas, tendo como pressuposto que a idade não é um marcador na definição das experiências, compreende-se que políticas e serviços direcionados à população idosa devem ser analisados no sentido de compreender a quem estão se referindo. Como questiona Rocha F. (2008), as iniciativas públicas dizem respeito a que idoso? Reivindicativo ou passivo, o idoso engajado, ativo ou mais quieto, aquele que vive em família ou o que foi destinado a um asilo, a idosa dos bairros nobres, ou a faxineira que ainda ajuda criar os netos, os que ainda trabalham ou aposentados, os que ficam na fila dos bancos ou no banco da praça, os saudáveis ou doentes? Enfim, todos esses estão presentes no dia a dia da sociedade e cada indivíduo, em sua subjetividade, experimenta de forma singular seu processo de envelhecimento.

Assim, para que medidas públicas para a velhice sejam formuladas, apresenta-se como necessária uma compreensão da pluralidade de contextos sociais nos quais esses indivíduos estão inseridos. Do mesmo modo, questões específicas, efeitos de determinados marcadores de distinção, terão de ser pensados também para que a aplicação de fórmulas generalizantes não se imponha como determinismo a ser cumprido por certas políticas, mesmo quando bem intencionadas. O específico e o geral, a meu ver, devem ser contemplados numa mesma perspectiva sobre a posição de sujeito em uma sociedade. Ou seja, o processo de envelhecimento está relacionado com marcadores sociais e pode-se apresentar de diferentes formas, pluralidade essa que será explanada no próximo capítulo a partir das narrativas de idosas participantes do Trabalho Social com Idosos do SESC Deodoro, em São Luís.

CAPÍTULO 4 - "*ANTIGAMENTE EU ERA IDOSA, MAS AGORA EU SOU JOVEM"*

4.1 Memória, envelhecimento, TSI

A ênfase dos discursos para a construção de um envelhecimento ativo, em especial os midiáticos, mobiliza-nos para a efetivação de certas ações e também para os contrastes que emergem na constituição de vários grupos de idosos, o que, sem dúvida, acarreta consequências para o uso indiscriminado da categoria "velho" ou "velha". A busca pelo entendimento dessas experiências promoveu a necessidade de entrar em contato com pessoas idosas participantes de grupos de convivência para a realização deste estudo. Tal posicionamento veio da compreensão de que, no atual contexto, a imagem do envelhecimento ativo vem prevalecendo como um modelo pré-fabricado de estilo de vida correto. É devido à propagação dessa imagem produzida e apoiada por diferentes especialistas que muitos idosos estão se organizando em grupos e programas voltados para a terceira idade. Como afirma Debert (1999), esse tipo de programa possui um conjunto de discursos, também amplamente divulgados pela mídia, voltados para a uma série de técnicas de manutenção corporal, ginásticas, comidas saudáveis, passeios, bailes, e outras formas de lazer que mostram como os que não se sentem velhos devem se comportar.

A escolha do Trabalho Social com Idosos do SESC Deodoro como contexto de sociabilidade e possível localização de sujeitos colaboradores deste estudo, como já mencionado, deve-se ao sucesso e à abrangência do seu trabalho, além do apoio e receptividade encontrados para o acesso ao local e para a realização da pesquisa com membros do grupo. Nele são oferecidas atividades, de segunda a sexta, pela manhã e à tarde, como canto coral, percussão, bumba-meu-boi, trabalho com a memória, entre outras. Todos os trabalhos do grupo são desenvolvidos na perspectiva de uma construção discursiva na qual o envelhecimento vivido nesse espaço possibilitaria uma experiência inovadora através da exploração de identidades.

Neste capítulo serão apresentadas narrativas oriundas de lembranças, modos de ser e de pensar de Agatha, Inês, Bárbara, Rita, Clara, Helena, Luzia, Marta, Isabel e Mônica[2]. Não são apenas narrações de acontecimentos vividos, nem se buscou reconstruir plenamente suas histórias de vida. Busquei registrar recordações de experiências por elas vividas, partindo da

[2]Os nomes dessas mulheres são fictícios, decisão tomada conjuntamente para que o sigilo fosse mantido. A escolha foi por nomes de santas, devido ao forte viés católico do grupo Trabalho Social com Idosos do SESC Deodoro e das entrevistadas participantes da pesquisa.

compreensão de que a memória é um recurso apropriado para a compreensão da sociedade como produtora e reprodutora de significados, processos históricos e atitudes específicas.

A partir desse pressuposto, algumas análises são imprescindíveis, como aquela desenvolvida pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004). Em sua obra *A Memória Coletiva,* o autor afirma que a memória de um indivíduo não é uma instância psíquica autônoma e isolada, mas se trata de uma construção social no contexto das relações desse indivíduo com muitos "outros" nos diferentes grupos dos quais faz parte. Ou seja, a nossa memória depende do relacionamento com nossa família, com os colegas de trabalho, de estudo e de todos os grupos que nos são referência e com os quais vamos tendo convívio, ao longo de nossa trajetória.

Dessa forma, as entrevistadas narram, constroem e valorizam suas histórias na relação com outras pessoas, sendo esses "outros" as testemunhas que possuem em comum com fatos vividos em determinado grupo. As memórias narradas por essas mulheres são baseadas nas experiências vividas por cada uma delas, mas, ao mesmo tempo, estão conservadas nos grupos aos quais pertencem. Não apenas esse sentimento de pertencimento, mas as experiências compartilhadas são muito importantes para ativação e conservação das lembranças.

Schmidt e Mahfoud, em um estudo desenvolvido sobre a Memória Coletiva de Halbwachs, afirmam que:

> A permanência do apego afetivo a uma comunidade dá consistência às lembranças. [...] A lembrança, para Halbwachs, é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento, na medida em que porta o "sentimento do já visto". É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimento e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizadas num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais (1993, p. 289).

Atenta a essa perspectiva, entendo que as lembranças rememoradas das idosas participantes desta pesquisa estão sob influência do atual momento de cada uma delas, pois segundo o que o sociólogo nos assegura, no trabalho de rememorar, a memória é processo de construção. O passado dessas senhoras não chegará ao presente exatamente como foi vivido por elas, levando em consideração que, no desenvolvimento de uma criança para a fase adulta, ela compartilha do pensamento dos diferentes grupos dos quais fez e ainda faz parte. Ou seja, "a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados

emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada" (HALBWACHS, 2004, p. 75-76).

Trabalhar com lembranças e rememorações remete-nos também à atenção ao fenômeno fundamental do esquecimento. Para tal mecanismo, Freud (1901), em sua obra *A Psicopatologia da Vida Cotidiana,* adverte que o esquecimento nos direciona para motivações que estão em nosso inconsciente. Para o autor, o mecanismo do esquecimento é uma interferência em nosso ato de reproduzir impressões, nomes ou acontecimentos. No entanto, essa interferência, além de ser de ordem pessoal, profissional, familiar etc., acontece propositadamente para que lembranças desagradáveis não sejam manifestadas.

Usando como referência uma série de observações, Freud (1901) afirma que o resultado invariável em todos os casos de esquecimento está relacionado com algum motivo de desprazer. Assim, a tendência de esquecer o que é desagradável para ele é universal e qualquer pessoa que queira analisar e investigar as razões para seus próprios esquecimentos poderá ser capaz de apresentar uma relação de assuntos desagradáveis. Por conseguinte, ainda afirma:

> [...] também podemos encontrar sinais abundantes em pessoas saudáveis, não neuróticas, de que uma resistência se opõe a lembranças de impressões aflitivas e à ocorrência de pensamentos aflitivos. Somos forçados a encarar [...] um tal *empenho elementar de resguardar-se* de idéias que possam despertar sentimentos de desprazer – um empenho que só pode ser comparado com o reflexo de fuga na presença de estímulos de dor (1901, p. 183). (Grifos do autor)

Através dessa compreensão, Freud (1901) destaca que a memória humana possui uma natureza tendenciosa, levando em consideração que selecionamos os acontecimentos e as impressões que serão relatados. Assim, não existe garantia de que as lembranças rememoradas pelas mulheres idosas estão exatamente como foram vividas. Como o autor parte do princípio de que a lembrança é uma reconstrução de fatos vividos, estando eles relacionados com informações do presente, essas imagens construídas podem estar incompletas, falsificadas ou ter tido seu lugar alterado no tempo e no espaço.

Tendo utilizado neste estudo narrações de senhoras em que foram relatados alguns detalhes da infância, do relacionamento com a família, de relações amorosas e profissionais, visões de mundo, opiniões etc., ou seja, detalhes íntimos de suas vidas, em sintonia com a perspectiva freudiana sobre o esquecimento, pude perceber que houve por parte das entrevistadas a omissão de acontecimentos e/ou experiências que consideraram não

mencionáveis. Esse silêncio ou "a ausência de certos ditos" é considerado um elemento constante do processo seletivo em todos os trabalhos que utilizam memórias como recurso teórico-metodológico.

Sousa (1998) estudou a participação de mulheres nos bailes de máscaras do carnaval da cidade de São Luís entre os anos de 1950 e 1960. Como parte da metodologia, foram utilizadas narrações de histórias de vida de senhoras, para buscar compreender as relações de gênero e as representações sociais sobre as mulheres que frequentavam esses bailes. A autora, que também teve que lidar com esses silenciamentos, utilizou a compreensão do cientista social Michael Pollak (1989) para analisar a ocultação por parte de suas entrevistadas de fatos por elas considerados da ordem do vergonhoso ou do *"indizível"*.

> É, então, Pollak, que nos oferece um apoio consistente ao destacar que as lembranças da ordem do *"indizível",* próprias de uma memória subterrânea, são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e em redes de sociabilidade mais próximas [...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra e silêncios não-ditos [...] evidenciando, assim, a existência das tensões e conflitos existentes, nas relações de poder vigentes na sociedade (1998, p. 40-41).

No decorrer das entrevistas, também pude perceber que algumas vezes as entrevistadas não detalhavam assuntos específicos de suas histórias. De início, considerei que a falta de intimidade fosse devida ao nosso recente contato, o que teria impedido que alguns assuntos fossem abordados. Mas depois de alguns meses com encontros frequentes para a realização das entrevistas, mesmo já tendo sido estabelecida uma confiança em relação a mim, a barreira em determinadas áreas parecia impermeável, como por exemplo, falar sobre suas sexualidades, desejos, relações e práticas sexuais. É provável que laços mais fortes, construídos em um tempo maior de convivência, pudessem fazê-las expressar parte de suas experiências de forma mais espontânea e confortável. Tal situação foi limitada pelo curto tempo que temos em uma pesquisa de Mestrado. Considero que este é um tempo muito restrito para que aprofundemos os diálogos, para que daí possa decorrer uma maior intimidade entre sujeitos colaboradores e pesquisadora.

No contexto dessa relação, durante a investigação, observei que no processo de selecionar os acontecimentos mais significativos que seriam narrados para mim, cada uma das entrevistadas intenciona produzir uma imagem de si mesma. Na construção dessa imagem, há um misto de espontaneidade e interesse em sempre causar uma boa impressão.

Os silêncios e os não ditos encontrados ao logo do processo de entrevistas podem estar relacionados ao que já comentamos, acrescentadas as possibilidades de timidez, medo,

repreensão social e até mesmo de uma vigilância própria, para não deixar "escapar" algo considerado não apropriado para ser dito. Essa repreensão foi percebida dentro do próprio grupo do TSI entre as colegas participantes. Tal fato foi por mim reconhecido quando percebi que algumas entrevistadas não queriam falar de determinado assunto nos grupos focais, por medo do que as outras colegas iriam pensar sobre elas. Mas na entrevista individual, me pareceram muito à vontade e sem problemas para falarem de si mesmas.

O que foi censurado e não dito por Agatha, Inês, Bárbara, Rita, Clara, Helena, Luzia, Marta, Isabel e Mônica, em parte pode ser compreendido como *memórias subterrâneas.* São as lembranças marcadas por silêncios que essas idosas trazem consigo, que não são expressas. De acordo com Pollak (1989), essa tipologia de silêncios é moldada pela angústia de ser punido por aquilo que diz, de se expor a mal-entendidos e até mesmo de não encontrar uma escuta. É desta forma que, segundo o sociólogo, lembranças traumatizantes podem ser guardadas por muitos anos, até que exista um momento adequado para serem contadas publicamente.

É importante mencionar que, ainda que as entrevistadas sejam participantes do mesmo grupo de convívio e integrantes do mesmo grupo geracional, os seus relatos são recordações de si, de seus contextos de origem, do ambiente em que nasceram, das relações que construíram no trabalho, no ambiente familiar, de suas opiniões, valores, visões de mundo, etc. Como afirma Halbwachs (2004, p. 55), "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva". Assim, suas narrativas oferecem-nos detalhes e informações singulares e importantes para a compreensão da pluralidade de formas de experenciar a velhice a partir de diferentes histórias e contextos sociais.

Como participantes do TSI, as entrevistadas enfatizam sua forma ativa e positiva de viver a velhice, indo ao encontro da perspectiva discursiva do envelhecimento ativo e independente, propagada pelo grupo. Esse rompimento com antigos estereótipos associados à velhice como fase de solidão, doença, dependência e decrepitude, pode ser visto pela maneira como cada uma das idosas apresenta-se a mim, explicando como vive a atual fase da vida:

> *Uma coisa muito boa da minha vida hoje é a oportunidade de estar realizando coisas que eu não tinha realizado antes e que eu tinha vontade. Hoje eu tenho essa liberdade. Ah, eu quero fazer alguma coisa, então eu vou fazer aqui e agora. Por exemplo, hoje eu danço, canto, participo de uma banda cantando. Eu sempre tive vontade de cantar, mas eu nunca tive oportunidade de realizar porque sempre por último era a minha vontade. Muitas coisas a gente deixa de fazer quando a gente é jovem, né? [...] Hoje as pessoas só não gostam quando eu saio. Eu não fico, não gosto de ficar em casa, não tem sentido pra mim.* ***(Helena –66 anos, mulher branca, divorciada, aposentada****).*

*Minha vida hoje, eu não tenho do que reclamar, principalmente depois que entrei nesse grupo e comecei a conviver com essas minhas colegas. A gente brinca, se diverte passeia. Antes eu me sentia muito presa, porque eu só vivia em casa, para a minha família, né? (**Inês – 79 anos, mulher branca, viúva, aposentada).***

*Meu marido era um pouco problemático, sabe? Igual a mamãe, aí chegou um dia que Deus teve pena de mim e levou pai, levou mãe, levou marido e me deixou aqui liberada, livre, leve e solta. Solta na buraqueira. Faço tudo o que eu tenho direito e me dá vontade. Se por acaso eu disser a alguém lá de casa que eu quero ir pra algum canto e eles dizerem que eu não posso ir, é aí que eu vou mesmo. **(Mônica – 81 anos, mulher negra, viúva, aposentada).***

*Eu me libero, sou feliz, sou muito alegre, gosto de pensar positivo e agir positivo e hoje vivo muito bem. Sou viúva, tenho filhos [...] Moro sozinha, justamente para poder me liberar. Eu faço tudo sozinha, não dependo de ninguém, resolvo tudo só. Sempre você vai me ver assim bem. E sou muito feliz vivendo dessa maneira. [...] agora sou dona dos meus atos. Saio na hora que eu quero, chego na hora que eu quiser [...] eu tenho meu dinheiro, as minhas perninhas direitinhas, tenho minha vida, saúde, por que eu não posso andar? Pois eu sempre estou disposta para fazer algo. **(Marta – 66 anos, mulher branca, viúva, aposentada e pensionista).***

*Meu defeito é ser só calma assim, do jeito que você tá vendo, mas sempre fui ativa, nunca deixei ninguém, nem mesmo o meu marido me dominar, nem filho nenhum [...] Se alguém chama para sair no boi eu vou, se chama para sair no bloco ali eu também vou, pra todo lado que tu me convida eu vou. Quando as filhas dizem "mamãe, não vá não", aí é que eu vou mesmo. **(Isabel - 72 anos, mulher negra, viúva, aposentada).***

*Pra mim, depois que eu cheguei na fase de vida que eu estou é que melhorou as coisas. [...] Porque quando eu era mais nova eu vivia para o marido, pra filho, não podia sair de casa, e hoje não, meus filhos estão todos criados, meu marido vive em casa e eu vivo na rua, bati asa ó. Estou livre para voar. Só não gosto de ficar direto dentro de casa. [...] Depois que as crianças cresceram ainda tentaram me amarrar, aí eu disse "ah não!". De maneira nenhuma! Aqui no SESC faço de tudo um pouco. É desse jeito que eu sou feliz. **(Luzia – 71 anos, mulher negra, casada).***

*Quando eu era mais jovem, eu tinha muitos compromissos que não podiam deixar de acontecer e agora na velhice os meus compromissos são comigo mesmo, então eu acho isso uma coisa muito boa dessa fase da minha vida. Porque, antigamente eu tinha compromisso, por exemplo, de levar as crianças ao colégio, ir buscar, era uma questão de obrigação. Então agora, uma coisa muita boa do meu hoje é isso, ter compromisso apenas comigo mesma. **(Bárbara – 69 anos, mulher branca, casada, aposentada).***

*A única coisa que eu posso reclamar da minha vida hoje foi não ter me integrado a esse grupo antes. Porque agora é impressionante, é tudo de bom na minha vida. Eu estou aqui no TSI do ano passado para cá. Frequentava o SESC antes, mas não as atividades do idoso, só vinha esporadicamente mesmo. Eu tive uns problemas, sabe, mas passou, estão passando. E cada vez que eu apareço aqui parece que fica mais fácil superar esses problemas. Sou muito feliz por causa disso. **(Agatha – 81 anos, mulher negra, divorciada, aposentada).***

> *A época em que eu trabalhava, era assim, um corre-corre, uma agonia de serviços nos dois horários, pra tomar conta de família, de casa, de filho. Meu marido também trabalhava, mas você sabe que toda responsabilidade com as coisas da casa e com os filhos é da mulher. Aí depois que eu me aposentei pronto, comecei a entrar em grupos de idosos, recebi alguns convites, também convidei as colegas, trouxe minhas amigas para o SESC e aí pronto! Gosto de passear, gosto do coral, de estudar, e outras coisas. Deus me livre ficar em casa o dia todo.* ***(Clara – 69 anos, mulher negra, casada, aposentada).***

> *Pra mim a vida mudou muito depois que eu vim para o SESC. Eu já frequentei vários grupos. Eu sou solteira, não tenho filhos, mas criei quase todos os meus sobrinhos. Era aquela vida corrida, cheia de obrigações. Agora na velhice, pra mim, eu me encontrei muito aqui no SESC, é um lugar maravilhoso, estou satisfeitíssima.* ***(Rita – 66 anos, mulher branca, solteira, aposentada).***

Para essas idosas, participar das atividades desenvolvidas pelo TSI, como mostram em seus discursos, é a comprovação de que o envelhecimento não significa necessariamente ser doente, dependente ou passiva. As entrevistadas fazem questão de transmitir a imagem de mulheres independentes, ativas e saudáveis, mesmo que mais à frente elas afirmem a necessidade de familiares em determinadas situações. Tal comportamento é reforçado quando elas materializam a imagem depreciativa da velhice em outras mulheres conhecidas, percebendo as diferenças em relação a seus atuais modos de viver e definindo tais comportamentos como inadequados.

Dona Helena aborda a importância da participação dos idosos em grupos para a terceira idade e também se compara com uma amiga que para tudo dependia do marido e agora, com a viuvez, nada sabe:

> *[...] tem jovem hoje que tem o pensamento muito mais velho do que o nosso. Na época da minha mãe existia muito machismo, muito mesmo. As mulheres não tinham a liberdade que nós temos hoje, e principalmente, não existiam também esses grupos que ajuda muito na vivência do idoso. Esses grupos é uma benção de Deus e quem quer participar tem que correr atrás. [...] Eu tenho uma amiga que é casada, tudo só fazia o que o marido determinava. Ela não pegava em nenhum dinheiro dele, ele que fazia tudo. Só que ele morreu de repente e ela ó, acabou-se. Agora pergunte se eu sinto falta do meu, pergunte se ele me fez falta em alguma coisa.* ***(Helena)***

Dona Bárbara também relata sobre uma amiga que, depois de toda uma vida sob a dependência do marido, com a viuvez, desenvolveu a doença de Alzheimer. Ainda ressalta características de "*uma pessoa mesmo idosa*":

> *Eu tinha um casal conhecido que pra mim era referencia de homem e de mulher. Mas eles viviam assim: ele escolhia até o modelo da roupa da mulher [...] Quando ele morreu, ela se tornou uma pessoa muito abatida, depois com uma demência, que agora não tem mais demência, tudo é Alzheimer*[3]*.[...] Hoje ela é uma pessoa que pode se dizer inútil, que não participa mais de nada como ela participava quando ele era vivo. Ela está acabada. Magra ela sempre foi, mas ela definhou muito mais, ficou com uma fisionomia de uma pessoa mesmo idosa, sem vida, acabada.* ***(Bárbara)***

Esses relatos deixam claro que, mais uma vez, as narrativas dessas senhoras são, em grande parte, perpassadas pelas construções discursivas do Trabalho Social com Idosos, em que é realçada a liberdade, a independência e a atividade na terceira idade. As idosas, em seus relatos, reforçam a positividade dessa fase da vida em contraste com outros antigos discursos naturalizados sobre a velhice, que privilegiavam a doença e a inutilidade. Deve ser compreendida, nesse caso, a legitimidade do discurso dos gerontólogos e dos técnicos, que o repassam como especialistas que anunciam algumas dessas mudanças na forma de viver o envelhecimento, ou seja, o discurso é autorizado mediante o *status* do sujeito que fala e o lugar institucional de onde esse sujeito fala, no caso, dos grupos de convivência.

Na obra *A Arqueologia do Saber*, no capítulo *A formação das Modalidades Enunciativas*, Foucault (2005) possui como objetivo encontrar a lei de todas as enunciações e o lugar de onde vem. Ele argumenta que as diferentes modalidades da enunciação estão relacionadas ao *status* do sujeito que fala, aos lugares institucionais e à inserção do sujeito falante. O filósofo utiliza, para ilustrar seu argumento, o domínio da medicina e propõe que sejam respondidas algumas questões.

Em relação ao *status* o autor coloca: quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem tem o direito de proferir tal discurso com pelo menos a presunção de que é verdadeiro? (FOUCAULT, 2005). Para o autor, a detenção e o exercício de saberes não está disponível a qualquer pessoa, mas a grupos que possuem o *status* garantido de proferir enunciados e desempenhar ações que legitimem sua fala. Assim, no tocante aos trabalhos desenvolvidos com idosos, o *status* do gerontólogo decorre da legitimidade social que assume na condição de especialista, de forma que seu poder, eficácia e existência não podem ser dissociados do personagem historicamente construído.

[3]A Doença de Alzheimer apresenta-se como demência ou perda de funções cognitivas (memória, orientação, atenção e linguagem), ocasionada pela morte de células cerebrais. O seu nome oficial refere-se ao médico Alois Alzheimer, que foi o primeiro a descrever a doença, no ano de 1906. Ele estudou e publicou o caso da sua paciente Auguste Deter, uma mulher saudável de 51 anos, que desenvolveu um quadro de perda progressiva de memória, desorientação e distúrbio de linguagem, tornando-se incapaz de cuidar de si (ABRAZ, 2015).

Em relação aos lugares institucionais, Foucault (2005) argumenta que é necessário descrever de que lugares institucionais procedem os discursos, pois esses lugares onde estão relacionados sujeito e discursos funcionarão como legitimadores da verdade desse discurso. Em seu exemplo, utilizando-se da medicina, o filósofo explana que o *status* do médico como profissional apto dá legitimidade à prática discursiva médica, mas o hospital e o laboratório, enquanto lugares institucionais do discurso médico, possuem o papel de permitir seu exercício. Assim, não basta apenas o *status* do gerontólogo como detentor do estatuto da fala, mas também é necessário um lugar que autorize a prática dessa palavra. Em nosso caso, o discurso especializado e autorizado sobre *envelhecimento ativo* circula nos grupos de convivência para idosos.

Os elementos considerados positivos proporcionados pela vivência no grupo TSI, sendo eles uma reprodução do discurso do *envelhecimento ativo* destacado em grupos de convivência, podem ser mais bem percebidos quando as idosas participantes deste estudo narram o que consideram ser a velhice de fato, muitas vezes sendo notória uma rejeição ao que elas consideram ser um envelhecimento ou estilo de vida errado. Além disso, referem-se a exemplos de amigos ou de outros familiares para demonstrarem o que consideram ser uma pessoa velha, por não possuírem um estilo de vida ativo.

> *A velhice chega para aquele que se entrega, não sai de casa, não faz nada da vida. E eu estou longe, mas longe dessa fase da vida, da velhice. Eu tenho tanta atividade, eu faço tanta coisa, quase nunca eu paro em casa, só à noite mesmo para dormir. Então olhe, eu estou com 68 anos, mas eu não me entrego de jeito nenhum. Eu vejo colegas minhas que se admiram comigo: "puxa Clara, tu não fica velha".* ***(Clara)***

> *Eu acredito que ser velho hoje é justamente quem vive sem ter nenhuma perspectiva de vida. Tem gente que se acomoda no tempo, acha que não tem mais nada pra aprender, pra viver. São as pessoas que não sonham, que querem ficar só dentro de casa. Tem uma vizinha minha que diz que lugar de velho é em casa. Aí eu digo: "justamente, como você. Eu que não sou velha não fico dentro de casa". Tem gente muito mais nova do que eu e que tem essa vida assim, acabada, de velho, como o povo diz. Tenho uma outra amiga, que eu sempre chamo para vir pro SESC fazer alguma coisa, uma ginástica, canto, dança, essas coisas, ela não vem nem amarrada, diz que tem preguiça, que não tem mais idade pra isso. Eu morro de medo de ficar uma velha caduca, eu posso ficar velha, porque o corpo da gente envelhece, tudo cai, mas é necessário estar com a cabeça sempre funcionando.* ***(Bárbara)***

> *A pessoa para não se entregar a idade tem que se cuidar, de corpo, de saúde, da mente, de tudo, da aparência, participar das coisas. Enquanto uma pessoa fizer isso pra mim ela ainda continua jovem, está ótimo. A gente tem que sair, dançar, passear, viajar, isso é ser jovem. É por isso que tem muita gente aí com 30, 40 anos, e até menos que eu vejo como verdadeiros velhos, pelo estilo de vida que eles têm. Então a velhice pra mim é*

> *isso, tá na mente. Você deve se cuidar, fazer cursos, aprender novas coisas, é desse jeito que você sempre vai ficar jovem, com ideias boas na cabeça. Se você reparar a pessoa que não se cuida já vive acabada, quieta no canto, vive mal humorada, só reclamando da vida. Meu ex-marido se você ver é um velho, velho, velho, e é um ano mais novo que eu. Eu digo a ele que ele tá um velho parecendo meu pai. E por quê? Porque não quer participar de nada, nem fazer uma atividade física.* ***(Helena)***

> *Eu venho pra cá, converso com minhas colegas, participo das atividades, fazemos as nossas festinhas, às vezes eu fico aqui na frente só assistindo a novela na companhia de alguma delas, mas é bem melhor do que tá em casa. Ainda temos também os cursos, as atividades, os passeios, isso é muito bom. O velho de hoje é o que se acomoda, que só vive reclamando, não quer fazer nada, só fica arrumando doença, encontra dor em tudo que é canto do corpo.* ***(Rita)***

> *Eu tenho uma filha que tem 49 anos e eu acho ela mais velha do que eu. Eu tenho uma neta que tem nove anos e é mais velha do que eu. A vida dela é só na cama e no sofá grudada na TV e no celular. Minha filha trabalha muito, não tem mais coragem de fazer nada. Só faz dormir. Uma pessoa dessa não vive, já tá acabada, morreu pra vida, é toda molenga, velha. Não é necessariamente que a velhice chega aos 60 anos, pode ser até aos 10. Eu acho que é muito ligado ao estilo de vida. Eu não me acho velha, sou uma pessoa totalmente ativa, cheia de atividade. Isso é ser jovem, isso é viver.* ***(Marta).***

É interessante observar na fala de dona Marta, logo acima, que a idosa destaca a questão da temporalidade, o tempo estabelecido para a velhice, uma definição cronológica, de perspectiva puramente biofisiológica. O tempo da filha e o tempo da neta são vividos em outras conjunturas, em outros processos histórico-sociais. O tempo biofisiológico ligado às atividades que ela tem está impregnado de outros significados. O estilo de vida das duas, filha e neta, como afirma dona Marta, se parece com o tempo estabelecido da velhice. Ou seja, como explana Debert (1999), estágios foram claramente definidos e separados pela idade cronológica, caracterizando a forma como a vida é periodizada. No entanto, nessa cronologização da vida, cada estágio possui um estilo de vida pré-definido e particularidades específicas. No entendimento da idosa em questão, o tempo caracterizado como sendo da velhice é marcado pela inatividade, momento esse que está sendo vivido por sua filha e sua neta, mesmo estando em idades cronológicas não compatíveis com o envelhecimento.

Além da prática de exercícios ou da participação em diversas atividades, outra característica marcante que diferencia o que elas consideram *ser velho* ou não é a independência, como continua a ser destacado nas seguintes falas:

> *Eu tenho uma amiga que é velha desde que nasceu. Ela não vive minha gente, não vive. Eu chamo ela pros cantos, ela diz que não vai porque tem medo. Chamo para ir pra igreja, não vai porque é longe de casa, disse que faz 100 anos que não usa uma bolsa*

> *com medo de ladrão. Então, uma pessoa assim, eu disse a ela "você é velha desde que nasceu". [...] Sempre tinha que ter alguém do lado para fazer as coisas. Nunca foi independente, então foi desse jeito que se acabou e envelheceu rápido. Já é velha desde nova.* ***(Agatha).***

> *Olhe, eu mesmo. Eu lavo, passo, costuro, trabalho e me sustento. Eu compro meu sapato, eu compro meu chinelo, compro minha calcinha [...] Por quê? Porque é meu dinheiro, eu me sustento. Agora homem pra me proibir de vir aqui fazer as minhas atividades ele tem que ser homem duas vezes. O meu, Deus levou, mas quando tava vivo, eu sempre fui desse jeito, sempre trabalhei, paguei minhas contas, era independente. É essa postura que a mulher deve ter pra quando chegar a uma certa idade e por acaso ficar viúva não ficar aí largada como se a vida tivesse acabado. Eu mesmo não, quando fiquei viúva eu cuidei foi de arrumar algo pra fazer, entrei na UNITI. A minha velhice foi o que eu vivi no passado, agora é que eu estou nova. A minha velhice foi nos meus 14, 15, 16, 17, 18 anos, por aí. Viúva pra cá eu rejuvenesci, cheguei na juventude. Eu danço, eu brinco, eu corro, saio, não dou satisfação a ninguém, quando eu tô zangada digo logo um monte de pornografia e acabo a história. Ou bem ou mal a casa é minha e ninguém pode me botar de casa pra fora.* ***(Mônica).***

> *Eu moro só, mas quando me encontro com minhas colegas eu só falo de coisas boas, alegres. [...] Eu não deixo de sair por falta de companhia, porque eu não sei se amanhã terei saúde para fazer isso. Eu vou! Eu também não peço para ninguém ir me levar, resolvo tudo só. Quando eles sabem, eu já fiz, já fui e já voltei. Não é porque eu cheguei a essa idade que eu cheguei no final da linha. Agora é que eu estou na idade de fazer as coisas. Antigamente eu era idosa, mas agora eu sou jovem. Hoje eu me lidero!* ***(Marta).***

Esse forte apego à imagem do idoso com uma quase obrigação de ser ativo e independente aparece como uma tentativa, por parte das entrevistadas, de tentar desconstruir o imaginário social do envelhecimento como fase de decrepitude. E também, de certa forma, eliminar todo um preconceito que existe em nossa sociedade para com as pessoas de mais idade. Tal perspectiva pode ser resumida na fala de dona Helena:

> *Tem muitas idosas e idosos também que não querem participar de programas como esse aqui, ou porque não querem mesmo ou porque não se acham velho. Mas, se todos fossem assim, ativos, não pensariam mais isso de nós.*

Nesses relatos foi possível apreender que a compreensão homogênea do envelhecimento, como já abordado nos capítulos anteriores, também se faz presente dentro do TSI. As integrantes entrevistadas acreditam que o processo de envelhecimento e a maneira como um indivíduo com idade a partir de 60 anos vive essa fase da vida podem ser igualitários para todos. Sobressaem em seus relatos exemplos de pessoas, parentes, amigas, esposos, entre outras, que não vivem o envelhecimento estando envolvidas em grupos de

convivência para idosos. Ao definirem as atividades como algo que dá vida, revigora e faz bem, julgam e "condenam" o "velho acomodado". Toda uma atribuição de significado lhe é concedido de forma negativa, rejeitando certos estilos que não coadunam com o discurso do lugar de atividade no qual se inserem. Além disso, essa ausência, além de ser considerada por elas errada, existiria simplesmente pela falta de iniciativa por parte do idoso em questão.

Essa perspectiva reforça a eficácia da produção discursiva e, por outro lado, a falta de compreensão de que elementos demarcadores de um envelhecimento ativo, como a independência ou o envolvimento em atividades por elas destacadas, não atingem de maneira igualitária todas as pessoas legalmente consideradas idosas. Toda a trajetória de vida de um indivíduo, incluindo condições financeiras, questões de gênero, de saúde, entre outras, irá influenciar diretamente as diversas formas possíveis de envelhecer, influenciando o desejo ou não de frequentar grupos para a terceira idade, na possibilidade de ter condições financeiras para poder fazer viagens e passeios, na existência de problemas de saúde que possibilitem ou não exercer alguma atividade, etc.

Assim como pude verificar nas narrativas das idosas, Guita Debert (2012), em sua pesquisa realizada com idosos que viviam em suas próprias unidades domésticas com filhos ou outros parentes, mostrou que falar na identidade de idosos com eles mesmos foi bastante complicado. Os entrevistados possuíam uma tendência para separar as suas experiências das de outros idosos, sendo esse outro o "velho propriamente dito", com o qual nunca se identificavam. Da mesma forma, as idosas participantes do TSI que foram por mim entrevistadas possuem um conjunto de estereótipos e características específicas do *ser velho*, sendo, na maioria das vezes, correspondente a "não sair", "ficar sempre em casa", "não fazer uma atividade física", ou seja, buscam demonstrar que não se enquadram nesse modelo estereotipado.

Uma pesquisa realizada pelo cientista social britânico Paul Thompson (1991), também utilizada nas análises de Debert, buscou compreender os estereótipos da velhice como um período de doença, pobreza, dependência e passividade, que legitima as políticas públicas por parte do Estado. A partir das histórias de vida de idosos ingleses de diferentes classes sociais, todos com idade a partir de 75 anos, o autor constatou que quase todos os idosos entrevistados não se consideraram velhos, doentes ou deprimidos. A expressão por eles utilizada, *I don't feel old,* ou em português *Eu não me sinto velho,* foi considerada pelo pesquisador um reconhecimento de que a experiência humana é individual e que não pode ser homogeneizada pelo fator idade. Para Debert (2012), esse reconhecimento contrapõe-se à imagem do idoso presente nas políticas sociais e de saúde.

Em nosso cotidiano nos deparamos com uma pluralidade de sujeitos, homens e mulheres, classificados como *velhos* ou *idosos,* mas que por infinitas razões não estão inseridos em grupos de convivência. Alguns vivem com a família ou sozinhos, outros se encontram abandonados, em instituições asilares, uns estão saudáveis ou em hospitais, além daqueles que possuem todas as condições possíveis, mas preferem não frequentar os lugares voltados para atividades com idosos. Assim, fica claro que o envelhecimento não é apenas o resultado de um estilo de vida ocasionado com a chegada dos 60 anos, mas é um processo complexo, ligado não apenas a mudanças no aspecto biológico, mas também relacionado com outros fatores.

Debert (2012) defende essa heterogeneidade como resultado de diferentes contextos sociais. Como a autora afirma:

> Os velhos em contextos culturais distintos dão respostas dinâmicas e criativas ao conjunto de exigências colocadas pela velhice, num esforço constante de sobrevivência física e sociocultural. [...] Nesse processo, que implica acúmulo de recursos materiais, mas também honra, afeto, saber etc., os indivíduos têm sucessos diferenciados [...] mesmo em contextos socioeconômicos bastante homogêneos (2012, p. 118-119).

As mulheres idosas entrevistadas neste estudo também mostram uma pluralidade de contextos quando destacaram diferentes motivos para que a participação no TSI fosse iniciada. Algumas buscaram simplesmente ocupar o tempo livre proporcionado pela aposentadoria, outras procuravam um lugar para fazer novas amizades e se distrair, também houve as que tinham certa rejeição para essas atividades e demoraram a aceitar o convite de amigos e familiares. Além destas, ainda existem as que buscaram participar das atividades desenvolvidas no grupo de convivência para esquecer a tristeza, o sofrimento e ocupar o vazio causado pela morte do marido. Assim, seus relatos mostram que a vivência nesse novo espaço vem construindo novos relacionamentos e experiências benéficas e satisfatórias em suas vidas.

> *Quando meu marido morreu há 11 anos atrás eu fiquei doente, sozinha em uma casa que tinha cinco quartos, em frente ao Shopping da Ilha. Eu não sabia nem o que fazer. Quando ele tava vivo, mesmo com os nossos problemas, a gente saía todo sábado, íamos para seresta, dançávamos até 3 horas da madrugada, saía de lá e ia comer peixada na praia. Quando ele morreu tudo isso acabou. Aí um belo dia meu filho que era comerciário disse que aqui no SESC tinha um grupo para terceira idade e perguntou se eu queria participar. Ele disse que aqui eu podia fazer dança, atividades físicas, passear, viajar, almoçar, e me mandou vir. Eu era abatida, abatida. Quando eu*

cheguei aqui fui logo fazer dança de salão, fui me envolvendo com as pessoas. Mas, se eu te disser, isso aqui foi o que mudou a minha vida. ***(Marta)***

Trabalhei muito desde cedo e quando me aposentei eu não conseguia ficar em casa o tempo todo sem fazer nada. Eu pensei que fosse enlouquecer, até que a Bárbara disse que ia pra UNITI e me chamou. Depois foi que a gente veio pra cá e os resultados em minha vida são os melhores. ***(Clara)***

Eu fui porque minhas irmãs já participavam, aí quando elas viram que eu me aposentei já mandaram eu ir pra não ficar parada. Eu nem me lembro que ano foi, mas já faz muito tempo. [...] Hoje o SESC é muito importante na minha vida, por causa das oportunidades que ele me deu de fazer o canto, de participar da banda. [...] Hoje isso aqui faz parte da vida da gente. ***(Helena)***

Eu descobri o SESC através de uma amiga minha que já participava daqui. Eu sei que ela me convidou e eu sem querer ir, sem querer ir. Sei lá, eu não queria largar a minha casa pra vir. E ela "bora minha irmã, lá é tão bom, é só tu e teu marido, tua filha tá aí já grande, ela toma de conta tua casa". [...] Aí um belo dia eu vim, gostei e fiquei. Até hoje! [...] Tudo que eu faço de divertido, os passeios, minhas amigas, tudo, eu só tenho aqui no SESC. ***(Luzia)***

Eu trabalhei até dois anos atrás. Minhas filhas sempre mandavam eu largar, mas eu não queria ficar sem fazer nada. Até que teve um dia que uma moça foi buscar uma encomenda dela lá onde eu trabalhava. Aí eu disse que a bolsa dela ainda não tava pronta. Ela virou, saiu e disse: "essa velha deveria sair e dar lugar para uma pessoa nova trabalhar". Aquilo me doeu demais. Quando eu cheguei em casa eu disse as minhas filhas que eu não iria mais voltar a trabalhar, ia me aposentar. Aí foi quando minha filha viu que eu não ia mais trabalhar lá que pediu para eu entrar aqui. Isso aqui mudou demais a minha vida. [...] aqui eu arrumei colegas de verdade! A gente ri, se diverte, passeia. Eu não fico mais só com aquelas obrigações de trabalho e casa, porque agora eu tenho mais tempo para mim. ***(Isabel)***

Depois que ele (o marido) *faleceu, eu tinha uma amiga que veio conversar comigo e disse que tinha uma amiga que pedia muito que ela entrasse na UNITI e perguntou se eu queria ir com ela. Aí eu disse "vamos embora". [...] Aí quando acabou a UNITI, Maria, que também é daqui, se informou junto com Aparecida e combinamos de todo mundo vir para o SESC. Faz tempo demais que eu participo daqui. Eu tô desde 2003. [...] Eu boto meu joelho no chão pra agradecer a Deus o SESC em minha vida. Eu tive uma época que minha salvação foi o SESC. (****Mônica)***

4.2 Mulheres e experiências engendradas

Um importante elemento que se destaca na configuração do TSI Deodoro refere-se à predominante participação de mulheres. Nas atividades fixas desenvolvidas, como canto, banda e coral, pude observar que o número de mulheres participantes era de 100% no total. Apenas nas reuniões que ocorrem às sextas-feiras, em que alguma palestra é apresentada ou algum tema é debatido e em que é permitida a participação de idosos de outros grupos de

convivência, foi possível constatar a participação de, no máximo, dois homens durante meses em processo de observação. Essa constatação influenciou diretamente a condução da pesquisa que, de início, pretendia trabalhar com homens e mulheres, mas que não pôde ser assim concretizada pelo fato de só existirem mulheres assíduas nas atividades ofertadas pelo TSI SESC Deodoro.

Essa predominante participação de mulheres nos espaços denominados grupos de convivência para idosos pode ser explicada a partir de alguns fatores relacionados a questões demográficas e contextos socioculturais. No tocante à demografia, as Nações Unidas, em seu documento *Population ageing and sustainable development*, enfatizou que a população mais velha é e continuará a ser predominantemente do sexo feminino. Mundialmente as mulheres estão vivendo uma média de 4,5 anos a mais do que os homens e, como resultado, estão representando 54% das pessoas com 60 anos ou mais e 62% das pessoas com 80 anos ou mais (UN, 2014).

No Brasil, em análises empreendidas sobre o aumento da população idosa, não se pode deixar de considerar esse fenômeno, pois se observa que quanto mais velho o contingente idoso, maior é a proporção de mulheres. Sobre esse aspecto, algumas análises foram realizadas. Carvalho e Wong (2008) observaram que, no ano de 2000, para cada 100 mulheres idosas havia um grupo de 81 homens idosos. Além disso, Camarano (2005) prevê que no ano de 2050, entre os mais idosos (com idade a partir de 80 anos), para cada 100 mulheres deverão existir apenas 61 homens.

Diante de tal proporção, Anita Liberalesso Neri (2007), em seu estudo *Idosos no Brasil*, afirma que, pelo ângulo sociodemográfico, a feminização da velhice está associada aos seguintes fenômenos:

> 1) Maior longevidade das mulheres em comparação com os homens; 2) maior presença relativa de mulheres na população idosa, principalmente nos estratos mais velhos; 3) crescimento do número de mulheres idosas que integram a população economicamente ativa; e 4) crescimento do número de mulheres idosas que são chefes de família (NERI, 2007, p. 48).

Ainda sobre essa diferença entre o quantitativo de homens e mulheres dentro do grupo dos idosos, Ana Maria Goldani (1999, p. 80) afirma que a desproporção está relacionada com as taxas de mortalidade masculina, comprovando assim que as mulheres vivem mais:

> A maior sobrevivência e longevidade feminina estão comprovadas para todas as sociedades modernas, desenvolvidas ou não. As hipóteses explicativas para o fato de

> os homens morrerem mais cedo variam desde aquelas que envolvem diferenças sociais e estilos de vida associados a fatores de risco (fumo, consumo de gorduras saturadas, comportamento e ocupação de risco, maior competição entre os homens) passando por explicações biológicas que incluem os efeitos protetores dos hormônios femininos e o ciclo menstrual, as diferenças de metabolismo associadas às lipoproteínas; e até mesmo as explicações de efeitos genéticos [...].

Apesar de os dados demográficos e suas análises apontarem para um maior número de mulheres dentro do grupo etário de idosos, tais informações não são determinantes no que se refere à busca por grupos de convivência. Nesse caso, outros fatores e motivações decisivos devem ser considerados e analisados. Como afirma Debert (2012), a participação massiva de mulheres em grupos de convivência, como é o caso do TSI do SESC Deodoro, necessita de reflexão, pois o interesse por esses espaços está diretamente relacionado com os contextos sociais em que essas mulheres estão inseridas.

As mulheres que decidiram, por livre iniciativa, participar deste estudo, ainda que façam parte do mesmo grupo geracional, logo no início de suas narrativas apresentaram a diversidade de contextos em que nasceram e foram criadas. As particularidades estendem-se quando relatam como se davam as relações com os pais, as experiências mais significativas que vieram à mente, as lembranças da vivência na escola, nos ambientes de estudos e de trabalho. Posteriormente, destacam lembranças dos namoros, como conheceram seus maridos, como se dava a vigilância e a autoridade dos pais, chegando à família construída, filhos e as experiências vivenciadas na atual fase da vida, como se lê através dos seguintes relatos:

> *Eu nasci aqui mesmo em Humberto de Campos, era bem interior lá, mas agora é cidade. Meu pai era prefeito de lá. Em nasci em 10 de julho, de 6 horas da tarde. Minha irmã nasceu também em 10 de julho de 5 e meia de tarde. Nós somos gêmeas. [...] Então, a minha avó, pediu para a minha mãe uma [...] que os nomes ela já tinha e queria criar. Se fosse homem ela não queria de jeito nenhum. Justamente, nasceram duas meninas. [...] eu me criei aqui mesmo em São Luís, só ia lá de ano em ano. Estudei aqui no Liceu, nesse grande. Isso aqui naquele tempo tinha pouco colégio. Eu estudei todas as séries nele.* ***(Agatha)***

> *Eu nasci aqui em São Luís mesmo, nasci e me criei aqui. [...] Olhe, minha infância foi assim maravilha. Até os seis anos eu vivi com meus avôs. Aí com 7 anos eu fui para casa dos meus pais. Meu pai era um homem maravilhoso. Eu fui a primeira neta [...] aí minha vó disse: "não, o primeiro neto sempre tem que passar pelas mãos dos avós". Mas eles eram muito pobres, só eram ricos em educação. Educação pra mim não é essa instrução que você aprende, são os princípios. Eu fui muito bem educada pelos princípios, eu fui muito bem nascida. Não era luxando com dinheiro não, mas era a educação mesmo.* ***(Bárbara)***

Eu nasci em Rosário. Minha mãe teve 9 filhos, mas eu quando me entendi como gente mesmo eram 4 mulheres e 2 homens. [...] Eu estudei uma parte lá no interior e vim para cá no ginásio. Eu vim com 11 anos. Cada uma das minhas irmãs quando chegava numa certa idade vinha pra São Luís pra estudar em colégios melhores do que os de lá de Rosário. [...] Minha mãe que insistia para a gente vim pra cá, pra estudar, não casar logo [...] Meu pai não queria, falava que não tinha condições de criar lá no interior, muito menos estar mandando dinheiro pra cá. Meu pai era da lavoura e minha mãe era doméstica, só fazia as coisas dentro de casa. A gente só veio mesmo por causa da minha mãe que insistiu muito, mas pelo meu pai não. [...] Eu tinha uma madrinha aqui, ela ajudou muito. Tive que fazer exame de admissão, naquela época tinha isso, e ainda fiz um exame de bolsa pra estudar no Rosa Castro, consegui tudo. Aí estudei o ginásio todinho lá, com essa bolsa. Eu fiquei na casa de uma pessoa que minha madrinha arrumou, era gente que eu não conhecia, mas eu não tava lá como empregada domestica não! Eu ajudava, lavava louça, essas coisinhas assim. ***(Helena)***

Eu nasci em Parnaíba, lá pelas bandas de Timon, Teresina, por ali assim. [...] Depois meus pais vieram embora, eles eram cearenses, não aguentaram a seca de lá. Ave Maria, eu não lembro de muita coisa daquela época, porque eu era muito nova, mas lembro das histórias que meus pais contavam. De vez em quando ele contava umas histórias, comentava sobre as dificuldades que eles passaram, né? Sem ter o que comer e beber direito, era muito triste. Aí eles vieram pra cá com a família toda, olha, era gente, nós éramos 18 irmãos. Aí foi morrendo, morrendo, morrendo, morrendo [...] Quando meu pai chegou aqui ele foi trabalhar pra sustentar essa família toda. [...] Eu comecei a estudar tudinho direitinho. Isso só quando meu pai resolveu atender a minha mãe. Ela pedia muito para ele pra colocar a gente para estudar, mas ele não deixava. Papai não queria que nenhuma filha estudasse, ele dizia que não era pra gente aprender a escrever pra não fazer carta pra namorado. [...] eu só fiz até o segundo ano. Antigamente se dizia segundo ano do primário, ABC. ***(Luzia)***

Nasci aqui mesmo em São Luís [...] Foram oito filhos, eu sou a última, a caçula. [...] Minha mãe passou muito tempo viúva e nem por isso arrumou ninguém. Como éramos cinco filhas ela tinha medo de arrumar alguém e os homens querer comer a gente. E a gente era tudo assim, né? Galegas, bonitonas. [...]Eu tive uma infância bem atropelada. Meu pai morreu eu tinha quatro anos. Meu pai jogava muito apostando dinheiro e deixou minha mãe sem nada. Pra comer muitas vezes ele tinha que pescar. Aí de madrugada minha mãe chamava a gente e todo mundo ia comer o peixe, sentados no chão naquele negócio de palha. Mas nem por isso nós crescemos revoltados. Não ficou nenhum doido. [...] Eu estudei no colégio dos Reis, depois fui pro Atheneu e fiquei lá até acabar. ***(Marta)***

Nasci aqui em São Luís, no mesmo lugar onde eu moro, só mudou de uma rua para outra, passei a minha vida toda no mesmo lugar. [...] Nós éramos 5 irmãos ao todo. Primeiro a minha mãe teve 3 com meu pai, meu pai morreu, ela arrumou outro esposo e com esse teve mais dois. Minha infância foi muito aperriada, né? Porque mamãe ficou viúva novinha, tinha apenas 20 anos, aí ela ficou trabalhando pra dar de comida a esses 5 filhos.[...] Pra estudar eu comecei já tarde. Mamãe me colocava para estudar, aí ou era do Estado ou era em colégio particular. [...] Só que era difícil pra mim porque mamãe não sabia ler, não sabia de nada. Isso é a coisa mais difícil que existe, você colocar um filho para estudar sem saber ler, porque você não tem nem como ajudar essa criança. ***(Isabel)***

> *Eu nasci aqui mesmo em São Luís, minha mãe teve nove filhos [...] A minha infância foi muito boa, nós tínhamos um sítio no Maracanã, estudar que é bom eu não queria. Todo mundo na minha casa estudou, menos eu. Eu fiz até a primeira série do ginásio, como se dizia antigamente, mas eu não sei nada com coisa alguma. [...] Olhe, duas coisas na vida não me interessou: o colégio e o casamento. O colégio porque eu realmente não gostava de estudar. Isso na minha família era uma loucura. Eu era expulsa de um colégio e meus pais me colocavam em outro. [...] por mau comportamento mesmo, era gritando na sala, miando, assoviando, batendo palma [...] até que minha mãe me mandou para o Rio de Janeiro para fazer um tratamento e saber se eu era doida.* ***(Rita)***

É interessante perceber a diversidade de experiências vividas pelas senhoras na fase da infância, no contexto de suas famílias de origem. Algumas foram criadas pelos avós, outras só pela a mãe depois do falecimento do pai, várias nasceram em São Luís, mas também teve o caso de dona Luzia, cujos pais vieram para o Maranhão fugidos da seca no Ceará. Além disso, a educação das senhoras é outra forte característica que as diferencia. Das dez entrevistadas, apenas três senhoras conseguiram fazer o curso superior e, mesmo assim, passando por muitas dificuldades, como dona Bárbara, que casou grávida e teve complicações para acabar o curso, e dona Agatha, que parou as aulas de enfermagem depois que teve a filha, só conseguindo retornar após alguns anos com o auxílio da família, que a ajudou depois de divorciada. Entre as que não possuem ensino superior, há as que fizeram o ensino médio e buscaram se especializar, como dona Marta, que fez um curso técnico de Contabilidade, mas também há o caso de dona Rita, que não possui nem o ensino básico, pois foi expulsa de todos os colégios, levando os pais a pensarem que tinha algum problema mental.

Essa diferença em níveis de educação é expandida e também possui um reflexo na questão profissional. As idosas Agatha, Bárbara e Clara, que possuem nível superior, trabalharam até a aposentadoria, respectivamente, como enfermeira, professora concursada e funcionária pública da Secretaria da Saúde. Ambas, em suas narrativas, deixam claro que o trabalho de toda uma vida representou para elas a independência financeira, um sinal de liberdade e também a possibilidade de viver o processo de envelhecimento diferente do de suas mães. Como elas afirmam:

> *Foi por causa desses meus estudos que eu fiquei trabalhando a minha vida como enfermeira. [...] A sorte foi ter me dedicado muito ao meu trabalho. Fiquei trabalhando como enfermeira no berçário, só com bebezinho. E desse jeito fiquei a minha vida toda, até me aposentar. Sou muito feliz hoje por causa disso. Tive muita sorte.* ***(Agatha)***

> *Eu acho também que a nossa geração pra cá nós já começamos a trabalhar e então passamos a ter voz dentro de casa. Eu tenho colegas que nunca trabalharam e tenho colegas que trabalharam igual a mim, fazendo concurso, estudando e tudo mais, e essas*

> *que não trabalharam sempre foram submissas. Então nós somos de uma geração que a gente tinha o dinheiro da gente e fazia o que a gente queria. A mudança começou por aí. A independência foi se desenhando. Então eu acho que nossa geração foi um pouco privilegiada, um pouco não, muito. Porque de mamãe para trás, meu Deus do céu!* ***(Bárbara)***

> *Aí quando eu tinha 19 anos comecei a trabalhar no Estado, nova, por isso que quando me aposentei não tinha nem 50 anos. Fiz dois concursos, aí foi a época que eu me formei [...] Eu praticamente não fiquei parada nenhum momento. Comecei a trabalhar cedo, naquela época a gente tinha que trabalhar dois expedientes, aí eu trabalhava, fazia faculdade e tinha menino quase todo ano. [...] Quando a gente fica em movimento desde cedo a gente não consegue parar.* ***(Clara)***

Em contextos diferentes, dentro do grupo das entrevistadas existem dois casos de mulheres que não trabalharam. Dona Luzia, cujo pai não deixou estudar, com receio de que a filha escrevesse cartas a rapazes, não trabalhou enquanto solteira e atribui a falta de uma profissão depois de casada às constantes gestações e criação dos filhos.

> *Quando eu fui morar com ele* (marido) *eu não trabalhava [...] eu emprenhei logo e foi um atrás do outro, né? 10 filhos. Quando dava dez meses eu já estava me sentindo grávida. E meus filhos não mamaram muito, só um que mamou mais de ano, assim mesmo porque eu tive a menina depois dele e ele não largou o peito, ela mamava de um lado e ele do outro.* ***(Luzia)***

Além de dona Luzia, há o caso de dona Rita, que também nunca trabalhou. A senhora, que foi expulsa de todos os colégios e atribui a falta de estudo porque *"não teve interesse",* relata que tudo que possui hoje em sua velhice lhe é dado pela sua família:

> *Eu nunca trabalhei fora [...] Minha família sempre me deu tudo, até hoje, tudo que eu tenho foi minha família que me deu. Minha mãe antes de morrer me deu uma casa. Eu tenho até meu enterro pago com caixão, café e bolachinhas. [...] Trabalhar como? Esses empreguinhos eles não queriam, eles me dão dinheiro e ainda hoje. Eu sou aposentada porque minha mãe pagou meu INSS, mas mesmo assim meu irmão não cortou a mesada que ele me dá. Eu recebo meu INSS, tenho a mesada que meu irmão me dá, tenho a cesta básica que minha irmã manda para mim. A minha família é muito boa pra mim e sem a minha família eu nem respiro.* ***(Rita).***

Nos relatos dessas senhoras, fica clara a compreensão de Halbwachs (2004) no tocante ao nosso passado reconstruído com elementos significados no presente, no trabalho da memória. Nesse processo de construção dos fatos vividos, quando as lembranças vêm à tona,

constata-se a presença da memória coletiva, ou seja, a memória construída a partir da relação com outras pessoas. Como afirma o autor:

> Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. [...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (2004,p. 29-30).

Assim, quando dona Agatha, Bárbara, Helena, Luiza, Marta e as demais rememoram, essas lembranças remetem-se aos grupos sociais com os quais mantiveram ou ainda mantêm importantes relações. É a partir desse pressuposto que observamos suas narrativas sobre o ambiente em que nasceram, como foi a infância e o estudo inicial, as relações com a família e que entre elas são diferentes os núcleos das primeiras socializações. Algumas foram criadas pelos pais, outras só pela mãe, algumas pelos avós, tendo a presença de poucos ou até mesmo de 17 irmãos, como é o caso de dona Luzia.

O núcleo familiar sobre o qual as idosas narram também nos mostra uma pluralidade de cenários no que se refere à autoridade maior do lar. Em alguns casos, o pai foi a figura marcante, mas em outros, mesmo a mãe possuindo a função de gerenciadora do lar e da educação dos filhos, pertencia a ela a autoridade de todas as decisões tomadas. Esse controle familiar foi por mim percebido a partir das seguintes narrativas:

> *Como eu fui a primeira filha e mulher, meu pai era muito rígido e não deixava eu fazer absolutamente quase nada. Um dia eu disse assim para meu pai: "poxa, será que um dia eu vou ter liberdade para fazer alguma coisa? Eu não posso ir para uma festa?" [...] Meu pai era muito rígido mesmo, muito machista. E eu a primeira filha, aí já viu, né? Mas naquele tempo a maioria dos pais era tudo assim. Já a minha mãe, ela era aquele tipo de pessoa, era um amor, super amável, para ela qualquer coisa tava bom, ajudava todo mundo. Ela era capaz de sofrer calada para ninguém sofrer, mas eu também acho que ela devia esconder muita coisa do meu pai. Porque às vezes assim, ela tava triste e não dizia nada a meu pai, não conversavam.* ***(Inês)***
>
> *[...] meu pai marcou presença na minha vida e meus avôs também. Agora minha mãe era muito brava, gostava de bater. Meu pai tinha um coração maravilhoso, doce. [...] Mamãe inventava que quando batia em um irmão meu tinha que bater em mim também.* ***(Bárbara)***
>
> *[...] na minha adolescência eu não trabalhei, meu pai não deixava a gente nem sair de casa. Aí eu fui pro interior, papai ia e vinha, e toda vez ele levava nós. Era pra lá e pra*

> *cá e a gente não podia reclamar nem fazer nada! [...] Eu lembro que ele levou minha irmã pra lá pro interior, ela casou lá e pra lá ela ficou. Aí a última vítima fui eu. Ele me levou pra lá e me obrigou a casar. Casei, tinha que casar! Eu tinha uns 14 anos, não me lembro da idade muito bem, e ele, papai, me obrigou a casar com um velho de 60 anos mais ou menos.* ***(Luzia)***

> *Mamãe era muito brava e papai também. Mamãe batia muito na gente, ela colocava a gente de castigo e meu pai não podia tirar. Ela dizia que era um contrato que eles fizeram, quando um castigava o outro não podia tirar. Era assim, se papai era bravo mamãe era pior.* ***(Isabel)***

> [Mamãe] *era filha única, foi criada com essas coisas toda e queria que as filhas seguissem o mesmo rumo que ela. As outras filhas ainda eram mais obedientes, mas eu não! Pra você ter uma ideia como minha mãe era, naquele tempo meu pai já reclamava com as decisões dela, de querer prender a gente, de não deixar fazer nada. Meu pai já queria que a gente tivesse um pouco mais de liberdade, que a gente saísse, passeasse, mas mamãe não, só queria prender pra viver como ela viveu.* ***(Rita)***

> *De papai eu não tenho nada do que falar, mas de mamãe eu falo mesmo. Mamãe era impossível, era muito, oh meu Deus [...] se ela dissesse que isso aqui era uma pedra você não podia falar que era um tablet. Ah, minha filha e ela aperreava. Oh, tinha vez que eu tava trabalhando, mamãe tava aqui perto de mim e ela ficava só no meu ouvido: "nhem nhem nhem nhem". [...] Ela ficava caçando coisa para brigar à toa. Era só para encher o saco mesmo, ela não me batia, mas atentava demais o meu juízo. [...] Ela era insuportável, insuportável.* ***(Mônica)***

Os relatos dessas senhoras deixam em evidência a forma de autoridade exercida pelos pais, ou seja, o poder da autoridade paterna e materna e as maneiras de reagir aos comandos, especialmente mais rígidos para filhas mulheres. Nesse caso, existia o controle para que tivessem determinado comportamento, prescrito normativamente para o momento histórico que perpassava suas adolescências. O ideal normativo regia a necessidade da virgindade e da inserção da moça no casamento e da constante dedicação aos papéis de esposa e mãe. Quando esse controle é rememorado e algumas vezes comparado com a atual educação que mulheres jovens recebem, as entrevistadas deixam claro que antigamente existia o medo, para que as moças não se "perdessem" ou ficassem "faladas", preocupação, segundo suas falas, não existente na atualidade. Muitas entrevistadas, apesar de perceberem essa preocupação como uma restrição à liberdade de suas escolhas, acreditam fazer falta na formação das mulheres.

Outra característica presente em suas narrativas mostra o modelo hegemônico existente, no qual, dentro do núcleo familiar, homens e mulheres deveriam desempenhar papeis diferentes. Tal questão pode ser compreendida com auxílio das análises empreendidas na obra *Família e Valores,* em que diversos autores buscam contemplar a relação existente entre formação social / família / valores no período compreendido entre os anos de 1964 e

1984, no Brasil. Riolando Azzi (1987), na obra citada, tem como finalidade analisar as principais correntes de pensamento que fizeram parte, seja enfatizando ou questionando as mudanças que operaram no mundo, de valores ligados à tradição familiar brasileira. Para tanto, quatro correntes de pensamentos foram mais significativas: a católica, a positivista, a liberal e a socialista.

Segundo o autor, os anos de 1872-1875 marcaram a mudança do que se vinha operando na Igreja do Brasil, a obediência ao monarca é trocada pela fidelidade ao papa. Para concretizar a mudança dos costumes, os bispos buscam como ponto de sustentação a educação da juventude. No entanto, mesmo que nesse momento as mulheres tenham sido consideradas importantes pela condição de mães e educadoras, o pensamento católico expressou-se rígido e restritivo em relação ao sexo feminino.

O catecismo da conduta moral fica claro em uma carta pastoral na qual o bispo D. Macedo Costa anuncia os valores que a Igreja passava impor às mulheres, assim as restringindo ao ambiente familiar. Nessa carta, as diferentes recomendações davam-se da seguinte forma:

- Obrigações da mulher jovem: ser modesta, decente nas falas, piedosa, leal, amorosa, não sair de casa, ajudar nas tarefas domésticas, evitar conversas com o sexo oposto e vaidades;
- Obrigações da mulher casada: amar o marido, respeitá-lo, obedecer-lhe, servi-lo, calar-se, tolerar seus defeitos e educar catolicamente os filhos;
- Obrigações da mulher viúva: viver pura como as virgens, vigiar as casadas, dedicar-se às orações, cuidar do seu nome, zelar pela glória de Deus e ser inimiga dos divertimentos mundanos (AZZI, 1987).

Partindo desses princípios, algumas coisas ficam claras: primeiro, que a mulher já na juventude deveria ser educada para que ficasse consciente sobre o seu lugar, ou seja, apenas dentro de sua casa, saindo dele o mínimo possível. Também, a mulher casada deveria exercer suas obrigações no lar, com a família. E mesmo que essa mulher se tornasse viúva, seu lugar ainda permaneceria sendo em casa. Além disso, definido o lugar da mulher, se estabelece o modelo hierárquico de família. Como afirma Azzi (1987, p. 90):

> A figura do homem – marido e pai − é apresentada como chefe da unidade familiar, encarregado de oferecer-lhe o sustento econômico. A figura da mulher – esposa e mãe – é valorizada em seus aspectos de submissão e fidelidade ao homem, chefe da

> família. Por fim, a figura dos filhos é enfocada na perspectiva da obediência e dependência dos pais.

O núcleo familiar constituído nesse período através da construção de um modelo hierárquico familiar assentava-se na distribuição desigual de poder configurada discursivamente: os homens assumiriam o papel de provedor, ficando para as mulheres a função de administrar o lar e educar os filhos. É somente por causa da ausência de um marido para exercer o trabalho fora de casa, no espaço público, que a mulher se torna a figura principal da família. Foi esse o modelo propagado pelo discurso católico e incorporado por muitas mulheres que participavam das atividades da igreja.

Nas narrativas das senhoras participantes deste estudo, pude perceber nitidamente essa divisão no exercício de certas atividades ou funções. Como por exemplo, quando elas, a todo o momento, querem me passar a imagem de uma boa mãe, boa dona de casa, que na fase do envelhecimento em que vivem sentem-se realizadas por terem educado os filhos e, acima de tudo, que mesmo estando fora e ocupadas, participando das atividades do grupo de convivência, elas não deixam de exercer seu papel e suas funções dentro de casa, mostrando-se responsáveis pelas obrigações que a elas foram atribuídas socialmente. Já sobre os maridos, as que são casadas expressam diversas vezes que, apesar de possuírem certos defeitos, como ser *"alcoólatra"* ou terem *"arrumado outra mulher"*, eles continuam sendo bons esposos, pois nunca deixaram de exercer suas "*obrigações de marido"* dentro de casa.

Tal compreensão pode ser vista nas seguintes narrativas:

> *Meu marido tem uma amante. Eu deixei ele bem à vontade, sabe? Continuo tratando ele bem, continuo na minha casa. Faz 5 anos que eu vivo assim, muito magoada. Eu não tenho ódio dele não, ele vive comigo, faz tudo pelos netos, pela filha que ainda mora comigo e pelos outros filhos também. Ele pode ter todos os defeitos, mas ele sempre gostou de cumprir com as responsabilidades dele dentro de casa. Por isso que essas coisas que ele faz agora eu relevo, porque tem muitos pontos que ele me ajudou, me deu apoio, e eu sempre avalio as pessoas pelos pontos positivos. [...] Agora, eu faço tudo em casa, eu acho que ele não tem nada a reclamar de mim. [...] Eu acho que entre eu e ele eu tenho o braço forte com os meninos* (filhos), *mas não de exigir, de cobrança, essas coisas, mas assim, mostrando como é que é a vida, se falharem não venham dizer que eu não ensinei, nem foi falta de orientação minha. Eu faço o meu papel de mãe. Sempre eu tive à frente na educação dos meus filhos, tudo foi minha responsabilidade. Agora ele sempre foi um bom pai, assim em termo de educação, pra dentro de casa e tudo e ainda continua.* ***(Bárbara)***

> *Casei com 19 anos, conheci meu marido no colégio. Ele ia pra frente do colégio me esperar e brigar com todo mundo dizendo que tavam me paquerando. Ele tinha muito ciúmes. [...] Meu marido bebia muito e eu estava sempre lá para segurar as pontas.*

> *Muita mulher passa pelo que eu passei e não sabe lidar com isso, mas eu ia deixar meus filhos com quem? Eu tinha que ficar com eles. Eu sei lá, ele podia achar alguém e ficar com essa mulher. Sabe Deus como é que ela criaria meus filhos. Ele mesmo com esse problema não batia em ninguém, não fazia mal a ninguém, só bebia. [...] Ele chegava bêbado, eu ia lá cuidar dele, tirava a roupa, dava banho, colocava a roupa de dormir, era desse jeito. [...] Do meu casamento eu tive 3 filhos, duas mulheres e um homem. [...] Eu tenho certeza que fui uma boa mãe, uma boa esposa, uma boa dona de casa. Não deixei nada a desejar.* ***(Marta)***

> *Ele* (o marido) *faleceu, nós vivemos juntos 25 anos. Cinco filhos. Nós casamos na igreja, tudinho bonitinho. Quando estávamos perto de completar 25 anos de casados ele pediu pra fazer outra aliança pra colocar essa prata aqui, fomos na igreja, fizemos uma festa. Mas ele arrumou outra mulher e não deu mais certo, nós nos separamos. [...] mas ele nunca deixou de ir na minha casa. Ele ia ver os filhos e os sobrinhos que eu peguei para criar [...] Antes da gente namorar ele passou muito tempo trabalhando com trator. Ele tinha tanta da namorada nessa época, era porque ele era muito simpático, ele dizia pra mim que eu era feia para ele. [...] Muita namorada também, mas não deixava faltar comida em casa. [...] Foi bom nosso casamento enquanto durou, ele tinha esses defeitos dele, né? Mas, nunca me bateu, nunca me colocou pra correr na rua. [...] Graças a Deus dos meus filhos eu já não tenho muito do que falar. Minhas filhas, graça a Deus, estudaram todas.* ***(Isabel)***

Fica evidente nas narrativas das senhoras que o matrimônio, dentro da concepção social do século passado, representava efetivamente a relação da mulher com seus filhos e com seu lar. E tal perspectiva está internalizada na concepção dessas mulheres, como pode ser observado no relato de suas vivências, revelando a forma como as identidades e os papéis de gênero estavam articulados. Nesse sentido, tais narrativas indicam que as características que a mulher "ideal" deveria ter dentro do casamento eram elementos discursivos produzidos em um sistema heteronormativo, no qual particularidades atribuídas ao gênero estão polarizadas em função da *diferença percebida* como *diferença sexual*, assim justificando as diversas designações de papéis e funções que caberiam a homens e mulheres, distintamente.

Guacira Lopes Louro, em sua obra *Gênero, Sexualidade e Educação*, inicia sua análise afirmando que o sentido específico e particular de gênero que busca compreender não aparece no dicionário Aurélio. A autora parte do princípio de que o conceito que ela pretende analisar está diretamente relacionado com a história do movimento feminista contemporâneo, implicado linguística e politicamente em suas lutas.

Louro (1997) explana que ações dirigidas contra a opressão das mulheres podem ser vistas em toda a história, mas quando nos referirmos ao feminismo como um movimento social organizado, este é de forma usual remetido ao Ocidente no século XX. Na virada do século, manifestações contra a discriminação feminina ganharam expressividade no chamado "sufragismo", um movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres que se

espalhou por países ocidentais e foi reconhecido, em alguns registros, como a primeira onda do feminismo. Seus objetivos eram imediatos e ligados aos interesses das mulheres brancas, de classe média, vinculados a reivindicações de direito de cidadania para todas as mulheres.

A segunda onda veio no final da década de 1960, quando o feminismo, além de preocupações sociais e políticas, voltou-se para construções teóricas, passando a problematizar o conceito de gênero. Vale lembrar que o ano de 1968 é tido como um marco de rebeldia e manifestações coletivas de diferentes grupos, como estudantes, mulheres e negros, contra arranjos sociais e políticos considerados tradicionais. Nesse contexto, o movimento feminista contemporâneo intensifica-se através de jornais e revistas. Obras clássicas, como as de Simone de Beauvoir, marcaram esse momento. Militantes acadêmicas levaram para o interior das universidades essas questões, contaminando o fazer intelectual e produzindo os *estudos feministas,* tornando visível a atuação das mulheres nos espaços sociais privados e públicos e a desigualdades de poder existentes nas relações entre homens e mulheres. Para Louro (1997), esta é uma das mais significativas marcas do feminismo: seu caráter político.

Estudos sobre vida, trabalho, corpo, prazer e outros vão demandar análises mais profundas. Assim, algumas usam teorias marxistas como referência, outras, a psicanálise, e outras intencionam constituir um feminismo radical. Apesar dessas diferenciações, cada uma das vertentes atribui uma razão principal para a opressão da mulher, e se essa razão fosse aniquilada, o caminho para a libertação das mulheres estaria aberto.

No entanto, em perspectiva biológica, os discursos colocam ênfase sobre as desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, que são justificadas por características anatomofisiológicas, em especial, pela *diferença sexual*. Cada um deveria desempenhar seu papel, *determinado* por essa diferença naturalizada discursivamente. Nessa perspectiva, Louro (1997, p. 21) destaca que:

> É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual g*ênero* será conceito fundamental.

Judith Butler (2003), filósofa pós-estruturalista, em sua obra clássica, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade,* busca desconstruir o conceito de gênero no qual a teoria feminista está baseada, em que a divisão sexo/gênero possui como pressuposto o sexo como sendo natural e o gênero como sendo socialmente construído. A desconstrução dessa dualidade foi o início do questionamento da autora no tocante ao conceito de mulheres como sujeito do feminismo.

Rodrigues (2005), em sua análise sobre a desconstrução de gênero empreendida por Judith Butler, inicia sua reflexão partindo do pressuposto de que o conceito de gênero como construído culturalmente, diferente de sexo, como a natureza incorporada, formaram o par em que teorias feministas inicialmente se basearam. O principal questionamento de Butler refere-se a essa distinção entre sexo e gênero em seu uso corrente em algumas das teorias feministas, pois como afirma a filósofa:

> [...] a idéia de que gênero é construído sugere um certo determinismo de significados de gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a "cultura" relevante que "constrói" o gênero é compreendida nos termos dessa lei, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinante e fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (2003, p. 26).

O que Butler, em sua argumentação, buscou fazer foi retirar da noção de gênero a ideia de que ele decorreria do sexo. A filósofa argumenta que, ao contrário do que defendiam alguns discursos feministas, o gênero é um fenômeno inconstante e contextual, significando um ponto de convergência entre conjuntos específicos de relações culturais e historicamente convergentes.

Desta forma, através da crítica à dicotomia, Butler contribuiu para a desconstrução da ideia de um *sujeito uno*. Sua presunção é de que "o 'ser' de um gênero é *um efeito*" (2003, p. 58) (Grifo da autora). Aceitar essa perspectiva de efeito é aceitar que a identidade dos sujeitos é construída performativamente:

> [...] o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. [...] então a *aparência de substância* é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização *performativa* em que a platéia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença (BUTLER, 2003, p.200) (Grifos da autora).

Quando observei que as idosas entrevistadas deixam bem claras as diferentes atribuições que regiam as relações entre elas, os maridos e os filhos, pude constatar a materialização discursiva do processo de construção social do gênero, já bastante destacado e, em especial, quando Simone de Beauvoir (1980) afirma que ninguém nasce mulher, mas *se torna* uma mulher. Tal compreensão veio de todo um conjunto de discursos sociais existentes para essas senhoras, de práticas sociais, de representações e significados que regulam, definem e orientam os comportamentos tidos como adequados para homens e para mulheres, sendo eles designados como *naturalmente diferentes* e *desiguais.*

As diferentes atribuições de *ser homem*, como um ser racional, chefe de família voltado para os encargos familiares, ou *ser mulher,* como um ser emocional, esposa, mãe e responsável pelos encargos domésticos, também podem ser vistas quando as idosas casadas narram a justificativa que os maridos dão para não participarem do grupo de convivência e também quando, mesmo sem participar das atividades do grupo, não estão satisfeitos com a participação das esposas. Nesses casos, duas coisas ficaram nítidas: a negação dos homens sobre o envelhecimento e a tentativa de resgatarem as esposas para o espaço doméstico.

> *Esse nosso grupo mesmo, quantos homens tem? Os homens não participam por preconceito, machismo. Aí as mulheres correm atrás de outras atividades, já porque estão cansadas do machismo deles. Não querem mais ficar em casa, porque por eles, quem tivesse seus maridos, ainda estavam trancada em casa, sem sair de lá.* ***(Helena)***
>
> *Meu marido disse que não vem porque nem é velho nem é besta. (****Luzia)***
>
> *No começo meu marido ficava falando besteira toda vez que eu saía de casa para fazer alguma atividade, ficava com um bico do tamanho do mundo. Dizia que eu só queria viver na rua. Agora ele parou mais, mas de vez em quando ainda solta uma piadinha. De vez em quando eu ainda chamava, mas ele diz que não é velho, nem gosta de conviver com velho. Eu aguento? Eu tenho atividades quase todos os dias da semana e uma vez ele teve a audácia de dizer que eu aproveitava o SESC para vagabundar. [...] Meu marido não apoia essas minhas iniciativas, a minha postura. [...] Agora não quer de jeito nenhum se envolver em grupos da terceira idade. O único argumento que ele usa é porque ele não gosta de velho e tem 71 anos.* ***(Bárbara)***
>
> *Homem é muito machista e tem muita coisa que eles não aceitam. Aqui mesmo, olha nosso grupo, só tem mulher. Homem só quer ser o tal, só quer ser o superior.* ***(Mônica)***
>
> *A gente, a mulher, envelhece com consciência, até se tratando para a velhice, se cuidando. O homem não, é inconsciente, porque ele se acha o tal, sempre jovem. Ele pode estar sem um dente na boca, ele nem se cuidou, porque ele nem se tratou para isso. A cabeça toda branca, mas ele ainda se acha jovem, mas não está. A diferença pro homem e mulher na velhice pra mim é essa, mas eu também não quero generalizar, porque também existe mulher assim. Mas a maioria dos homens é desse tipo. (****Helena)***

> *Olha, você vê hoje aqui no SESC é só mulher, né? Parece que é só as mulheres que querem ter um tipo de vida assim, envolvida com algum grupo. Aqui no SESC assim que eu entrei ainda tinha uns quatros homens. Depois não sei por que sumiu. Eu não sei por que os homens não gostam. Não dá homem de jeito nenhum, é muito difícil um participar realmente das atividades. Só quando tem festa, passeio ou coisa parecida é que eles vão. Os homens você sabe, né? Eles são cheios de preconceitos. Eu acho que eles não participam para não dizer que estão ficando velhos de verdade. É até engraçado, no dia dos pais sempre tem alguma homenagem aqui e sabe quantos vem? No máximo 3 ou 4. É até uma vergonha. Às vezes a gente quer fazer uma homenagem e tudo, quer comprar presente para fazer sorteio, mas não vem quase ninguém.* ***(Inês)***

Ainda no tocante às diferenças entre homens e mulheres, pela perspectiva das idosas, pude compreender que essa diferenciação é abordada de forma heterogênea pelas entrevistadas. Um exemplo dessa percepção foi no tocante aos afazeres domésticos. Algumas idosas defendem que a mulher não teria nenhuma obrigação pré-estabelecida em seu lar pelo simples fato de ser mulher, mas outras acreditam que realmente existe uma diferença de capacidades entre homens e mulheres, ficando mais aptos ou não para desempenharem certas atividades em razão do seu sexo e, muitas vezes, essas senhoras transferiram seu entendimento para filhos e netos através da educação.

As senhoras Mônica, Rita e Bárbara relatam as diferenças de obrigações entre homens e mulheres:

> *Trabalho, família, contas a pagar é a vida da mulher. Trabalha a vida toda, é uma escrava e o homem não.* ***(Mônica)***

> *Eles só têm ambição nas futilidades. É mulher, futebol, comida, sexo, dinheiro. E a pobre da mulher tem que trabalhar pra pagar a conta de água e de luz, olha, ainda tem as obrigações com os meninos, é muita coisa.* ***(Rita)***

> *Paras os homens é só o prazer e para as mulheres não, só obrigação. O homem tem prazer e a mulher obrigação, em tudo!* ***(Bárbara)***

Dona Helena compreende que a obrigação dos serviços domésticos não deve ser exclusiva da mulher e explica seu ponto de vista como sendo resultado da educação dos seus pais, que não diferenciaram os afazeres do lar entre os filhos em razão do sexo:

> *A mulher não tem obrigação nenhuma. Nenhum serviço de casa é obrigação da mulher. Eu entendo isso de uma forma assim muito beleza. Porque todos nós somos seres humanos, temos mãos, braços e pernas, então podemos fazer as mesmas atividades e os mesmos serviços. E também tem outra coisa, nós todos somos capazes de aprender a fazer as coisas dentro de casa. E a mulher isso não é só obrigação dela. Ainda mais,*

> *quando ela trabalha fora de casa e ajuda com as contas, coloca as coisas pra dentro de casa. [...] Lá em casa minha mãe ensinou todos os nossos irmãos a fazer tudo dentro de uma casa. Desde torrar café, porque naquela época tinha que torrar o café primeiro, depois socava dentro do pilão. Tudo que você imaginar todos os meus irmãos aprenderam. Fazem tudo até hoje e nem por isso viraram bicha, nem veado, nem nada!* ***(Helena)***

Com outra perspectiva, dona Bárbara defende que homens e mulheres exerçam tarefas diferenciadas:

> *Eu não me vejo fazendo uma atividade de um homem. Assim, pegar uma enxada para capinar um quintal. Eu não me vejo carregando uma saca na cabeça, seja de algodão. Coisas assim de homem eu não me vejo fazendo. Aí, eu ate entendo os homens dizerem certas coisas que são de mulher, tá entendendo? [...] Eu acho que o medo dos homens é igual o meu medo. O medo que os homens têm de fazer alguma atividade feminina, de lavar a louça, por exemplo, e virar gay, é o mesmo medo que eu tenho de me masculinizar [...] Eu tenho uma sobrinha que é engenheira agrônoma, minha filha até tava pensando em fazer, mas eu já cortei na hora. Eu sou muito antipática pra esse tipo de coisa. Outra coisa, eu não aceitaria ser atendida por um enfermeiro, você tem que deixar uma mulher fazer isso. Em uma injeção, eu acho que a mulher é muito mais cuidadosa, mais amorosa com a gente. Quando é a mulher que vai aplicar é com toda delicadeza, quando é um homem é um empurrão no seu braço.*

Dona Bárbara, em sua narrativa, ainda deixa transparecer as diferenças na criação dos seus filhos, duas mulheres e um homem. Nesse contexto, volto à compreensão de Butler (2003) em relação ao gênero, sendo construído através de significações materializadas em atos repetidos continuamente. E nesse caso, o lar da idosa entrevistada aparece como um espaço onde a divisão de tarefas domésticas consolida a construção da feminilidade e da masculinidade dos seus filhos.

> *[...] eu fazia isso quando as minhas filhas eram pequenas. [...] Porque era assim, quem lavava a louça, tinha a tabela da semana. Quem ficava com a lavagem da louça nessa semana, na outra semana era outra coisa. Era lavagem de louça, coisas que elas poderiam fazer. Júnior que era homem só era para colocar o lixo na porta.* ***(Bárbara)***

Outra forte concepção das entrevistadas foi no tocante à maternidade como sendo uma vocação natural das mulheres. Das dez entrevistadas apenas duas não tiveram filhos, sendo elas dona Rita e dona Mônica. No entanto, ambas passaram pelo processo de criação e educação de crianças com sobrinhos ou outros parentes. Essa experiência aparece para elas como o cumprimento de uma obrigação que elas teriam, o de ser mãe, e suas narrativas

deixam transparecer que, mesmo não tendo passado pelo processo de gestação e parto, elas seriam *naturalmente* vocacionadas para serem mães.

> *O fato de eu não ter tido filhos não quer dizer que eu não vivi isso, porque praticamente eu fui mãe já que ajudei a criar todos os meus sobrinhos desde o nascimento. Eu tenho 26 sobrinhos e pelas minhas mãos passaram 14. Pra que mais? Não, não! Eu digo que vivi e ainda vivo as alegrias e preocupações da maternidade com esses sobrinhos. E mesmo assim eu sou uma pessoa feliz, realizada na vida. [...] Eu tenho uma sobrinha que eu digo a ela: "Quando eu tiver velha, tu me coloca em um asilo". Ela sempre diz que não, que vai me levar para morar com ela. Ela é muito colada a mim.* ***(Rita)***

> *Hoje mora eu, essa minha filha, que é uma sobrinha que eu peguei para criar, acabou ficando na minha casa depois que a mãe dela morreu e mataram o pai, aí tem o marido e mais dois filhos. [...] Eu acho que o ideal é toda mulher ter* (filhos). *Sabe por quê? Porque é um amigo que você vai ter. Eu não digo ter 25, 30, mas um ou dois, pra lhe olhar e ajudar no final da vida. É importante sim! É ruim você ser sozinha.* ***(Mônica)***

Sousa (1998), quando analisa os diferentes atributos e objetivos imputados aos homens e às mulheres entre os anos de 1950 e 1960, compreende que o lugar social destinado às mulheres, naquele período, era prioritariamente na família, justo onde ela aparece como esposa e mãe. Utilizando a compreensão de Margareth Rago (1991), sobre os discursos vigentes, a primeira função da mulher era a de educadora, ou seja, seu ofício era ser formadora do caráter dos filhos e sua atuação seria privilegiada, pois a regeneração moral da sociedade dependia dela. Essa concepção faz parte do discurso na perspectiva positivista europeia, elaborado no século XIX, no qual a representação simbólica da mulher era de um ser instintivamente maternal, assim, "naturalmente" voltado aos filhos e ao lar.

Leers (1987), em sua análise sobre moral, ética, família e sociedade no Brasil, entre os anos de 1964 e 1984, afirma que essa idealização da mulher como dona de casa, mãe, esposa, guardiã do lar, transmissora da religião e da virtude, sublimada pelo culto católico a Nossa Senhora, encontra-se em fase de depreciação. Para o autor, uma nova mentalidade está penetrando com duplo aspecto: por um lado, a procura de um emprego fora do lar para ter sua independência financeira ou dividir as despesas com o marido; por outro lado, há uma desvalorização do papel da mulher como dona de casa, agora taxado como monótono e escravizante. Nessa nova esfera cultural, muitas jovens poderão estudar mais tempo, buscar um bom emprego, não casar ou entrar no casamento, por exemplo, sem saber cozinhar, característica que antigamente era considerada necessária para encontrar um esposo.

Essa nova perspectiva explanada por Leers (1987) pode ser encontrada nas narrativas das idosas quando muitas afirmam que se pudessem voltar no tempo não casariam, não teriam filhos ou, no mínimo, prorrogariam o casamento e a maternidade.

> *Eu casei com 18 anos, se fosse hoje eu não queria mais um negócio desse. Aos 32 anos eu já tinha feito laqueadura. [...] Até os 38 anos de idade eu só tinha tido mesmo o meu marido. Então, o que eu não faria mais era isso, casar cedo, me encher de filho. Eu ia estudar, me formar, ter um apartamento, ter um namorado, viajar e dançar, sair por aí com ele, cuidar de não ter filhos, porque eu ia me prender e eu queria uma vida mais livre, entendeu? [...] Queria ser uma profissional, ter minhas coisas, mas sem responsabilidade com ninguém. Minha colega, filho prende a gente de tudo e dá muito trabalho. Quando eu tinha filhos não dormia de noite, eu não gosto nem de me lembrar. Eu queria era acompanhar meu marido, viver com ele assim, entendeu?* ***(Marta)***

> *Eu pensaria duas vezes antes de casar. A gente casa muito nova e acaba perdendo muita coisa da vida, muita coisa que poderia ter feito enquanto solteira. Depois que casa aí acaba as coisas, tem filho, marido, casa. O tempo passa e as oportunidades também. [...] Olha, eu não namorei muito. Eu não aproveitei não! Meu primeiro namorado foi meu marido e eu estou há quase 50 anos com ele. Tô cansada, né? Esgotada!* ***(Clara)***

> *Se eu pudesse ter meus 20 anos novamente, eu não ia pensando logo em me casar. Olha, minha mãe dizia: "você cuide logo de se arrumar pra casar". Não! Primeiro eu ia fazer minhas coisa todinhas, ir atrás das coisas que eu queria ter, para só depois encontrar aquele companheiro, conviver com ele um tempo, para depois ver se daria para casar. Passar primeiro por todos os aspectos. Eu queria passear bastante, namorar bastante, que eu não namorei, e isso é uma coisa boa quando se é adolescente, é da idade. A gente tem que namorar bastante, beijar muito na boca, mas não deixar fazer menino. Antigamente namorava algum tempo e já era compromisso pra casar, eu hein. Então, você é muito boba, vai sonhando com aquele cara, achando que ele é quem vai te fazer a mulher mais feliz do mundo, que vai ficar o resto da vida de mãozinha dada. Muitas acabam a vida com uma pessoa que não é feliz. (****Helena)***

É interessante perceber na narrativa de dona Helena o discurso da "pessoa certa", remetendo-se às expectativas criadas pela heteronormatividade. Para as relações de gênero, a pessoa certa seria encontrada na polaridade da relação, como "o outro", que complementa, que é oposto. Essa heteronormatividade pode ser entendida como sendo a reprodução de práticas e códigos heterossexuais sustentados pelo casamento monogâmico, o amor romântico, a fidelidade conjugal e a constituição de família no esquema pai-mãe-filhos (MIRANDA, 2010). Esse conjunto reúne discursos, mas também instituições, leis, enunciados científicos, entre outros, de modo que os padrões normativos estejam enraizados em nossa sociedade de tal forma que sejam reconhecidos como verdade, principalmente com o apoio do discurso científico e religioso. Como explana Butler (2003), em nossa sociedade é exigida

uma coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual, assim fazendo com que a heterossexualidade passe a ser uma obrigação e não uma opção de cada um ao viver sua sexualidade.

As lembranças das vivências dessas senhoras também trouxeram à tona o padrão normativo existente, que configurava como atributos da *feminilidade* o recato, a pureza, a dedicação ao casamento e o segredo sobre os seus desejos. Esse comportamento diferencia-se dos atributos designados à *masculinidade*, como a força, a sedução, a competência nas relações sexuais, a afirmação e a determinação para decisões, etc. Essa diferença no tocante ao desejo e à satisfação de prazeres sexuais ganhou legitimidade através da disseminação de discursos de especialistas sobre a *diferença sexual* como vetor natural na produção da identidade de gênero, segundo os quais os homens teriam naturalmente instintos sexuais mais fortes e intensos, ao contrário das mulheres, cuja *natureza* acentuava sua disposição para a maternidade e os cuidados com "os outros".

Nesse contexto, Sousa (1998, p. 121-122) afirma que:

> [...] o conhecimento científico predominante já tem consolidado o seu status, de saber superior e verdadeiro ante outros conhecimentos, extraídos de diversas outras experiências que pudessem estar se processando. [...] Nessa visão, papéis e visões sócio-sexuais passaram a ser definidos, regulamentados e pedagogicamente orientados por essa ciência, de cunho ideológico justificador, para corresponderem às necessidades de um determinado modelo de sociedade [...].

O filósofo francês Michel Foucault, em sua obra *História da Sexualidade*, buscou mostrar como a sociedade ocidental fez do sexo um instrumento de poder, não através do uso da repressão, mas por meio da sua expressão. O ponto de partida do autor no *Volume I – A Vontade de Saber*, com seu olhar crítico e filosófico, foi compreender o discurso da sexualidade humana, o que se diz, em que se inscreve e como se relata, mas também o que nos é silenciado e proibido em relação ao sexo. O que Foucault pretendeu nos mostrar de fato foram as condições que possibilitaram o conhecimento, ou seja, o que proporcionou o surgimento de uma teoria da sexualidade, seus discursos e seu campo de domínio.

O autor inicia a história da sexualidade criticando a hipótese da repressão do sexo:

> Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos "pavoneavam".

> Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (FOUCAULT, 2001, p. 9).

A história construída em pesquisas históricas e genealógicas por Foucault direciona sua crítica ao discurso moderno da sexualidade, a respeito do qual afirma que sobre o sexo existiria uma ação social de repressão em todo o Ocidente, que faria com que o assunto tivesse sua circulação proibida e os indivíduos se afastassem da possibilidade de uma liberdade sexual. Assim, Foucault registra sua compreensão através de uma perspectiva totalmente diferente, na qual o discurso da sexualidade humana teve sua construção possibilitada por relações de poder. Como ele afirma:

> Em suma, gostaria de [...] buscar as instâncias de produção discursiva (que evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e de suas transformações. (FOUCAULT, 2001, p. 17).

Foucault busca romper com o que até o momento se conhecia sobre o sexo. Sua denúncia é de que os discursos sobre a sexualidade não são reprimidos, mas, ao contrário, são incitados através de determinadas instituições e relações sociais, com o intuito de *conhecer* tudo sobre o sexo. Assim, esclarece-nos sobre a existência de uma rede de elementos e de um conjunto de funções que, partindo de um jogo de interesses, não apenas determinam, mas condicionam os sujeitos em certo momento da história. Desta forma, antes de tudo, é preciso que se fale sobre o sexo e a partir dos nossos relatos íntimos, o que amplia o saber sobre a sexualidade.

Na história da sexualidade, o discurso que a envolve não foi reprimido, mas sim redistribuído em instâncias diversas para que se fale do sexo apenas para determinados ouvintes e em circunstâncias específicas. Como nos aponta Foucault (2001), fomos incitados a falar das nossas práticas sexuais e desejos íntimos ao invés de calá-los, primeiramente, no confessionário. A instituição religiosa, com sua penitência, foi a primeira a analisar nossas infrações e sentimentos mais íntimos. O autor cita como exemplo três instâncias que possuíam o controle das práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Cada uma, à sua maneira, demarcou a fronteira entre o certo e o errado, o normal e o anormal, o saudável e

o doente, em relação ao sexo. Nosso corpo tornou-se dócil e refém dos padrões comportamentais.

Foi por essa perspectiva que pude perceber, nos relatos das idosas, a presença de tensão e pudor quando nas entrevistas o assunto direcionava-se para a área da sexualidade. A perda da virgindade e a gravidez antes do casamento estavam relacionadas à rejeição social. Da mesma forma, como comentaram algumas delas, a mulher divorciada era rejeitada por representar uma pessoa sem valor para o casamento e para a constituição de família, qualquer homem poderia ter mais intimidade com ela e era chamada, muita vezes, de "puta". Além disso, na época de suas juventudes, para grande parte das mulheres não existia nenhum tipo de conhecimento sobre sua sexualidade ou sobre como era o processo de reprodução. Essa falta de instrução estava diretamente relacionada com a imagem de pureza que as mulheres deveriam ter, evitando qualquer pergunta relacionada a seu corpo e ao prazer.

A falta de informação sobre sexo fica clara na fala de dona Luzia, quando relata a experiência do seu primeiro casamento:

> *Eu casei, ou melhor, me casaram.* (As outras participantes perguntam*: "ele dava no couro?"*- todas riem*). Rapaz, eu nem sei, porque naquela época eu não sabia de nada.*

Se as entrevistadas optaram por não relatarem detalhes de suas intimidades amorosas ou sexuais, atribuo aos temores que ainda existem em nossa sociedade com relação à conduta sexual das mulheres, sobretudo da "mulher idosa". Acredito que para estas senhoras é forte o receio de ficarem com a imagem de *"mulheres depravadas"* ou de serem mal interpretadas, pois como foi mencionado, elas a todo o momento buscam reiterar a imagem da *"mulher de respeito".* Fazer e falar determinadas coisas referentes ao sexo era algo impensável, principalmente porque, para elas, a representação da diferença sexual como uma diferenciação entre a sexualidade do homem, como mais aflorada, e a sexualidade da mulher, como mais discreta e passiva, constitui-se como eixo de referência para as relações de gênero. Pelas suas narrativas, fica clara a construção da identidade de gênero através de marcações que surgem como algo sólido e estável, principalmente quando se referem à sexualidade dos homens, sendo para elas natural e fixa, reafirmando que sempre foi e sempre será assim:

> *[...] o homem que já nasce assim, com essa sexualidade. Só querendo isso, sabe? Eu acho que já nasce com o homem.* ***(Luzia)***

> *Eu acho que faz parte do homem mesmo. Da genética deles, ter essa parte mais desenvolvida, a parte do sexo bem ativada.* ***(Bárbara)***

> *O homem depois que ele completa 50 anos ele fica ainda mais doido do que ele era. O compromisso com a família é a mulher que tem. Aí o homem fica beliscando por fora, fica como um louco. [...] porque o que tem na cabeça dos homens é só isso, o sexo. Muitas vezes a mulher quer só um carinho, um aconchego dentro de casa, o calor dele, de estar com ele. Ele fica é buscando outras na rua, outros gostos, outras mulheres.* ***(Helena)***

Foi interessante perceber que, estando entre um grupo de idosas, todas com idade superior a sessenta anos, estas ainda reproduzem a distinção entre mulheres consideradas *"direitas"* ou *"de família"* e "*as outras",* a partir de relacionamentos e práticas sexuais. Na compreensão de muitas delas, os homens buscam mulheres para o casamento que lhes pareçam ter comportamentos recatados. Para as que buscam outros relacionamentos após o divórcio ou a viuvez e até certa liberdade sexual através de relacionamentos sem compromisso, ainda permanece forte a representação da mulher vulgar, que não merece respeito e propostas para um relacionamento sério e comprometido com casamento e constituição de família. Como afirma Azzi (1987, p. 93), "a moral sexual continua sendo mantida dentro de padrões rígidos", com insistência especial sobre o comportamento da mulher.

O julgamento e a repressão sobre essas mulheres de comportamentos "inadequados" podem ser constatados dentro do próprio grupo de idosas, entre as participantes. A conduta moral e as representações de gênero diferenciam, entre elas, as mulheres consideradas virtuosas e/ou as *transgressoras.* Um exemplo dentro do TSI foi dona Marta. Ela sempre deixou claro que depois de viúva teve dois relacionamentos e, mesmo ambos não tendo dado certo, ainda está à procura de um companheiro. Além disso, vai diversas vezes a *shows* e outros eventos em busca de companhia. Muitas vezes, pude perceber que para narrar suas experiências existia um receio do que as colegas do grupo iriam achar, como que perguntando: *"Estou errada em pensar assim?"*. Da mesma forma, o julgamento fazia-se presente entre as companheiras por meio de indiretas e sem citar nomes.

> *Aqui no SESC tem pessoas que tem vida sexual ativa, isso é uma realidade. Eu não estou aqui colocando isso falando de ninguém, mas tem muito a ver aqui no contexto, né? Tem pessoas que vivem aqui do grupo de convivência passeando e tendo relacionamentos com diferentes homens, como eu estou aqui eu vejo. Adora festas pra dançar com homens, coisa que eu não faria. (****Bárbara)***

É interessante mencionar que o pensamento das idosas que julgam dona Marta pelo seu comportamento internaliza a orientação normativa do gênero, segundo a qual as mulheres deveriam cuidar-se para não desmerecerem o respeito dos homens. Segundo a perspectiva positivista, existem duas esferas da atividade humana: a sociedade e a família. De acordo com Azzi (1987, p. 97), para que a ordem dessas duas esferas fosse respeitada, era preciso manter a mulher exclusivamente no nível família, "era necessário colocar um dique às ideias liberais e revolucionárias que apregoavam a independência feminina e sua igualdade". Era necessário, pois, restabelecer a imagem da mulher como símbolo da vida pura, isenta de paixões sensuais e vivendo recolhida ao lar.

Outro fator presente na crítica entre as participantes do TSI em relação às senhoras que buscam outros companheiros está relacionado com o julgamento do senso comum de que o desejo sexual e o prazer acabam com o passar dos anos, mas nem todas pensam dessa forma:

> *A mulher depois de alguns anos, ela não quer mais homem. Ela quer um companheiro, mas um homem para relação ela não quer. Quando ela chega com 40, 45 anos ela não quer mais aquela vida de marido e mulher, assim, de sexo. Ela quer viver com ele assim, na amizade, aquele carinho, senta, conversa, abraça, beija, mas sem sexo.* ***(Rita)***

> *Eu não concordo com isso! Nem sempre! Existe vida sexual depois dos 40 sim, mas se ela não quer, já é outra coisa.* ***(Helena)***

Essa desaprovação, além de estar relacionada com os comportamentos considerados "adequados" para a mulher, também reflete o preconceito com a sexualidade na terceira idade, muitas vezes vista como piada, algo indecente ou depravado. O indivíduo só poderia exercer sua sexualidade enquanto jovem ou adulto, tendo que reprimir seus desejos com a chegada da velhice. Neste sentido, Simone de Beauvoir (1990, p.10) afirma que:

> Se os velhos manifestam os mesmos desejos, os mesmos sentimentos, as mesmas reivindicações que os jovens, eles escandalizam; neles, o amor, o ciúme parecem odiosos ou ridículos, a sexualidade repugnante, a violência irrisória. Devem dar o exemplo de todas as virtudes. Antes de tudo, exige-se deles a serenidade; [...] A imagem sublimada deles mesmos que lhes é proposta é a do Sábio aureolado de cabelos brancos, rico de experiência e venerável.

Das dez entrevistadas na pesquisa, apenas duas idosas relataram seus desejos por um novo parceiro amoroso, sendo uma divorciada e outra viúva:

> *Eu até queria outra pessoa, um companheiro. Mesmo separada há 10 anos, se aparecesse um que valesse a pena, ora se não! Eu me permito amar, o que passou, passou. Eu ainda não tenho uma pessoa do meu lado porque ainda não encontrei uma pessoa que valesse a pena de verdade.* ***(Helena)***

> *Agora o que eu gostaria muito era de começar a minha vida com um par afetivo. Quem não gosta? Eu não morri pro mundo não, estou inteira, estou em pé, tô aqui. Eu gostaria de ter um companheiro que fosse meu amigo, que me desse momentos felizes. Gostaria de acabar a vida com outra pessoa. (****Marta)***

As narrativas de dona Marta e dona Helena são exemplos de que a busca pela satisfação sexual continua na velhice, indo contra a perspectiva de que o desejo e o prazer devem acabar com o divórcio ou a viuvez. Entretanto, por serem mulheres em processo de envelhecimento, as idosas passam a ser ainda mais recriminadas se manifestarem socialmente que buscam práticas e prazeres sexuais. Nesse caso, a diferença em relação aos homens idosos vem de todo um contexto que os estimula desde a infância a terem sua sexualidade ativa, com variadas parceiras. Essa diferenciação mais uma vez confirma a perspectiva de Butler (2003) no tocante às diferentes performances dos papeis de gênero, que são a todo o momento reforçados em nossa sociedade.

Outro aspecto que demonstra a pluralidade de vivências entre as participantes do TSI refere-se às condições econômicas. Durante as entrevistas, dona Bárbara e dona Marta narraram experiências que as diferenciam das demais, tanto em relação aos recursos financeiros que possuem, como também no tocante às formas de entretenimento.

Dona Bárbara conta que paga a faculdade do filho e os colégios dos dois netos:

> *Nós também ajudamos, pagamos colégio para ela* (neta)*, eu e meu marido. Agora meu marido esta pagando o colégio pro outro filho dele desse segundo matrimônio. E eu pago a faculdade dele* (filho)*, porque ele queria muito fazer um curso e não tinha condição, não tem um emprego certo. Quem ia ajudar?*

Relata sua independência financeira e o fato de o marido não precisar trabalhar na mercearia que possui, pois poderia viver só com a aposentadoria que recebe:

> *Eu tenho dois trabalhos, duas aposentadorias. Com o que ele ganha, ele tem três aposentadorias boas, dá para viver sem essa mercearia. Dá sim.*

Também fala sobre os passeios com a família e as viagens que faz, independente das ofertadas pelo SESC.

> *O que a gente mais gosta de fazer quando estamos juntos é de ir pro sushi. [...] Esse ano vai ter um encontro de idosos e não vai ninguém daqui, mas eu vou.*

Dona Marta, viúva, desde o início das entrevistas deixa claro, como aposentada e pensionista, sua independência financeira e sua preferência por frequentar *shows* e bailes.

> *Sou aposentada e pensionista também. Meu marido morreu e me deixou isso, dinheiro, é a melhor coisa que tem. Quem morreu foi ele, não foi eu. [...] Eu sou muito independente. Ninguém sabe quanto eu ganho, onde eu recebo, o que eu vou pagar ou fazer com meu dinheiro. Eu adoro comprar minhas coisas, decoração para minha casa, roupa, bijuteria, maquiagem [...] Eu só vou e escolho tudo o que eu quero. Não dou satisfação de nada a ninguém. [...] eu procuro me divertir e vou para os contos só, vou para as serestas sozinha, chega lá danço, me divirto. [...] Eu tô doidinha pra ir pra Demônios da Garoa, se eu não achar ninguém para ir comigo eu vou me arrumar bem bonita e vou só, lá arrumo companhia.*

A condição econômica e o estilo de vidas das duas idosas citadas acima diferem das demais entrevistadas. Muitas, como dona Isabel e dona Mônica, vivem apenas com suas aposentadorias. Além delas, há os casos de dona Rita, que vive com a mesada do irmão e as ajudas de outros familiares, e de dona Helena, em que a única renda da casa é a do esposo. Essa diferença em relação às condições econômicas das dez entrevistadas na pesquisa tem seu reflexo no estilo de vida de cada uma delas, como se vestem, os lugares que frequentam, a possibilidade ou não de ajudarem algum parente, as formas de entretenimento, a possibilidade de fazerem viagens, de participarem de outros grupos de convivência ou formas de atividades física, entre outras. Ou seja, influencia diretamente as diferentes formas como essas idosas vivem o envelhecimento, sendo vivido por muitas delas, fora do âmbito familiar, apenas por meio das atividades e vivências ofertadas pelo SESC.

A diferença econômica entre os idosos foi abordada por Debert (2012, p. 88), pois é um elemento capaz de "revelar a heterogeneidade das experiências, em grupos definidos através de categorias homogeneizadoras, como é o caso da velhice". Para a cientista social, a perspectiva do idoso como "fonte de recursos" surgiu como o oposto da perspectiva da miséria, antes existente. Nesse processo, antigos estereótipos foram substituídos pela imagem dos idosos como sujeitos ativos, envolvidos em novas experiências, formas de sociabilidade e de lazer. Assim, foi construído um novo ideal para os idosos, ensinando-os a maneira adequada de dirigir a vida e os incentivando a participar de atividades preventivas (1997a).

No entanto, esqueceu-se toda uma pluralidade de condições e possibilidades que pode proporcionar ou não esse estilo de vida ao idoso, entre elas a financeira. A nova imagem do

envelhecimento bem sucedido não pode fechar o espaço para outras velhices, como a abandonada ou dependente, nem pode transformar o direito da escolha em um dever, fazendo com que o idoso seja responsabilizado pela sua não opção ao novo modelo de velhice. Pois, segundo a autora, os recursos disponíveis para o seu exercício não são igualmente distribuídos (DEBERT, 1997a).

Santos, Lopes e Neri (2007) afirmam que as análises sobre escolaridade, renda, e também, raça são importantes no estudo da velhice, pois além de desmistificar a ideia de homogeneização do processo de envelhecimento, permite-nos compreender as influências culturais que atuam no comportamento dos indivíduos. Nesta pesquisa, das dez idosas entrevistadas, coincidentemente cinco foram mulheres brancas e cinco, mulheres negras. Em suas narrativas, apenas uma delas, dona Isabel, invocou a raça para compor sua identidade e relatou vivências relacionadas à sua cor.

> *Meu pai morreu, eu era bem nova, mas eu me lembro até hoje de muita coisa que ele me ensinou. Quando eu tinha 6 anos, ele falou pra mim: "olha, não é porque você é preta que tem que descer a calçada pra branco". Isso era meu pai que me falava! Era assim naquele tempo, por exemplo, se eu tava aqui na calçada e viesse uma pessoa branca eu tinha que descer da calçada, sair da calçada, para essa pessoa passar. Era desse jeito mesmo, era mesmo. Uma vez uma mulher, eu já grande, gritou comigo no meio na rua porque eu não desci da calçada para ela passar. Meu pai me colocava no colo e me ensinava essas coisas. Quando ele ficou doente mamãe que saia para trabalhar para sustentar a gente, aí nisso ele ficava explicando as coisas para gente, principalmente pra mim que era a mais velha.*

> *Mas olhe, mamãe era muito brava e papai também. Teve um dia que mamãe chegou pra vizinha e perguntou "Isabel foi pra aula?", aí ela disse que não. Mamãe saiu atrás de mim, eu sei que eu fui pra rua, corria, corria, corria e mamãe atrás de mim. Ela quando me pegava ainda mandava eu pegar o negócio lá que ela me batia. Ela me batia amarrada. Mamãe foi criada assim, como no tempo da senzala, ela foi criada naquele tempo em que os brancos eram carrascos, então ela criava a gente daquele jeito. Ela amarrava nós 3, eu e meus irmãos, e dava uma surra só.*

Os relatos de dona Isabel podem ser compreendidos a partir da análise empreendida por Lopes e Deus (2007, p. 86). Os autores afirmam que os idosos de hoje viveram suas infâncias em um período onde "a elite dominante reforçava a existência do mito da democracia racial como típico das relações raciais brasileiras, e em que as desigualdades raciais prevaleciam de forma naturalizadas", ou seja, o fenômeno do racismo estava instalado. Além disso, como afirmam Santos, Lopes e Neri (2007), em nosso país, a exclusão dos negros

foi regida pela lógica do sistema escravocrata, o que gerou marcas que se mantêm até os dias de hoje, como pode ser visto nas lembranças da idosa acima.

Deve-se observar nos relatos de dona Isabel que a percepção das diferenças existentes na época da sua infância entre as pessoas brancas e negras veio em decorrência dos ensinamentos do seu pai, que a todo o momento a alertava sobre como se comportar em várias situações, mas também com suas próprias vivências, como as surras que levava com os irmãos. Essa percepção está relacionada com a construção da identidade negra, que segundo Gomes, N., (2003):

> [...] como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (2003, p. 171).

Em outro momento, dona Isabel relata:

> *Eu lembro de muita coisa da minha infância, muita coisa forte para mim. Um dia desse eu lembrei que minha avó era misturada, branco com preto, naquele tempo chamava de mulata, acho que era, ou era outro nome. Mas, só porque ela era misturada, ela não gostava de preto, não gostava mesmo. Minha mãe era preta e quando meu pai faleceu ela não quis saber da gente pra ajudar minha mãe, só porque a gente era preto. Isso acontecia mesmo!*

Pode-se compreender que dona Isabel hoje rememora acontecimentos de sua infância, como o narrado acima, o preconceito racial e suas marcas indeléveis de distinção social e de rejeições, como algo muito forte para ela. Essa compreensão está relacionada com a análise de Maurice Halbwachs (2004) em relação às nossas lembranças quando crianças. De acordo com o sociólogo, à medida que a criança cresce e, sobretudo quando se torna adulta, ela participa de maneira mais reflexiva da vida e dos pensamentos dos grupos dos quais participa. Assim, as lembranças da infância e da fase adulta, quando rememoradas na velhice, não são as mesmas, pois uma consciência crítica já foi desenvolvida. É desta forma que toda rememoração do passado passa a ser uma construção, com a ajuda de informações emprestadas do presente.

4.3 Arranjos Familiares

Leers (1987) afirma que a família é uma realidade histórico-existencial sobre a qual sabemos muito pouco. Mas para o autor, a realidade da vida familiar brasileira é muito mais complexa e variada. A desigualdade do ritmo das mudanças, a pluralidade das áreas culturais, a variação regional do desenvolvimento humano em nosso país, tudo isso torna qualquer tentativa de uniformização ingênua. A idade, as condições econômicas, o sexo, entre outros fatores, condicionam profundamente as formas de convivência entre os familiares.

Essa diversidade de arranjos familiares apontada pelo autor pode ser percebida entre as participantes da pesquisa:

> *Hoje eu moro com minha filha. Ela ainda é casada e tem 3 filhas mulher [...] O marido dela é bem bacana, ele não tem nem pai nem mãe, eles faleceram, aí nos somos uma família só.* ***(Agatha)***
>
> *Hoje eu moro com meus dois filhos. Ah, graças a Deus. Minha vida é esses meus dois filhos. Mora só nós três.* ***(Inês)***
>
> *Eu tenho ainda uma filha que mora comigo, essa ainda não é casada. Aí mora nós 5: eu, ela, meu esposo e os dois netos que eu crio, o desde novinho e o desde os 15 anos.* ***(Clara)***
>
> *Hoje mora eu, meu marido, uma filha, um neto, um bisneto e uma nora. Mora nós seis, mas pelo menos é gente para fazer companhia.* ***(Luzia)***
>
> *Sou viúva e moro só em meu apartamento, não quis morar com ninguém. Tá vendo que eu não vou sair da minha casa para morar com os outros. Nunca!* ***(Marta)***
>
> *Uma* (filha) *mora comigo mais o filho e o marido. Eu gosto muito de morar com essa minha filha. O marido dela também me trata muito bem.* ***(Isabel)***
>
> *Hoje mora eu, essa minha filha, que é uma sobrinha que eu peguei para criar, acabou ficando na minha casa depois que a mãe dela morreu e mataram o pai, aí tem o marido e mais dois filhos.* ***(Mônica)***

É partindo dessas variações que Leers (1987) percebe uma realidade diferenciada entre estruturas familiares, diferenças que foram percebidas entre as participantes da pesquisa. Para o autor, o ideal da convivência familiar pode ser de fato formulado em poucas palavras, mas cada família e seus membros possuem percursos diferentes que dependem das condições e possibilidades reais com as quais eles vivem, o que também terá reflexo na maneira como cada idosa vivencia seu envelhecimento.

Outra importante característica que Leers destaca é caracterizada como transição do padrão familiar tradicional para um novo padrão, ainda em fase de formação, chamado moderno:

> [...] formou-se uma certa opinião comum a respeito de uma série de passagens que a família está fazendo: da família extensa à família nuclear; da família fechada à família aberta; da família numerosa em filhos para a limitação racional ou paternidade responsável; da estabilidade do casal para o divórcio e recasamento; da separação dos papéis do marido e esposa para melhor participação mútua ou companheirismo; da perda ou contração funcional da família passada para a família centrada na afetividade humana... Esta sequência fornece um bom instrumentário para perceber melhor o que aconteceu e está acontecendo, em linhas gerais, no âmbito familiar nas últimas décadas (1987, p. 135).

No caso das minhas interlocutoras que moram sozinhas, como dona Marta (viúva), dona Helena (divorciada) e dona Rita (solteira), demonstram não ter nenhum problema em relação isso, pelo contrário. O fato de morarem sós significa para essas senhoras terem mais liberdade, serem mais independentes, não precisarem da aprovação de nenhum parente para fazer o que desejam. Como afirma dona Marta, "*Eu só fecho a porta e fui".* Tal pensamento não impede que não reconheçam a importância da família em alguns momentos, como para ajuda financeira ou companhia para passeios.

Guita Debert (2012) acredita que a atual tendência dos idosos a morarem sós não deve ser percebida, necessariamente, como reflexo de um abandono existente por parte dos seus familiares. Para a cientista social:

> Ela pode significar um novo tipo de arranjo, uma nova forma de família extensa, na qual a troca e assistência ocorrem de maneira intensa. [...] trata-se de uma intimidade à distância. Esse novo tipo de relação, facilitado pelo aumento da mobilidade e pelo aperfeiçoamento das formas de comunicação à distância, que beneficiaram as diferentes classes sociais, não implicaria uma mudança qualitativa nas relações entre as gerações na família (2012, p. 83).

Para as outras idosas que moram com maridos, filhos, netos, bisnetos, entre outros parentes, a companhia desses familiares nem sempre significa um bom relacionamento. Debert (2012) relata que denúncias de violência contra idosos aparecem na maioria dos casos em que diferentes gerações convivem no mesmo lar. Assim sendo, unidades domésticas plurigeracionais não podem ser necessariamente vistas como a garantia para o idoso de uma velhice bem sucedida, nem um sinal de que as relações entre seus filhos e netos serão melhores.

No início da pesquisa, todas as idosas entrevistadas tentaram mostrar uma boa imagem da sua família e um bom relacionamento com seus parentes, mas no percurso das entrevistas, sentindo-se mais confortáveis em falar detalhes de suas vivências, os problemas foram sendo relatados.

> *Família é uma coisa assim muito importante e complicada, porque a gente tem que segurar cada coisa pra prevenir uma coisa pior!* ***(Bárbara)***
>
> *Às vezes a gente nem gosta da nora, mas tolera. Tudo em nome do bom relacionamento com a família e por causa principalmente do filho.* ***(Mônica)***
>
> *Eu tenho uma filha, malzinha comigo. Não fala nem nada, porque o marido dela disse a ela que eu fico aqui no SESC bêbada, tirando a roupa e dançando com os todos os homens, com saliência. Eu vivo isolada, ela não fala comigo. Disse que eu fico aqui caçando homem, que eu sou a maior prostituta aqui dentro do SESC. Que eu vivo nua, vivo despida, só para atrair homens. (****Marta)***

Um ponto em comum entre algumas entrevistadas no tocante aos desentendimentos com os filhos está relacionado com a criação dos netos. Muitas delas rejeitam uma aparente "obrigação" que teriam, estando no papel de avós.

> *Neto é resto. Enquanto você tá lá depois de velha se dedicando, cuidando, perdendo tempo de vida com aquela criança, a demora é só crescer pra tu ver ele te desprezar e te humilhar sempre um pouquinho. Demora só você fazer alguma coisa que eles não gostem para se transformar.* ***(Mônica)***
>
> *Neto é neto, neto não é filho. Não tem aquela história "quem pariu Mateus que balance"? Então, é desse jeito. Eu não vou me acabar dentro da minha casa, nem morrer para a vida porque vou ter que cuidar de neto. De jeito nenhum. A mãe não cria vai dá para a vó? Se dane pra lá.* ***(Luzia)***
>
> *Filho sim é para ser criado com pai e mãe, agora neto não tem essa historia de ficar com avó não, tem que ser criado com seu pai e sua mãe do mesmo jeito. Eu tenho uma filha, a mais nova, e o marido dela cismou comigo eu não sei por quê. Ele queria que eu ficasse tomando conta do filho dele para minha filha ir trabalhar. Escuta, se eu não ficasse ela ia perder o emprego. Eu disse que ela poderia perder até um milhão, mas eu não vou tomar conta de neto, porque eu tenho minha vida e não sei se amanhã eu vou poder fazer o que eu quero. Eles que procuraram filho que se arrumem. Vocês podem até dizer que eu sou uma vó má, mas não é, gente. Eles queriam tirar minha qualidade de vida, eu ia deixar de viver, de fazer o que eu gosto.* ***(Marta)***

Pude compreender que a rejeição dessas idosas às possíveis obrigações com os netos está atrelada à perda de liberdade que elas teriam, ao se sentirem passando mais uma vez

pelos encargos da maternidade. A experiência do envelhecer que estas mulheres que frequentam o TSI possuem é radicalmente nova se comparada à antiga imagem do envelhecimento. Para elas, a liberdade e independência que hoje aprenderam a valorizar, deram às suas vivências uma noção de bem-estar, levando em consideração, principalmente, que muitas mulheres da sua geração orientaram-se em relações de poder, relações de subordinação aos padrões normativos que regulam significados e práticas sexuais, sob a égide do Bem ou do Mal. Como afirma Debert (2012, p. 185), a liberdade feminina por elas conquistada é um "fato irreversível e redefine o que é envelhecer". E nesse caso, o trabalho social com idosos desenvolvido pelo SESC criou o ambiente onde essa experiência de liberdade possa ser vivida.

Também me foi permitido compreender que muitas idosas têm o grupo TSI como algo acolhedor, que muitas vezes serve de apoio e consolo para problemas trazidos de casa. Além disso, algumas idosas que participam do grupo há muitos anos, tendo novas experiências e vínculos pessoais, projetam e definem aquele espaço como uma extensão das suas famílias, um segundo lar, que teve o poder de mudar significativamente suas vidas.

> *Eu boto meu joelho no chão pra agradecer a Deus o SESC em minha vida. Eu tive uma época que minha salvação foi o SESC. Era só aperreio dentro de casa, esse meu genro dando dor de cabeça. Eu agradeço toda noite, obrigada meu Jesus por eu ter o SESC no meu caminho. Hoje graças a Deus as coisas já melhoraram um pouco, pelo menos tem uma paz dentro de casa. [...]o SESC foi transformador na minha vida. Eu depois que passei a frequentar aqui tomei outra iniciativa. Eu não queria sair de casa, hoje eu não quero é mais ficar em casa. Tenho minhas colegas, nós conversamos, temos nosso passeios, brincadeiras.* ***(Mônica)***
>
> *Isso aqui é minha segunda casa e minha segunda família. Venho todos os dias, vou ficar em casa fazendo o quê? Aqui aumentou até a minha auto estima, eu só vivia abatida, me sentindo feia, só vivia com prisão de ventre, pressão alta. Agora eu só vou no hospital a passeio. Antes eu não sabia nem me expressar, tímida, toda jogada no canto. A casa dos meus filhos nunca que ia ser assim. Só aqui eu tenho isso.* ***(Marta)***
>
> *Se eu chegar a sair daqui por algum motivo eu vou sentir muito. Muito mesmo. Ah, minha vida mudou demais depois que eu entrei aqui. Eu antes era muito calada, tímida, travada, não gostava de conversar. Eu sempre fui tímida, mas depois que eu comecei nesses grupos eu mudei muito, bastante. [...] Eu estou aqui há mais de 10 anos, é muito tempo.* ***(Clara)***

Por outro lado, mesmo que as idosas, após ingressarem no grupo de convivência do SESC, tenham uma nova imagem do envelhecimento, pautada em uma imagem positiva e sendo reflexo dos discursos empreendidos pelo grupo e, apesar de reconhecerem o quanto

benéfica é essa participação para seu dia-a-dia e como pessoa, foram por elas relatadas algumas críticas sobre o trabalho desenvolvido no TSI Deodoro. Como se pode observar nas narrações de algumas idosas:

> *Eu acho o seguinte: os grupos de convivência são muito bons, mas os gestores que dão condições para que esses grupos funcionem estão um pouco aquém das nossas expectativas. [...] eu falo desses gestores são os cabeças. Por exemplo, Adalgisa faz um planejamento com um ano de antecedência, solicita tudo e na hora não existe apoio do SESC.* ***(Bárbara)***
>
> *Eu sinto que às vezes eu quero dar uma opinião, poder ajudar ou me envolver mais profundamente em alguma coisa e a gente não teria permissão para isso, não deixam, não aceitam. Eu não sou só de sentar, assistir alguma coisa, bater palma e depois tchau. Eu quero me envolver e se o negócio não estiver bom eu vou dizer!* ***(Helena)***
>
> *Sabe o que eu acho que falta aqui? Um médico permanente, um geriatra. Nesse caso aqui mesmo de Agatha, ela teve um AVC aqui dentro do SESC. Se tivesse um médico já saberia os primeiros sintomas na hora que ela estava começando a sentir alguma coisa.* ***(Inês)***
>
> *Teve um dia que eu fui fazer um exame desse aqui, a menina furou meu dedo uma, duas, três vezes. Aí eu disse: "ei menina, que isso, eu sou o quê? Ai meu dedo!". Eu fui dizer a ela como era que tirava, tá vendo? A gente servindo de cobaia pra eles. [...] Isso é demais!* ***(Marta)***
>
> *Olhe, tudo aqui precisa de melhoramento, tudo, até na própria escadaria que não dá para os idosos subirem. Fizeram uma rampa que quando você chega na metade é cortada, você não tem acesso para a outra parte.* ***(Mônica)***
>
> *Pra mim, a grande falta de consideração com o grupo começa pelo horário. Nossa reunião na sexta é pra começar de 9hs da manhã e toda sexta, toda sexta começa lá para as 10h30min, e se alguém falar alguma coisa, reclamar, já é maltratada.* ***(Rita).***

Os relatos dessas senhoras deixa transparecer um grande problema existente no trabalho desenvolvido pelo TSI SESC Deodoro. Não há como negar, baseado nas experiências narradas pelas senhoras, o quão benéfico foi e continua a ser estarem inseridas nesse espaço. Mas se mostra necessário ouvir o que estas senhoras têm para dizer, como estão sendo suas experiências, quais são as suas expectativas e necessidades. Deve-se ressaltar que os programas para a terceira idade estão empenhados na luta contra o preconceito e antigos estereótipos sobre o envelhecimento, mas também, segundo Debert (2012), estão comprometidos em ser um espaço onde a experiência do envelhecimento é transformada em um momento de celebração da vida, realização pessoal e satisfação.

4.4 Corpo

Debert (1997a), em seu estudo sobre a invenção da terceira idade, afirma que algumas condições foram essenciais na constituição das novas representações sobre o envelhecimento nas sociedades contemporâneas. Uma dessas condições está relacionada com o modo pelo qual as concepções sobre o corpo e a saúde estão sendo reelaboradas nas sociedades ocidentais.

A autora utiliza a compreensão do sociólogo britânico Mike Featherstone (1992) quando esclarece que a cultura do consumidor prende-se a uma concepção autopreservacionista do corpo, em que os indivíduos são encorajados a adotarem estratégias para combater a deterioração ocasionada com o passar dos anos. Tal estratégia, além de ser apoiada pela burocracia estatal, porque busca reduzir gastos com a saúde através da educação da população, também utiliza a concepção do corpo como sendo um veículo do prazer e da autoexpressão.

No processo de envelhecimento, a disciplina dos idosos com seus corpos passou a ser objeto de uma vigilância constante. A todo o momento percebem-se diversos manuais e discursos de diferentes especialistas empenhados em mostrar que os traços de deterioração corporal não são naturais e podem ser reparados com esforço e disciplina. Assim, os idosos são incentivados a monitorar constantemente seu corpo, passando a ser responsabilizados pelas suas doenças e outros sinais do envelhecimento, pautados na ideia de que a boa aparência é igual ao bem estar e longevidade.

Algumas das senhoras entrevistadas narram problemas com a saúde e, consequentemente, uma maior preocupação com o corpo e a saúde:

> *Eu tenho alguns problemas de saúde, sabe? E é claro que eu não posso fazer de tudo.* ***(Mônica)***

> *Eu jogava vôlei, sabe? Mas agora, até para dar um saque dói, porque eu tenho osteoporose, e nem venham me dizer: "Ah, eu faço coisas que gente de 18 anos não faz". Isso é mentira!* ***(Bárbara)***

Por outro lado, algumas senhoras minimizam seus problemas de saúde, no intuito de demonstrar serem pessoas responsáveis e cuidadosas com seus corpos, como nos relatos a seguir:

> *Hoje também tem o fato das pessoas se cuidarem mais, né? A medicina está muito avançada, a gente também sempre vê algo na televisão mandando a gente cuidar do corpo, da alimentação. Antes não tinha isso, as pessoas se acabavam muito cedo.* ***(Inês)***

> *Eu acho que estou bem pra minha idade, com 66 anos não tenho nenhum problema de saúde, nada! Problema de joelho, de perna, dores, pressão alta, diabetes, não tenho problema nenhum. [...] Eu só tomo uma vitamina que minha filha passou, que é muito boa, só. De manhã eu como frutas, janto mingau de aveia, almoço qualquer coisa, eu me cuido. Olha, linhaça, amaranto, quinoa, farelo de aveia, iogurte natural, leite desnatado, coloco tudo no liquidificador e tomo.* ***(Marta)***

Foi importante também perceber, nos relatos das idosas casadas, a diferenciação que existe na forma como elas e os maridos cuidam do corpo:

> *A gente, a mulher, envelhece com consciência, até se tratando para a velhice. O homem não, é inconsciente, porque ele se acha o tal, ele se acha sempre jovem. Ele pode estar sem um dente na boca, ele nem se cuidou, porque ele nem se tratou para isso. A diferença pro homem e mulher na velhice pra mim é essa, principalmente em relação ao cuidado com a saúde. Oh gente pra não gostar de ir ao médico é o homem!* ***(Helena)***

> *Meu marido mesmo, eu disse que ia marcar uma consulta pra ele, ele perguntou logo: "Pra quê? Pra me darem toque? De jeito nenhum!". Até hoje eu teimo para ele ir, mas não vai! Acho que ele acha que vai ficar homossexual. (****Luzia)***

> *Eu saio todo dia para fazer alguma coisa, até mesmo para fazer exame, ir pra médico. Meu marido já é o contrário. Ele não gosta de jeito nenhum de ir ao médico. Minha nora que é enfermeira já falou que vai pegar ele e levar no laboratório para fazer todos os exames à força. Ele não gosta de jeito nenhum. Eu não! Eu faço tudo que você imaginar, todo ano. [...] O meu marido não gosta nem de tomar remédio quando está doente. Ele não gosta de ir ao medico porque se for vai descobrir alguma coisa ruim.* ***(Clara)***

Esse aspecto referente ao cuidado, às diferentes formas como homens e mulheres cuidam de seus corpos, também constitui um dos atos performativos que produzem a distinção do gênero, na forma como entende Butler (2013). A repetição de gestos e signos em nosso contexto cultural é o que reforça a constituição de corpos considerados masculinos e femininos. Além disso, não apenas os cuidados com a saúde, mas também com a aparência física, ou melhor, com a beleza e a vaidade, reforçam entre essas senhoras os traços marcadores da feminilidade, em contraste com a masculinidade, que são produzidos em nossa cultura. Em suas narrativas podemos observar preocupações em relação a esse aspecto:

Velho é quem não se cuida. Não cuida do corpo. Tem mulher aí que não passa um creme na cara. Pois eu não, me cuido, passo meus cremes no corpo e no rosto, meus óleos. Eu passo uma vez em 15 dias uma esfoliação de açúcar no corpo. ***(Bárbara)***

*Tem muitas mulheres que eu conheço que só porque chegaram a uma certa idade deixaram de se arrumar, aí que fica feia mesmo, como o povo diz "parecendo uma velha". Mulheres que deixam de pintar o cabelo, que deixa de usar uma maquiagem, eu não quero deixar de me arrumar, porque não é porque eu tenho uma certa idade que eu não vou mais gostar de mim, de estar bonita. (****Isabel)***

*Deus me livre de chegar a uma idade e abandonar a minha vaidade, porque a coisa que eu mais gosto na vida é batom. (****Clara)***

O *corpo* enquanto categoria foi problematizado por diversos autores. Entre eles, um de grande destaque é o sociólogo e antropólogo francês David Le Breton (2007) que, em sua obra *A sociologia do corpo,* buscou analisar a corporeidade humana como fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginários. Para o autor, as ações que tecem a trama da vida quotidiana dos indivíduos, das mais fúteis até as que ocorrem na cena pública, envolvem a mediação da corporeidade. Moldado pelo contexto social e cultural em que o sujeito está inserido, o corpo passa a ser o vetor semântico em que a relação com o mundo é construída. Ou seja, a nossa existência é, antes de tudo, corporal, nossas percepções, expressões, interação, gestos, aparência, exercícios físicos, técnicas corporais, etc.

Le Breton ainda analisa a noção de corpo como sendo resultado da construção identitária de um grupo social. Assim, sua caracterização não possui uma unanimidade entre as sociedades. Como seu efeito está sob influência do universo que o cerca, ele pode apresentar uma diversidade de representações e significados que variam de uma sociedade para outra. Nesta perspectiva:

> As representações do corpo são representações da pessoa. Quando mostramos o que faz o homem, os limites, a relação com a natureza ou com os outros, revelamos o que faz a carne. As representações da pessoa e aquelas, corolários, do corpo estão sempre inseridas nas visões do mundo das diferentes comunidades humanas. O corpo parece explicar-se a si mesmo, mas nada é mais enganoso. O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna. A caracterização do corpo, longe de ser unanimidade nas sociedades humanas, revela-se surpreendentemente difícil e suscita várias questões epistemológicas. O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural (LE BRETON, 2007, p. 26).

No tocante às idosas entrevistadas, seus cuidados com a saúde, o corpo e a aparência física estão pautados em uma nova imagem do envelhecimento ativo, consolidada em grupos

de convivência para a terceira idade, que alarga espaços para promoção de um ambiente necessário para a reprodução e valorização dos discursos de especialistas que estimulam a vigilância das idosas sobre seus corpos. É assim, tentando aproximar-se dos padrões ideais pré-estabelecidos de envelhecimento, que os idosos estão aderindo às atividades, tratamentos, comportamentos e alimentação considerados necessários e corretos para minimizar características corporais do envelhecimento.

É nesta perspectiva que Debert (1997a, p. 04) afirma que os novos discursos sobre o envelhecimento operam uma periodização da vida e criam etapas que exigem cuidados específicos com o corpo e adoção de estilos de viver corretos que garantam uma preparação adequada para a etapa seguinte. Providências corporais adequadas, tomadas na fase do envelhecimento, passaram a ser a garantia da eterna juventude, do prazer e da realização pessoal na velhice. Ainda segundo a autora, nesse novo ideário da terceira idade, "a subjugação do corpo através das rotinas de manutenção corporal é a pré-condição para a conquista de uma aparência mais aceitável, para a liberação da capacidade expressiva do corpo".

A maleabilidade de si foi explanada por Le Breton em sua obra *Adeus ao Corpo.* Segundo o cientista social, o corpo em sociedades contemporâneas não é mais apenas a determinação de uma identidade intangível, mas se trata de uma construção, de um objeto transitório e manipulável suscetível de diversos emparelhamentos. Variadas condutas, como a cirurgia estética, os hormônios, os regimes alimentares, entre outras, isolam o corpo como uma matéria à parte. Ele passa a ser suporte de uma identidade escolhida pelo sujeito, identidade essa revogável, como uma proclamação momentânea de si.

No tocante ao envelhecimento e os imperativos de aparência e juventude que regem nossa sociedade, Le Breton (2003, p. 30-31) afirma que a vigilância e o controle sob o corpo

> [...] está na preocupação de modificar o olhar sobre si e o olhar dos outros a fim de sentir-se existir plenamente. Ao mudar o corpo, o indivíduo pretende mudar sua vida, modificar seu sentimento de identidade. [...] A relação do indivíduo com seu corpo ocorre sob a égide do domínio de si. O homem contemporâneo é convidado a construir o corpo, conservar a forma, modelar sua aparência, ocultar o envelhecimento ou a fragilidade, manter sua "saúde potencial". O corpo é hoje um motivo de apresentação de si.

As diferentes maneiras como homens e mulheres cuidam de seus corpos, narradas pelas idosas como uma característica naturalizada da masculinidade e feminilidade, podem ser compreendidas de acordo com uma análise empreendida pela filósofa Elizete Passos (1999) sobre as representações de gênero. De acordo com a autora, tradicionalmente a masculinidade

vem sendo associada à competição e a dominação. A ideia é a de que os homens devem ser ocupados, cheios de problemas e decisões a tomar, a fim de cumprirem o seu papel masculino. Esse perfil visto por outro ângulo pode significar alienação e distanciamento de si próprio. Desde cedo e contrariamente, a sociedade vai ensinando às mulheres e incutindo na mentalidade social que existe uma estreita relação entre a feminilidade com a docilidade, timidez, dependência e pureza, levando a crer que homens e mulheres diferenciam-se tanto no sentido quanto no significado.

A pureza da identidade feminina, muitas vezes atrelada à falta de conhecimento sobre sua sexualidade, como mostrado anteriormente, também esteve relacionada com a falta de instrução a respeito das transformações que ocorreram nos corpos dessas senhoras. Alguns dos seus relatos sobre a primeira menstruação evidenciaram, além do desconhecimento, o silenciamento sobre as transformações corporais, o que consolida a construção do papel de gênero e o comportamento socialmente esperado das mulheres em relação à sua sexualidade:

> *Olhe, eu não orientei minhas filhas não foi por falta de conhecimento, nem por não saber das minhas responsabilidades como mãe, foi por vergonha! Eu não me via sentada dizendo para minha filha que ela ia casar e que ia acontecer isso, isso e isso. Eu morria de vergonha daquilo. Só de pensar eu me tremo todinha. Mas olhe, eu não fiz isso também porque naquele tempo nossa mãe não falava essas coisas com a gente.* ***(Bárbara)***

> *[...] meu pai foi embora para o interior, levou todo mundo e eu fiquei quebrando coco com o machado. Aí quando eu pensei, eu só senti aquela coisa descendo nas minhas pernas. Minha madrasta tava bem pertinho de mim, eu olhei para baixo, olhei para ela, mas não tinha coragem de falar. "Ai minha nossa senhora, o que será isso? Será que eu me cortei?" [...] Quando deu a hora de ir para casa, o povo me chamando e eu sentada, aí minha madrinha pegou no meu braço, me levantou e eu toda melada. Aí ela: "minha irmã, tu tava aí desse jeito e não disse nada? Por que tu não disse?". Aí eu coloquei para chorar, eu disse que tinha me cortado, mas não tinha visto. Quando chegamos em casa, ela mandou eu tomar banho e só depois ela foi me explicar o que era.* ***(Luzia)***

> *Mamãe faleceu eu tinha 14 anos, mas ela nunca me falou sobre nada, nem nada da vida com o esposo com nenhuma das filhas. Tem a história de uma das minhas primas que menstruou sem saber o que era e apareceu na sala de casa chorando dizendo que tinha engravidado. Depois de muito custo foi que ela explicou o que estava acontecendo e minha tia foi explicar as coisas para ela. Naquele tempo eu nunca vi ninguém conversar sobre isso, ninguém!* ***(Mônica)***

Se na juventude as mudanças do corpo foram sinais de surpresa e espanto por falta de conhecimento, no envelhecimento, as mudanças ocasionadas pelo avançar da idade não

causam tanta estranheza para as senhoras entrevistadas. Como afirma dona Bárbara, hoje elas se sentem preparadas para lidar com as mudanças corporais.

> *Engraçado, quando meu corpo tava se transformando na adolescência eu me apavorei muito mais do que agora da maturidade para a velhice. Não tive nenhuma orientação na juventude, tudo foi apavorante, mas hoje eu sei que tudo vai descer, não vai subir mais nada! Qualquer sinal ou ruga que nasce no meu corpo a cada dia eu não me apavoro mais. Por quê? Porque com o SESC e com outros conhecimentos que a gente tem a gente se prepara para isso, coisa que eu não tive quando jovem.* ***(Bárbara)***

Em um contexto diferente do qual viveram suas juventudes, as idosas entrevistadas demonstram possuir mais conhecimento em relação aos seus corpos, o que reflete em uma maior vigilância e um maior cuidado com a saúde. Segundo Debert (1997a, 1999) essa mudança de comportamento está relacionada com a grande propagação dos discursos de especialistas do envelhecimento, que tem os grupos de convivência como principal representante. Para a autora, a tendência contemporânea é a de contrapor-se à representação do envelhecimento como um processo de perdas, promovendo-a como um novo começo, um momento de oportunidades de adquirir conhecimentos, apostando em outros tipos de comportamentos entre os participantes. Além disso, esses grupos emergem num contexto em que a experiência contemporânea está atrelada à revolução tecnológica que, a partir dos anos 70, dá um novo formato à produção comunicativa. Assim, através do alargamento e da democratização do acesso à informação, grupos excluídos passam a ser ativamente incorporados, tendo maior acesso a conhecimentos que envolvem a vida, o corpo, a sexualidade, entre outros.

4.5 Religião

Outro importante marcador entre as idosas participantes desta pesquisa diz respeito à religião. Das dez entrevistadas todas declararam ser católicas, nove mostraram ser assíduas nas atividades desenvolvidas. Apenas dona Marta afirmou não *"viver dentro da igreja".* A posição religiosa das senhoras pode ter sido um dos elementos que reforçou o vínculo com o Trabalho Social com Idosos, desenvolvido pelo SESC Deodoro, pois o fato de a coordenadora do TSI também ser católica fez com que o grupo desempenhasse uma série de rituais religiosos.

Começando pela sala onde o TSI tem suas atividades realizadas, que possui três altares de Nossa Senhora, além das orações feitas antes de todas as reuniões, os eventos realizados em missas, as canções tocadas pela banda e cantadas pelo coral, entre outros aspectos. Todos esses pequenos rituais fizeram com que essas idosas se sentissem em um ambiente mais familiarizado e "adequado". A ausência desse aspecto religioso em grupos de convivência não é bem vista, como relatado por dona Bárbara, a partir de sua experiência em outro grupo:

> *[...] lá que eu já não posso falar nisso, porque lá é outra história. São idosos que não se respeitam, uma já me deu até um dedo na cara. É outro nível. Esse é o de responsabilidade da prefeitura de São Luís. Tá vendo que eu não fico em um lugar desse!*

O forte viés católico no contexto brasileiro foi abordado por Leers (1987). De acordo com o autor, em nosso país, a moral popular possui uma vigorosa ligação histórica com o catolicismo, de origem portuguesa e posteriormente romanizada. O universo significativo construído pelo povo comum como o seu campo de ação, que lhe fornece interpretações de acontecimentos e o sentido de sua própria existência, continua fortemente marcado por símbolos transcendentes.

> [...] Deus, santos, anjos, demônios, almas, sorte, azar e outras forças mágicas têm passagem livre e servem de quadro global para condicionar e legitimar normas e proibições morais e até explicar as exceções à lei, porque "Deus me compreende" ou "Deus vai me perdoar, não tinha outro jeito". De fato, a Igreja católica foi e é, ao menos à primeira vista, uma presença importante na formação cultural e moral do povo brasileiro (LEERS, 1987, p. 131)

Como já abordamos anteriormente, com auxílio da análise empreendida por Azzi (1987), promovia-se a definição das obrigações de uma jovem, da mulher casada e da viúva, ficando ambas desde cedo educadas para ocuparem seu espaço geográfico, ou seja, restritas às paredes do lar. Ainda segundo o autor, a preocupação básica da Igreja católica era a preservação dos valores morais da família, propugnando uma ordem social conservadora que impedisse transformações sociais e culturais em nosso país.

Em suas narrativas, nesta pesquisa, as idosas entrevistadas tentam mostrar que cumprem suas obrigações como católicas, mesmo que algumas tenham ocupações com as atividades do TSI ou o empecilho de algum parente:

> *Vou pra missa só. Sou católica e ninguém da minha família se incomoda com os santinhos que eu tenho em casa. Eles também são católicos, todos, mas é porque eu*

tenho umas colegas aqui, minha filha, que os filhos se incomodam [...] É claro que eu não vivo dentro da igreja, até mesmo porque como eu disse, eu participo de muita coisa aqui no SESC. Mas sempre tô lá na minha missa, a gente tem que agradecer, né não? Só de ter saúde e poder fazer tudo isso, ter um lugar como isso aqui, é uma benção, tem que agradecer mesmo. ***(Agatha)***

Sou católica forte mesmo. Nós vamos para o retiro dia 21 e volta no dia 23. [...] Nós somos 70 mulheres pra ajudar a igreja, ajudar os irmãos, ajudar quem precisa, faz sopa para entregar aos moradores de rua, quem vive na droga. Nossa vida é assim. ***(Luzia)***

Sou católica demais, graças a Deus. Devo tudo da minha vida a Nossa Senhora da Conceição. Tudo que eu quero e alcanço eu devo e agradeço a ela. Não tem quem faça eu sair da minha religião. Eu fui batizada, fiz primeira comunhão, me casei no católico, tudo eu me envolvo na igreja e não saio de jeito nenhum. ***(Isabel)***

Sou católica ainda viu? E com muita devoção! Eu sempre frequento a missa de Padre Haroldo [...]. Eu sempre vou para a igreja segunda, quarta, sexta e sábado. ***(Rita)***

Sou católica, graças a Deus. Esses problemas, eu entrego tudo nas mãos de Deus. [...] Vou para minhas missas, rezo, faço minhas coisinhas e vou vivendo. ***(Mônica)***

A posição dessas mulheres diante da religião também é por elas vista como uma obrigação perante suas famílias, como se a elas incumbissem a obrigação de perpetuar os ensinamentos religiosos. De acordo com Azzi (1987, p. 93-94), esse posicionamento é próprio do discurso católico e de sua visão a respeito da atuação da mulher no âmbito familiar. Inicialmente recomenda-se um padrão de conduta no qual a mulher dedica-se à vida religiosa e à sua família. "O ideal feminino e seu destino natural" era ser o agente educador dos filhos, buscando a preservação dos valores morais, familiares e religiosos. Na mesma perspectiva, Sousa (1998, p. 202) ainda afirma que a mulher teria "o seu papel de Provedora e Cobradora do cumprimento dos deveres dos membros do seu lar".

Nos casos em que filhos ou netos são por elas considerados "desvirtuados", principalmente quando aderem a outra religião, tal situação causa infelicidade ou intrigas, como nos depoimentos a seguir:

Meu filho casou com uma pessoa que não é da minha religião e eu tenho meu santuário em casa, eu acho que é por isso que ele não manda as crianças lá para casa. [...] ele é protestante. Esse é o nome, porque eles protestam contra nossa religião. Acham que o Deus dele é melhor do que o nosso. Isso é muito sério para mim. [...] são essas coisas assim que me machuca bastante e eu fico só pensando que eu errei em alguma coisa. ***(Bárbara)***

Minha filha também é evangélica e ela fica com medo dos meus netos se aproximarem muito comigo, pensando ela que eu vou mudar ou desvirtuar os meninos. Um dia ela chegou dizendo um negócio para mim, sobre imagem e tal, até citou um versículo, porque na nossa casa nós temos um altar, eu ouvi. Depois eu disse "agora você vai me ouvir também". É por aqui por aqui e por aqui. Tá? Tá! Se chateou? Chateou! ***(Helena)***

Sou católica, lá em casa todo mundo é católico. Eu tenho um filho só que casou agora com essa moça que é evangélica e ele passou pra lá. [...] Ele foi batizado, foi crismado, fez catecismo, tudo direitinho. Quando foi um dia ele chegou lá em casa e disse: "mamãe, eu me converti". Menina, eu fiquei tão triste, eu chorei tanto. Porque nunca na minha família tinha acontecido isso de ser evangélico. ***(Clara)***

Eu tenho uma irmã e uma cunhada que elas são da batista, mas frequentam a minha casa. Meu santuário é na entrada da minha casa e ninguém até hoje teve a audácia de dizer "tira isso daí". Porque se não ia dar problema. [...] Tem religiões de fato que separam as famílias. Você vê os Testemunhas de Jeová? Ah, eles são horríveis! ***(Rita)***

Eu tenho um neto que chegou e disse: "eu vou para igreja evangélica". Eu disse a ela: "Minha filha, deixa, porque é melhor do que ele estar com essa molecada na rua, agora, só vou te dizer uma coisa, eu só quero que respeitem minha opção e meus santos que eu não vou tirar da minha casa". ***(Isabel)***

A diferença de opção religiosa entre os parentes é por muitas delas superada com o passar dos anos ou pela compreensão de que, mesmo não optando pelo catolicismo, continuarão sendo seus filhos e netos. Como dona Clara afirma: "*depois de um tempo eu me acostumei. Às vezes eu até esqueço que ele não é mais católico, não me incomoda mais, eu quero que ele seja feliz. Deus é um só".* Essa aceitação é compreendida pelo antropólogo Gilberto Velho (2003), em seu estudo *Indivíduo e Religião na Cultura Brasileira.* De acordo com o autor, o cristianismo constituiu uma ordem moral, uma escala de valores e um sistema de crenças bastante abrangente. No entanto, nos é evidenciada a existência de concepções e opiniões diferentes sobre moral, direitos e pecados em nosso país e, apesar dessa variedade de opiniões, compartilha-se da crença em Deus e na alma, apesar das heresias e de múltiplas discussões sobre sua natureza e essência.

Com outra perspectiva, Leers (1987) afirma que a autonomia da consciência religiosa está relacionada com o franco declínio da influência moral normativa do magistério eclesiástico. Para o autor, a estrutura tradicional da moralidade do povo brasileiro nunca foi apenas religiosa, mas sim católico-clerical:

> Isso significa que ela havia assumido mais ou menos as imagens de Deus, culpa, castigo e penitência que a Igreja católica pregava durante os séculos da formação histórica do povo, e que chegou a absorver os mandamentos desta Igreja, enquanto a

> conhecida ignorância popular não funcionava como oitavo sacramento. Mais ainda, o modelo tradicional da Igreja gerou uma moral normativa, principalmente de pecados, centrada na autoridade clerical. [...] o clero tinha monopólio do saber moral; decidiu o que era pecado, grave ou leve, e o que não era pecado; era o fiscal das consciências no confessionário e o controlador público dos costumes; mandava a clientela para o céu ou para o inferno, como juiz que fazia as partes de Deus (1987, p. 157-158).

Ainda segundo Leers (1987), a autonomia da consciência da população brasileira também pode ser resultado de um novo modelo de Igreja, que se apresenta de forma mais comunitária. Como resultado, os indivíduos libertam-se de uma parte da sua formação heterônimo-autoritária. Um exemplo é a grande diminuição da tradição de pedir conselhos ao padre e fazer questionamentos sobre o que é ou não pecado. Hoje, mesmo que muitos católicos saibam que determinados comportamentos não são aceitos pela Igreja, ainda o fazem, apresentando desculpas como: "não tinha outro jeito", "a Igreja está atrasada" ou "o padre não entenderia".

Da mesma forma, como já abordado por Debert (1997a, 1999), discursos científicos propagados por diversos especialistas passaram a orientar as famílias em áreas como a saúde, corpo, casamento, sexualidade, muito mais do que a doutrina da Igreja. Nesse caso, os grupos de convivência, sendo espaços que reproduzem esses discursos, acabam proporcionando maior liberdade de conhecimento, como é o caso do Trabalho Social com Idosos, desenvolvido pelo SESC, o que, de certa forma, reflete em suas vivências de acordo com as particularidades de suas experiências.

É interessante perceber, mediante tudo o que foi exposto neste capítulo, como os diferentes marcadores sociais interseccionam-se na experiência dos sujeitos. Analisando as narrativas das senhoras entrevistadas com reflexões acerca de classe, gênero, escolaridade, raça e religião, foi possível compreender entre as idosas realidades e identidades múltiplas. Stuart Hall (2005), teórico cultural e sociólogo jamaicano, em seu estudo *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade,* afirma que essa diversidade existe de acordo com os sistemas de significação e de representação cultural, que são caracterizados por uma multiplicidade desconcertante de identidades possíveis. Desta forma, marcadores sociais da diferença não podem ser compreendidos de forma isolada, pois estão relacionados de maneira particular com cada sujeito, como se observou entre as idosas.

A antropóloga Adriana Piscitelli (2008) explana sobre interseccionalidades e/ou categorias de articulação como um novo mecanismo para apreender a articulação de variadas diferenças presentes em contextos específicos. Devo mencionar que, no presente estudo, alguns marcadores foram abordados sem a pretensão de esgotá-los, nem negando a existência

de outros, o que faz com que futuras análises mais amplas possam ser realizadas, de modo a compreender os sujeitos atravessados por outras intersecções. No tocante ao envelhecimento, apresentou-se como necessário entender como o gênero, a raça, a religião e a classe produzem efeitos nas vivências do envelhecimento e nos significados que diferentes idosos possuem sobre essa fase da vida, levando em consideração a concepção de *ser velho* que prevalece em nossa sociedade, na qual diversas características são deixadas de lado e não são abordadas.

O envelhecimento não se trata apenas de uma questão de ordem biológica, mas, enquanto categoria que foi construída, deve ser analisada em relação a outros aspectos sociais. Partindo do pressuposto de que os sujeitos *velhos* são, antes de tudo, sujeitos, estão, portanto, marcados por aspectos geracionais, como também de gênero, classe, raça, religião, entre outros. Assim, buscou-se neste estudo compreender os significados do envelhecimento para participantes do TSI SESC Deodoro com ênfase nesses aspectos. Desta forma, foi possível compreender entre as entrevistadas diferentes significados que elas atribuem ao *ser velho*, como também diferenças nas maneiras como vivenciam a velhice.

O sujeito se constitui apropriando-se de múltiplos significados que estão presentes nas relações das quais participa. São esses significados que modelam e direcionam seu modo de pensar, de agir e suas visões de mundo. Ou seja, cada idosa entrevistada é uma união inacabada de elementos que estão presentes nas variadas relações que mantém na sociedade. No entanto, mesmo que em nossa sociedade existam concepções predominantes sobre envelhecer, como o envelhecimento ativo e todas as características que dele emana, os sujeitos envelhecidos produzem um significado singular do que é o envelhecimento, significado este que está relacionado às suas experiências, contextos sociais e trajetórias de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu do entendimento de que um dos grandes problemas encontrados em diversas propostas direcionadas ao envelhecimento é a construção de um perfil generalizante, não sendo consideradas as diversidades de experiências possíveis dentro de um grupo que parece ser coberto por uma categoria homogeneizadora: *velhos*, *idosos* ou da *terceira idade*. Assim, busquei inicialmente compreender os princípios de classificação que são utilizados em nossa sociedade, até mesmo aqueles que nos parecem "naturais", a exemplo da idade e que, na verdade, são construídos socialmente e utilizados como critérios de classificação social dos sujeitos.

A institucionalização do curso da vida teve a idade cronológica como uma dimensão fundamental da organização em sociedade, definindo, separando e organizando as etapas da existência humana. Essa institucionalização apresenta-se no mundo familiar e do trabalho, na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e também nas políticas públicas voltadas a grupos etários específicos. É a partir de uma determinação legal – atingir os 60 anos de idade – que o estatuto da velhice é imposto ao indivíduo e seu *status* na sociedade é determinado, estabelecendo como um grupo homogêneo todos os inseridos nessa cronologia, na categoria *idoso*.

Utilizando estudos de importantes cientistas sociais, pude compreender a constituição da velhice como problema social e também como objeto do discurso científico. Foi assim que os discursos sobre a velhice, que inicialmente pertenciam apenas ao campo médico, mais tarde, com as políticas de aposentadoria e com os problemas econômicos, a atuação de diferentes especialistas, como gerontólogos, psicólogos e demógrafos, passou a ser recrutada como fundamental para a constituição de orientações para a execução de programas e políticas de atenção à velhice, das quais derivam recomendações sobre quais seriam as necessidades dos idosos e a forma correta de vivenciar o envelhecimento. Desta forma, passaram a definir as categorias de pertencimento e classificação dos sujeitos velhos através das representações presentes em seus discursos científicos.

A partir dessas contribuições, compreendi que o discurso sobre os *idosos* passou a ser utilizado por agentes envolvidos na "gestão coletiva da velhice" como uma maneira de legitimar uma nova velhice. Ou seja, mudando de *velho* para *idoso*, o termo passou a ser usado na "política da velhice" e também serviu para que novas atitudes e atividades fossem estabelecidas e direcionadas aos sujeitos que vivenciam essa etapa da vida. Foram essa inversão na representação da velhice e toda a atribuição de novos significados, como o de

momento para novas conquistas, novas identidades, novos projetos, como tempo de lazer, que proporcionaram a criação de espaços onde a velhice pode ser vivenciada de forma coletiva, os chamados grupos de convivência para a terceira idade, que pressupõem o reconhecimento de princípios universais desses indivíduos.

Essa perspectiva também foi percebida por mim quando analisei as principais iniciativas, em nível internacional, nacional e local, constituídas como atenção institucional voltada ao envelhecimento. Através da análise de destacadas leis, assembléias, fóruns, políticas sociais, entre outras medidas relacionadas ao tratamento a ser oferecido à população idosa, constatei como os discursos são homogeneizadores no tocante à velhice, na maioria das vezes não reconhecendo todas as particularidades e diferenças que foram construídas e vividas pelos sujeitos idosos inseridos em contextos sociais diversos, assim como são diversas suas demarcações de classe social, gênero, raça, etnia, religião, entre outras.

Além disso, o novo discurso pautado em um sentido positivo da velhice como a fase propícia para passear, viajar, dançar, entre outras atividades, faz com que uma grande parcela de idosos busque essas experiências, alentados pelas perspectivas programadas, segundo as quais suas vidas possam ser (re)significadas, agora pautadas em uma maneira de manterem-se jovens, incluídos em uma cultura de consumo ativo e independente, o que é sugerido pela construção de uma outra categoria corrente nos programas, a *melhor idade*.

Tal estratégia de uma nova maneira de se viver o envelhecimento pode ser vista na perspectiva do Trabalho Social com Idosos desenvolvido pelo SESC, e foi nesse lugar que escolhi compreender a pluralidade de formas de significar e experenciar a velhice, a partir de diferentes histórias e contextos sociais.

Neste estudo, utilizando duas formas de entrevistas, individuais e em grupo, conversei com dez idosas, participantes assíduas das atividades do TSI SESC Deodoro. Foi permitido que cada uma delas narrasse trechos de suas histórias de vida, a maneira como pensam, se comportam, suas visões de mundo, experiências relacionadas aos seus corpos, as diferentes relações nas quais estão inseridas, com familiares, amigos, companheiros de grupo, entre outros.

Trabalhar com as *lembranças* dessas mulheres fez com que elas destacassem os significados que foram aceitos, absorvidos, reproduzidos e vivenciados durante suas vidas. Além disso, como busquei compreender os significados da velhice com idosas participantes de grupo de convivência para terceira idade, também me foi permitido analisar, mediante seus relatos, a importância que essa convivência tem para as mulheres idosas entrevistadas, como também como esse espaço, onde são reproduzidos e enfatizados discursos sobre o

envelhecimento ativo baseado em atividades, contribuem significativamente para a orientação de comportamentos e na busca dessas idosas por um ideal ou uma imagem pré-estabelecida e positiva da velhice.

A oportunidade que tive de realizar esse estudo a partir da utilização do trabalho com a memória das idosas me proporcionou a possibilidade de compreender processos de formação de diferentes sujeitos, indicando a complexidade da compreensão sobre o envelhecimento. Além disso, tratando-se de lembranças, a rememoração que aparentemente seria individual, uma vez que relata vivências pessoais, mostra-se coletiva, devido aos vínculos que possuímos nas diversas relações com diferentes grupos dos quais fazemos parte, como a família, a escola, a igreja e o trabalho.

Devo mencionar que os fatos narrados pelas donas Agatha, Inês, Bárbara, Rita, Clara, Helena, Luzia, Marta, Isabel e Mônica não seguiram um percurso cronológico linear, pois a utilização do recurso da memória possui movimentos de avanço e recuo, como foi possível observar nas narrativas, nas quais, em várias ocasiões, as idosas narram suas lembranças do passado e recorrem a vivências do presente para exemplificar ou reforçar alguma colocação. Foi assim que elas me relataram suas diferentes experiências: onde nasceram, como foi a criação dos pais, os estudos, o trabalho, os relacionamentos amorosos, entre outros acontecimentos que julgaram ser significativos. Contudo, a totalidade dos relatos não pôde ser explorada pelo curto tempo de uma pesquisa de Mestrado. Assim, recortes precisaram ser feitos para as análises neste trabalho dissertativo.

Trabalhar com a memória de mulheres idosas me fez compreender como as especificidades de gênero foram construídas ao longo do tempo. Suas narrativas demonstraram que as características específicas da feminilidade, de acordo com o padrão heteronormativo, foram internalizadas e reproduzidas por elas, desde a infância, com o intuito de que iniciassem, ainda meninas, a assimilação de comportamentos socialmente esperados e que seriam cobrados no decorrer de suas vidas.

Atos performáticos foram reforçados inicialmente no núcleo familiar, como se pode ver no tocante à hierarquia da mãe e do pai, na vigilância sobre as filhas, para que não ficassem faladas, como também na escola e na religião, quando a inserção nessas instituições é orientada por normas que estabelecem quais deveriam ser os comportamentos das mulheres solteiras, casadas e viúvas. Essa identidade é reforçada com o passar dos anos e fez-se presente entre as idosas na cobrança das mulheres sobre os cuidados com lar, com filhos, ao vestirem determinadas roupas, para terem comportamentos adequados, etc. Mesmo no casamento, como mostrado através do discurso católico, as mulheres deveriam ter

características como a pureza, a fragilidade, a passividade, estendendo esse comportamento para a sexualidade com os seus maridos, em que não deveriam demonstrar desejo, prazer, nem conhecimentos referentes aos seus corpos.

No entanto, mudanças na percepção dos papéis de gênero foram notórias nos relatos das idosas como, por exemplo, no desejo de não ficarem mais no lar fazendo tarefas domésticas e na recusa da criação dos netos, o que acarretaria a perda de uma liberdade conquistada. Essa mudança foi por mim compreendida como resultado de novas referências, oriundas, principalmente, dos discursos reproduzidos no Trabalho Social com Idosos, desenvolvido pelo SESC. Os grupos de convivência para idosos e o todo o trabalho neles desenvolvido valorizam e buscam incentivar um novo envelhecimento, agora pautado no prazer e na independência. Como a participação de mulheres é predominante, são elas que reavaliam seus conceitos e visões de mundo em suas vivências.

O TSI, assim como outros meios midiáticos, é um veículo no qual novos discursos e imagens sobre a velhice buscam produzir uma nova identidade do envelhecimento, sendo essa nova forma de viver apresentada como oposta a antigos conceitos de incapacidade, fragilidade, doenças e vivenciado no espaço doméstico. Agora os grupos para a terceira idade possuem discursos que agem de modo a desconstruir esse estereótipo por meio de uma educação, fazendo com que o idoso se preocupe com sua alimentação, saúde, corpo, seja ativo e envolvido em atividades de lazer.

Para as idosas entrevistadas, o significado da atual fase em que vivem é percebido, conforme seus depoimentos, como uma fase de realizações que não pôde ser por elas vivenciada quando mais jovens. É um momento de prazer, de independência, de liberdade, é o momento no qual elas estão vivendo para si mesmas. Tal fato, além de demonstrar, muitas vezes, uma negação da velhice, pois predomina entre elas a noção de que *ser velho* ou *velha* é sempre relacionado ao "outro", o mal humorado, o que não se cuida, o que vive dentro de casa, não participa de grupos de convivência, o que vai contra o estilo de vida que estão construindo, mas também deixam transparecer a autoridade exercida pelos pais e as formas de reagir aos comandos, sendo esses especialmente mais rígidos para filhas, mulheres. Existia certo controle para que seguissem determinado comportamento prescrito normativamente, o qual regia a necessidade da virgindade e da inserção das moças no casamento e nos papéis de esposa e mãe.

Essa característica demonstra o modelo hegemônico existente, no qual homens e mulheres deveriam desempenhar papéis diferentes dentro do núcleo familiar de modelo hierárquico: para os homens, existia o papel de provedor e, para as mulheres, ficava a função

de administrar seu lar e de educar os filhos. A materialização discursiva do processo de construção social do gênero ficou nítida quando as idosas entrevistadas narraram as diferentes atribuições que regiam as relações entre elas, os maridos e seus filhos. Isso foi por mim compreendido como um conjunto de discursos, práticas sociais, representações e significados que regulam, definem e orientam os comportamentos tidos como adequados para essas senhoras, sendo eles *naturalmente diferentes* para homens.

Devo mencionar que a idealização da mulher como dona de casa, mãe e esposa, por algumas delas valorizada e sendo motivo de orgulho, encontra-se em declínio entre outras idosas. Outra mentalidade fez-se presente nas narrações de algumas, demonstrando e defendendo, muitas vezes, a obrigação da mulher na procura de um emprego fora do lar, na sua independência financeira e liberdade, assim, desvalorizando o papel da mulher apenas voltado para o lar e a família. Essa nova perspectiva ainda foi reforçada quando muitas afirmaram que se pudessem voltar no tempo, não casariam, não teriam filhos ou, no mínimo, prorrogariam o casamento e a maternidade.

Outro importante aspecto compreendido entre as participantes do TSI que as diferenciam e que influencia diretamente a maneira como vivem o envelhecimento refere-se às condições econômicas. Das dez entrevistadas, apenas duas possuem melhores recursos financeiros, o que as distingue das demais. Muitos idosos, como as outras entrevistadas, vivem apenas com suas aposentadorias, com a renda do marido ou da esposa, com a ajuda de familiares, entre outros. Essa diferença em relação às condições econômicas é um fator marcante na maneira como cada idosa tem seu estilo de vida, como se vestem, os lugares que frequentam, a possibilidade ou não de ajudar algum parente, as formas de entretenimento, etc. Além de influenciar as diferentes formas como essas idosas vivenciam suas velhices, sendo, por muitas delas, vividas apenas por meio das atividades do SESC, também reflete na maneira como cada uma significa essa fase da vida.

Esse marcador mostra-se de extrema importância quando analisamos a imagem do *envelhecimento ativo* caracterizado como o modelo correto de envelhecer. Nessa perspectiva, é esquecida toda uma pluralidade de condições e possibilidades que podem proporcionar ou não esse estilo de vida ao idoso. Ou seja, a nova imagem do envelhecimento como fase de vida bem sucedida e repleta de realizações pode mascarar a existência de outras velhices, como a abandonada e a dependente, além de transformar o que seria escolha em um dever, fazendo com que todos os idosos sintam-se obrigados a aderirem a esse estilo de vida e responsabilizados pela sua não opção ao novo modelo de velhice.

Além de escolaridade, renda, questões de gênero e outros marcadores, a raça fez-se presente no estudo da velhice com participantes do TSI SESC Deodoro, mais uma vez desmistificando a ideia de homogeneização no processo de envelhecimento. Pude compreender as influências culturais que atuam no comportamento dos indivíduos e, entre as dez entrevistadas, uma delas, em suas narrativas, invocou a raça para compor sua identidade e relatar suas vivências. Ao rememorar acontecimentos de sua infância, essa idosa demonstrou o preconceito racial e suas permanentes marcas de distinção social e rejeições.

Nas narrativas das idosas, em grande parte, não há alusões ou referências positivas ao passado, não existe saudosismo. As referências gratificantes estão atreladas às atividades e aos relacionamentos que possuem dentro do TSI. A reavaliação de si, de suas visões de mundo e de seus comportamentos após o ingresso no TSI está perpassada pela reprodução de discursos de especialistas que têm os grupos de convivência como principal representante. Nesses espaços busca-se contrapor a representação do envelhecimento como um processo de perdas à utilização de outra representação, associada à atividade, à movimentação, à saúde e ao bem-estar, num ambiente onde pessoas idosas têm a oportunidade de adquirir novos conhecimentos como o cuidar de si, os direitos dos idosos, a ocupação do tempo livre, entre outros, além da forte presença de um conteúdo religioso. As concepções que cada idosa participante tem de si mesma, além de problematizarem preceitos normativos que regem seu comportamento, situam-na diante da constatação de outros modos possíveis de experenciar sua velhice.

O mais importante a ser compreendido é que diferentes marcadores sociais interseccionam-se na experiência dos sujeitos definidos como *idosos,* o que influencia diretamente a maneira como cada um vive sua velhice, como também nos significados que associam a essa fase da vida. Analisando as narrativas das senhoras entrevistadas com reflexões acerca de classe, gênero, escolaridade, raça e religião foi possível compreender que análises do envelhecimento não devem se fechar a questões de ordem biológica, pois a *velhice*, enquanto categoria construída politicamente, está relacionada com diversos aspectos histórico-sociais. Assim, os significados do envelhecimento para cada participante entrevistada do TSI SESC Deodoro é singular, pois cada uma apropriou-se dos múltiplos significados dos contextos sociais nos quais nasceram e construíram suas experiências.

Assim, mesmo que a figura do idoso, construída de forma universalizante, esteja representada em um conjunto de documentos legais e que diversas iniciativas públicas voltadas à velhice utilizem a imagem do *envelhecimento ativo,* não podemos descartar a

instância subjetiva, a qual, muitas vezes, reelabora esses significados, produzindo alternativas ao modo normativo de atribuição ao *ser velho.*

É importante a compreensão de que as fases da vida são construções sociais e políticas, ao contrário das interpretações biologicistas, que produziram suas representações como naturais e universais. Essa perspectiva, além de produzir certas limitações ao êxito de muitas políticas sociais, pode produzir nos sujeitos o efeito de não se encaixarem nas normas organizacionais e institucionais, algumas sensações de inadequação e de fracasso, mediante o imperativo de terem que ser alegres, felizes e saudáveis, como “dever de todos”.

REFERÊNCIAS

ABRAZ – Associação Brasileira de Alzheimer. **O que é Alzheimer.** Disponível em: <http://abraz.org.br/sobre-alzheimer/o-que-e-alzheimer>. Acesso em: 12 fev. 2015.

AIRÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ALVAREZ, Maria Esmeralda Ballestero. **Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: McGraw Hill, 1991, v. 1 e 2.

ATTIAS-DUNFUT, Claudine. Clube para pessoas idosas: nascimento de uma nova força social. **Cadernos de Lazer.** São Paulo: SESC, 1976.

AZZI, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In: RIBEIRO, Ivete. **Família e Valores.** São Paulo: Edições Loyola, 1987.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

_____. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de Sociologie**. Paris: Ed. du Minuit, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Decreto – Lei nº 9.853**, de 13 de setembro de 1946, atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências.

_____. **Lei N. 8.842**, de 4 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988.

BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Karim. Trabalho e Aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Revista Textos & Contextos.** Porto Alegre, ano II, n.2, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia et all. **Idosos brasileiros**: indicadores de vida e de acompanhamento de políticas. Brasília: Presidência da República, Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005. p.13, 14.

CAMARANO. Ana. Amélia. Mecanismos de proteção social para a população idosa. In: RIOS-NETO, E. L. G. **A população nas políticas públicas:** gênero, geração e raça. Brasília: CNPD, UFNPA, 2006. p. 67-71.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os Novos Idosos Brasileiros**: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; LEITÃO E MELO, Juliana. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **Os Novos Idosos Brasileiros**: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARVALHO, Maria Clotilde B. N. M. **O diálogo intergeracional entre idosos e crianças:** projeto "Era uma vez... atividades intergeracionais". 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUC– Rio, Rio de Janeiro. 2007.

CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 24, v. 3, p. 597-605, mar. 2008.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. **Lugares de velhos pobres em grupos de convivência no nordeste brasileiro**, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/764.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

CORRÊA, Aline Amoêdo. **A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira:** uma análise das propostas do Serviço Social do Comércio (SESC). 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Formação de Professores em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. 2010.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Uma cartografia do envelhecimento na contemporaneidade:** a velhice e a terceira idade. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis. 2007.

_____. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade**: velhice e terceira idade. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CORREA, Mariele Rodrigues, FRANÇA, Sônia Aparecida Moreira, HASHIMOTO, Francisco. Políticas públicas: a construção de imagens e sentidos para o envelhecimento humano. **Estud. interdiscipl. envelhec.,** Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 219-238, 2010.

DEBERT, Guita Grin. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v12, n34, 1997a.

_____. **A Reinvenção da Velhice**: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

_____. **Envelhecimento e Curso da Vida**, 1997b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12564>. Acesso em: 08 set. 2014.

_____. Pressupostos da Reflexão Antropológica sobre a Velhice. In: DEBERT, Guita Grin. **Antropologia e Velhice**, Textos Didáticos, n.19, IFCH, 1998.

_____. Velhice e o curso da vida pós-moderno. **Revista USP**. São Paulo, n.42, p. 70-83, junho/agosto, 1999.

DPE/MA – Defensoria Pública do Estado do Maranhão. **Em defesa do cidadão idoso:** a maturidade que vem com o tempo merece respeito. (2015). Disponível em: <http://www.dpe.ma.gov.br/dpema/documentos/16fa833f90d15ea0511c307db23b6e14.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2015.

DRUMOND, A. Z. **O Trabalho Social com Idosos do SESC – MA**, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Gerontologia) – Instituto de Estudos Superiores do Maranhão, São Luís. 2004.

FITS - Federação Internacional de Trabalho Social. **Definição de trabalho social,** 2000. Disponível em: <http://ifsw.org/policies/definition-of-social-work/>. Acesso em: 12 set. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FRANÇA, Matheus. **Trabalhando com a noção de interseccionalidades**, 2012. Disponível em: <http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/10/03/trabalhando-com-a-nocao-de-interseccionalidades>. Acesso em: 14 set. 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: procedimentos e possibilidades. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/25106898/457747084/name/6936360-Historia-Oral-Procedimentos-e-Possibilidades-Sonia-Maria-de-Freitas>. Acesso em: 18 mai. 2014.

FREUD, Sigmund. **A psicopatologia da vida cotidiana.** V. VI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1901.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDANI, Ana Maria. Mulheres e Envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais de gênero. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

GOMES, A. C. **A invenção do trabalhismo.** 2ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Nilma Nilo. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **La Nuptialité en France Depuis la Guerre**, 1935. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_3/texte_3_4/nuptialite_france.pdf >. Acesso em: 10 set. 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios**, 2014.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2013.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 115-121, 2001.

KALACHE, Alexandre. et al. O envelhecimento da população mundial. Um desafio novo. **Rev. Saúde Pública,** São Paulo, 1987.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P. e RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Rev. Saúde Pública**, 21[3] p. 200-210, 1987. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0188.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

LASLETT, Peter. The emergence of the Third Age. In: **Ageing and Society.** Cambridge University Press. Vol. 07. Ed. 02, p. 133-160, 1987.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**; tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Adeus ao corpo: antropologia e sociedade; tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2003.

LEERS, Frei Bernardino. Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984). In: RIBEIRO, Ivete. **Família e Valores.** São Paulo: Edições Loyola, 1987.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à Prática Sociológica.** Petrópolis: Vozes. pp. 59-106, 1996.

LOPES, Doraci, DEUS, Suelma Inês Alves de. Negritude e envelhecimento. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil:** vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** um perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARANHÃO. **Lei N. 6.835,** de 14 de novembro de 1996. Cria o Conselho Estadual do Idoso.

_____. **Lei N. 8.368**, de 06 de janeiro de 2006. Institui a Política Estadual do idoso, e dá outras providências.

MATUDA, Nívea da Silva. **Introdução a Demografia.** Departamento de Estatística – UFPR, 2009. Disponível em: < http://wiki.dpi.inpe.br/lib/exe/fetch.php?media=ser457-cst310:aulas-2014:leituras:matuda_2009.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. e SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp.239-262, 1993.

MIRANDA, Francielle Felipe F. Heteronormatividade: uma leitura sobre construção e implicações na publicidade. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1/2, p. 81-94, jan./fev. 2010.

NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil:** vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento**, 1982.

_____. **Plano de Ação Internacional de Madri Sobre o Envelhecimento**, 2002.

OTTONI, Máximo Alessando Mendes. **A trajetória de políticas públicas de amparo ao idoso no Brasil.** 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros – MG. 2012.

PASSOS, Elizete**. Palcos e platéias**: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia. Salvador, UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

PINHEIRO, Analissa Barros. **A Política Estadual do Idoso e a construção da rede de proteção à pessoa idosa no Maranhão**. (2015). Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9f4312a5051fc213>. Acesso em: 02 mar. de 2015.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. Publicações Estudos Históricos, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indivisível" ao "divisível". In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org e Int). **Experimentos com Histórias de Vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, p. 14- 43, 1988.

RAMOS, L. R. Epidemiologia do envelhecimento. In: FREITAS, E. V. de et al. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: SBGG; Guanabara Koogan, 2002, p. 72-78.

ROCHA, E. G. Estatuto do idoso: um avanço legal. **Revista da UFG**, Vol. 5, No. 2, dez 2003.

ROCHA, Fernanda Maria Francischetto. **Representações sociais da atenção assistencial oferecida ao idoso no município de Divinópolis.** 2008**.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Educacional de Divinópolis, Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis. 2008.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 179-199, janeiro - abril / 2005.

SANTOS, Geraldine Alves dos, LOPES, Andréa, NERI, Anita Liberalesso. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social dos idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil:** vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, 2007.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval, MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. **Psicologia USP**. São Paulo, 4 (1/2), p. 285 -298, 1993.

SESC. DR. SP. **Trabalho Social com Idosos de 1963/1999:** 36 anos de realizações. São Paulo, 1999. 240 p.

SESC - Serviço Social do Comércio. **Diretrizes Gerais de Ação do SESC**. Departamento Nacional, 2010.

_____. **Programa Assistência - Trabalho Social com Idosos**, 2011. Disponível em: <http://www.sesc-ce.com.br/index.php/assitencia.html?start=1>. Acesso em: 12 set. 2014.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice a terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155 – 168, jan. – mar, 2008.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Mulher e folia:** a participação das mulheres nos bailes de máscaras do carnaval em São Luís, nos anos de 1950 a 1960. São Luís: Plano Editorial SECMA / Lithograf, 1998.

SOUZA, Ana Patrícia dos Anjos. **Os direitos sociais na era Vargas:** a Previdência Social no processo histórico de constituição dos Direitos Sociais no Brasil, 2005. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Ana_Patr%C3%ADcia118.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria**.** Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 154-163 jul./dez. 2007a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a03v10n2.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2015.

_____. Lazer e tempo livre na "terceira idade": potencialidades e limites no trabalho social com idosos. **Revista Kairós**, São Paulo, 10(2), dez. 2007b, pp. 169-188. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/2597/1651>. Acesso em: 03 mar. 2015.

UN - United Nations. Department of Economic and Social Affairs. **Population ageing and sustainable development**, 2014.

VELHO, Gilberto. Indivíduo e religião na cultura brasileira. In: VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.